Universidade Federal do Ceará – UFC

Centro de Ciências

Departamento de Geografia

Mestrado em Geografia

Mestrando: Luciano Bezerra da Silva

Reforma Agrária – A Conquista de Novos Territórios – O Caso do Assentamento Tiracanga Logradouro – Canindé Ceará

Fortaleza – Ceará

2010

Livros Grátis

http://www.livrosgratis.com.br

Milhares de livros grátis para download.

Luciano Bezerra da Silva

Reforma Agrária – A Conquista de Novos Territórios – O Caso do Assentamento Tiracanga Logradouro – Canindé-Ceará

Orientador: Professor Dr. José Levi Furtado Sampaio

Tese submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Geografia.
Área de concentração Dinâmica Ambiental e Territorial, linha de pesquisa: Natureza, campo e cidade no semiárido.
Orientador: Prof. Dr. José Levi Furtado Sampaio

Fortaleza – Ceará
2010

Luciano Bezerra da Silva

Reforma Agrária – A Conquista de Novos Territórios – O Caso do Assentamento Tiracanga Logradouro – Canindé-Ceará

Dissertação submetida à Coordenação do Curso de Pós-Graduação em Geografia, da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em Geografia.

Aprovada em ___/___/_____.

BANCA EXAMINADORA

_____

Professor Dr. José Levi Furtado Sampaio (Orientador)
Universidade Federal do Ceará – UFC

_____

Profa. Dra. Alexandra Maria de Oliveira
Universidade Federal do Ceará – UFC

_____

Profa. Dra. Aldiva Sales Diniz
Universidade Estadual Vale do Acaraú – UVA

_____

Prof. Dr. Francisco Amaro Gomes de Alencar
Universidade Federal do Ceará - UFC

Ao meu pai (in memoriam), com amor.

Agradecimentos

À Nancy, sempre companheira.

À minha mãe querida, a quem tudo devo.

Aos meus irmãos e irmãs, pela alegria.

Ao Professor José Levi Furtado Sampaio, pela sua presença, generosa, firme, amiga.

Ao Professor Francisco Amaro Gomes de Alencar, pelo apoio e incentivo.

Aos colegas da turma do Mestrado, Tadeu, Judson, Thales e Francisco pela acolhida e amizade.

A Profa. Alexandra Maria de Oliveira e a Profa. Aldiva Sales Diniz pela leitura atenta, critica e fundamental para o desenvolvimento da pesquisa

Às famílias assentadas que me receberam em suas casas, com amizade e fraternidade, para me contar, sinceras e verdadeiras, suas histórias de vida e de luta.

.

RESUMO

O Assentamento Tiracanga Logradouro, localizado no município de Canindé, foi criado em 1989, a conquista dessa fração do território ocorreu pela luta e resistência dos camponeses. Este trabalho tem como objeto de investigação analisar o processo de territorialidade dos assentados e como se expressa a territorialidade em um assentamento parcelado no semiárido cearense como o Tiracanga Logradouro. Para a realização do trabalho apoiou-se no trabalho de campo, no diálogo com os camponeses assentados, com o objetivo de registrar a maior diversidade de aspectos sobre a origem dos camponeses, a luta pela terra e a situação da organização e do uso da terra. Assim, programou-se a participação em reuniões com as associações, com grupos de camponeses, e entrevistas com alguns camponeses nas suas residências, e com lideranças dos camponeses. Ao logo da construção do texto buscamos superar a separação entre o conhecimento formal e o informal, oportunizando a fala dos sujeitos pesquisados. A revisão bibliográfica sobre o tema foi elaborada através de livros, teses, dissertações e coleta de informações no INCRA. O estudo revelou as estratégias de organização e de uso do assentamento utilizadas pelos camponeses, desde a discussão sobre o uso do parcelamento, em que surgiram concordâncias e discordâncias entre os assentados em relação à adoção desse modelo de exploração da terra. Conclui-se com a constatação de que as famílias articulam o uso de sua parcela centrada na unidade familiar e em núcleos familiares, e retomam o uso coletivo como estratégia de reprodução da unidade familiar.

Palavras-chave: Assentamento Tiracanga Logradouro, territorialidade, parcelamento, modelo misto, unidade familiar;

Abstract

The Tiracanga Logradouro Settlement, located in the Canindé municipality, was created in 1989. The conquest of this territory parcel took place due to the fighting and resistance of peasants. The research goal of this work is to analyze the settler's territoriality process and how this territoriality is expressed in a settlement like the Tiracanga Logradouro, which is fragmented in Ceará´s semiarid. The materialization of this study was based on on-field studies and the dialogues with peasant settlers, seeking to record the widest variety of aspects related to the peasant's origins, their fight for land, their organizational situation and land use. For this purpose, participation in meetings with associations and groups of peasants was programmed and interviews with some of them in their residences, as well as with some peasant leaders were organized. Throughout the text, we search to overcome the division between formal and informal knowledge with regards to the speech of researched individuals. Bibliographic research on the subject was elaborated through books, theses, dissertations and the collection of data at the INCRA. The study revealed the organizational and settlement use strategies practiced by the peasants, including discussions on the use of their land parcel, in which agreements and disagreements amongst settlers appeared with regards to the adoption of this land exploitation model. It was concluded that families articulate the use of their land parcel based on familiar unit and the family nucleus and regain collective use as a strategy for family unit reproduction.

Keywords: Tiracanga Logradouro Settlement, territoriality, parceling, mixed model, family unit.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 01	Localização do Município de Canindé	30
Figura 02	Camponeses na Comunidade de Lajinhas – antes da conquista da terra	70
Figura 03	Sistema de abastecimento de água da Unidade Familiar	75
Figura 04	Sistema de abastecimento de água do Assentamento	75
Figura 05	Manejo das matrizes em lactação – fornecimento de alimento e água	76
Figura 06	Uso de aprisco para os ovinos e caprinos	76
Figura 07	Planta de Assentamento – Modelo Quadrado	89
Figura 08	Planta de Assentamento – Modelo Circular	90
Figura 09	Planta de Assentamento – Modelo Misto	90
Figura 10	Planta de Assentamento – Modelo Misto – Utilizado no Ceará	91
Figura 11	Cercas de proteção das parcelas – uso voltado para os animais	106
Figura 12	Cerca de faxina com amarradio de madeira – para proteção da área de plantio das famílias camponesas	106
Figura 13	Cerca de faxina – utilizada para os quintais e pequenos sítios	107
Figura 14	Canteiro com verduras, presente nos quintais das famílias camponesas	108
Figura 15	Quintal de uma família camponesa - uso de uma *mandalla*	108
Figura 16	Quintal de uma família camponesa - a diversidade de culturas	108

LISTA DE MAPAS

Mapa 01	Assentamentos Rurais Município de Canindé	55
Mapa 02	Localização do Assentamento Tiracanga Logradouro	81
Mapa 03	Parcelamento Logradouro	96
Mapa 04	Parcelamento do Tiracanga	97
Mapa 05	Tiracanga – Parcelas do Grupo I e Parcelas do Grupo II	102
Mapa 06	Uso da terra do Tiracanga	112
Mapa 07	Uso da terra do Logradouro II	114
Mapa 08	Novas formas de uso das parcelas pelos camponeses	124

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Área dos Imóveis Rurais em Canindé – 1972, 1992	25
Quadro 2	Classes dos imóveis no Estado do Ceará, por módulos fiscais, 2004	26
Quadro 3	Classes dos imóveis em Canindé, por módulos fiscais, 2000 e 2004	26
Quadro 4	População residente no município de Canindé (CE) 1970 a 2007	28
Quadro 5	Evolução da População Economicamente Ativa Canindé 1970 a 2000	32
Quadro 6	Setores da Economia – Ceará e Canindé – 2001 e 2009	34
Quadro 7	Assentamentos Criados com o Programa PROTERRA no Município de Canindé	43
Quadro 8	Assentamentos da Reforma Agrária de Mercado, Ceará – CE – 1997 a 2005 no Município de Canindé – CE	47
Quadro 9	Assentamentos Governo Federal, INCRA – CE – 1986 a 2010 no Município de Canindé – CE	48
Quadro 10	Assentamentos Governo Estadual, IDACE – CE – 1986 a 2003 no Município de Canindé – CE	49

LISTA DE GRÀFICOS

Gráfico 1	Área colhida das principais culturas do município de Canindé 1974 – 2008	36
Gráfico 2	Área Colhida de Feijão e Milho no município de Canindé 1974 - 2008	37

Sumário

1 Introdução..... 11

2 Processo de Produção do Território de Canindé..... 18

2.1. Trilhas do Gado e Algodão – base da Formação Territorial..... 18

2.2 Estrutura Fundiária de Canindé..... 24

2.3 Evolução da base socioeconômica de Canindé..... 28

2.4 Caracterização ambiental de Canindé..... 39

3 Os Assentamentos Rurais – A Conquista de Frações do Território..... 40

3.1 A Política de Reforma Agrária no Ceará e em Canindé..... 40

3.2 Os Assentamentos Rurais..... 56

3.3 A conquista do Assentamento Tiracanga Logradouro – A conquista do novo..... 60

3.4 O Assentamento Tiracanga Logradouro – caracterização socioambiental..... 74

4 Territorialidade e Desterritorialidade: A trajetória dos camponeses assentados do Assentamento Tiracanga Logradouro..... 77

4.1 Ordenamento Territorial e unidades produtivas..... 77

4.2 Forma de uso e apropriação dos assentamentos no Ceará..... 86

4.3 A discussão sobre o modelo de organização do Assentamento Tiracanga Logradouro..... 93

4.4 O uso camponês da terra no Assentamento Tiracanga Logradouro..... 100

4.5 Novas formas de uso das parcelas pelos camponeses assentados..... 120

5 Considerações Finais..... 125

6 Bibliografia..... 129

1. Introdução

Ao longo de sua história, o Brasil tem passado por várias lutas, principalmente no campo. Vários são os exemplos de luta pela terra e por condições dignas de trabalho, buscando mudar a realidade de vida a partir das próprias ações.

Oliveira (2005), em seu livro Geografia das lutas no campo, discute a geografia dessa história de lutas e conflitos sociais no campo e a questão agrária no País. O geógrafo mostra que, no Brasil, os conflitos sociais no campo têm início com o massacre dos povos indígenas, os primeiros a conhecerem a sanha de terra dos colonizadores que aqui chegaram. Referindo-se ao processo histórico de destruição do território indígena, diz Oliveira:

> Talvez, estivesse aí o início da primeira luta entre desiguais. A luta do capital em processo de expansão, desenvolvimento, em busca de acumulação, ainda que primitiva, e a luta dos "filhos do sol" em busca da manutenção do seu espaço de vida no território invadido (2005, 11).

Esse autor afirma, também, que

> Canudos, Contestado, Trombas e Formoso fazem parte dessas muitas histórias das lutas pela terra e pela liberdade no campo brasileiro. São, também, memórias da capacidade de resistência e de construção social desses expropriados na busca por uma parcela do território e memórias da capacidade destruidora do capital, dos capitalistas e de seus governos repressores (p. 190).

Segundo o autor, os conflitos continuam nos tempos atuais, pois são uma das marcas do desenvolvimento do capitalismo e do processo de ocupação das terras no campo brasileiro. Entender os conflitos sociais e a luta pela terra no Brasil, para o autor, faz-se necessário para a compreensão da rota da acumulação e da reprodução ampliada, em que o capital, feito rolo compressor, tudo esmaga. Trata-se, portanto, de compreender o desenvolvimento do capitalismo no campo para conhecer a história e a geografia das lutas dos camponeses no Brasil (Oliveira 2005, 11).

Diniz (2009) compreende a luta dos camponeses como uma luta política, posto que reside no confronto de classes: de um lado, o latifúndio, pouco afeito a mudanças que alterem sua situação, enquanto classe dominante; de outro lado, a classe camponesa, que tenta fazer valer seus interesses, frente às condições de dominação a quem eram submetidos (p. 13).

Para Marques (2003), a luta pela terra hoje existente no País representa, na maioria dos casos, mais um capítulo da história do campesinato brasileiro, movido pelo conflito entre a territorialidade capitalista e a territorialidade camponesa (p. 151).

O campo converteu-se, assim, num palco de efervescência, em grandes movimentos na luta pela terra. Prova concreta dessas lutas pela terra no Ceará é que até março de 2010 o Estado tinha 400 assentamentos da reforma agrária, sendo 363 federais e 37 estaduais, os quais somam 825.624,1669 ha com 19.188 famílias, totalizando uma população estimada de 90.183 pessoas. Partes desses assentamentos estão situados nos sertões cearenses, destacando-se no município de Canindé a maior concentração de assentamentos em números no Ceará.

> A concentração dos assentamentos nos sertões cearenses não decorre do simples fato desta região corresponder a aproximadamente 70% do território do Estado. Está relacionada, principalmente com: o processo de ocupação do território, a importância econômica, política e social, as lutas por terras, a escassez dos créditos rurais subsidiados, as estiagens periódicas, o empobrecimento dos solos e a "oferta" da terra pelos proprietários rurais. Esses fatores direcionaram a concentração dos assentamentos em detrimento de áreas melhores para a exploração agrícola e pecuária, como as serras os vales úmidos e o litoral (ALENCAR, 2000, p. 5).

Na construção da Reforma Agrária, as conquistas de frações do território, os assentamentos, têm marcado o campo cearense. Da presença da grande propriedade com base na criação de gado e da cultura do algodão, inicia-se um novo momento, uma nova ocupação, uma nova forma de uso do território, a partir da lógica familiar camponesa.

Conforme Oliveira (2001), os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma frente para entrar na terra, para se tornarem camponeses proprietários; em outra, para lutar pela permanência na terra como produtores de alimentos fundamentais à sociedade brasileira. São, portanto, uma classe em luta permanente, pois os diferentes governos não os têm considerado em suas políticas públicas (p. 189).

E, segundo Diniz (2009), aos camponeses é a possibilidade de formar outro território, onde possam reproduzir sua própria concepção de mundo (p. 173).

Do latifúndio passa para uma nova forma de apropriação. A terra é agora utilizada sob a lógica do camponês. Terra de trabalho na perspectiva da reprodução das famílias assentadas, terra camponesa.

Essas novas formas de uso da terra são percebidas a partir dos dados do I Censo Nacional da Reforma Agrária, realizado pelo INCRA em 1997. Conforme o Censo, a distribuição das formas de exploração dos beneficiários constava de 86,59% individual, de 8,03% misto e de 5,38% com exploração coletiva. No caso o Estado do Ceará difere da realidade nacional, temos 26,19 % individual, de 2,26% coletiva, 71,56% com exploração com uso do modelo misto. (INCRA, 1997). A forma de uso predominante no Estado do Ceará de organização e produção é o modelo misto, onde os assentamentos destinam áreas coletivas e áreas individuais (familiar), e fazem a articulação dos dois tipos.

Após a conquista da terra, os assentados do Tiracanga Logradouro, utilizaram o modelo misto como forma de organização, com destinação de áreas de plantio individuais (familiares) e coletivas.

A diversidade das origens dos assentados (da periferia de Canindé, de fazendas vizinhas, de Aratuba, de Quixadá, de Quixeramobim e de Itatira), e consequentemente vínculos diferenciados na luta pela terra, propiciou pontos de divergências e conflitos pela forma de apropriação do território. Fica evidente para os diferentes grupos existentes no assentamento a insatisfação com a gestão do território.

Nesse percurso, a Superintendência do INCRA do Ceará inicia no final de 1991 a discussão sobre a forma de apropriação e o uso dos assentamentos rurais. O parcelamento dos assentamentos se coloca como uma diretriz da política de reforma agrária do governo Fernando Collor de Melo, implementada em sua plenitude pelo INCRA-CE. A ação foi discutida entre os assentados: para alguns assentados, reconhecida como a única possibilidade de continuar no assentamento; para outros assentados, como um processo de imposição e sedução do INCRA aos camponeses para implantar o parcelamento do assentamento.

Da emissão de posse do Assentamento Tiracanga Logradouro já se passaram 20 anos, e dois anos após a conquista da terra foi implantada a forma de uso com o parcelamento da área para os camponeses assentados.

Nesse sentido, aponta-se as seguintes questões que nortearam o desenvolvimento da pesquisa: Como ocorre a territorialidade dos camponeses assentados da reforma agrária no sistema parcelado? Quais os motivos da aceitação e da não aceitação do parcelamento do assentamento pelos camponeses do Tiracanga/Logradouro?

Com a realização deste estudo busca-se contribuir com a produção cientifica geográfica voltada para a reforma agrária, visando colaborar com o debate sobre as formas de exploração da organização e produção nos assentamentos rurais.

Destaca-se que não há estudos em assentamentos da reforma agrária, no caso do Ceará, procurando analisar a territorialidade dos camponeses assentados em área com a exploração da terra do tipo individual, com adoção do parcelamento da terra.

Nesta perspectiva, o que se analisa na pesquisa é o processo de territorialidade dos assentados do Assentamento Tiracanga Logradouro e a maneira como se expressa esta territorialidade em um assentamento parcelado no semiárido cearense.

No desenvolvimento da pesquisa serão utilizados, em especial, os trabalhos de Alencar (2000; 2005), Almeida (2006), Corrêa (1997), Diniz (2009) Fernandes (1996; 2000 e

2006), Martins (1993; 1994 e 1995), Oliveira (1991; 1996; 1999; 2001 e 2005), Oliveira (2005), Paulino (2007) e Raffestin (2003), como base teórica para a análise do tema proposto.

Para RAFFESTIN (1993), deve-se partir do pressuposto de que ... o espaço é anterior ao território. O território se forma a partir do espaço, é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático (ator que realiza um programa) em qualquer nível. Ao se apropriar do espaço, concreta ou abstratamente (por exemplo, pela representação), o ator "territorializa" o espaço (...) O espaço é a "prisão original" (grifos do autor), o território é a prisão que os homens constroem para si" (RAFFESTIN, 1993).

Nesse entendimento proposto por Raffestein (1993), o município de Canindé pode ser identificado primeiramente como um espaço concreto absoluto, matriz para o desenrolar de relações multidimensionais (econômicas, políticas, sociais, culturais).

O exercício do poder público municipal sob os limites de Canindé institui esse território. E à medida que porções do território municipal são apropriadas por diferentes grupos que exercem sob o espaço apropriado o poder, novos territórios são originados. E assim, dá-se a superposição e/ou o conflito, no contexto municipal, de territórios os mais diversos e distintos.

RAFFESTEIN, na mesma obra, desenvolve uma abordagem múltipla, pois além de propor uma interpretação fundamentada no campo relacional do poder no sentido de apropriação física, material, através de fronteiras jurídico-politicas, considera a territorialização na esfera imaterial, simbólica (como o campo da semiótica e os aspectos subjetivos inerentes aos indivíduos).

Para Oliveira (1999), o território deve ser apreendido como produto da luta de classes,

> síntese contraditória, como totalidade concreta do processo/modo de produção/distribuição/circulação/consumo e suas articulações e mediações, supraestruturais (políticas, ideológicas, simbólicas etc.) em que o estado desempenha a função de regulação. O território é assim produto concreto da luta de classes travadas pela sociedade no processo de produção de sua existência. Dessa forma, são as relações sociais de produção e consumo contínuo/contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão a configuração histórica específica ao território. Logo, o território não é um *prius* ou um a priori, mas a contínua luta da sociedade pela socialização igualmente contínua da natureza (p. 74).

Paulino (2007), ao conceber o território como produto de luta de classes, ensina que não se pode tomar o território nem como expressão homogênea nem como cristalização, em determinado momento histórico, de um suposto saldo final das lutas travada, mas, antes, deve-se buscar as contradições derivadas dos conflitos de classe para se compreender o

território em sua dinâmica. E por essa razão que analisa o arranjo territorial capitalista como hegemônico, que se organiza com vistas à acumulação ampliada, ressaltando que as lutas concretas travadas pela existência levam classes opostas a controlar frações desse território capitalista. (p. 341).

Essa autora endossa também o sentido do conceito de frações do território, acionado por Ariovaldo, para desvendar o processo de recriação do campesinato no interior do modo capitalista de produção (PAULINO, 2007, p. 341).

Para Fernandes (1998), o assentamento é uma fração do território, é um trunfo na luta pela terra; o teórico remete-se a Raffestin (1993) "o território é trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação de trunfos".

Os assentamentos são territórios construídos diariamente na forma de uso, na apropriação, ou seja, na abertura de novas áreas para plantio, na demarcação de áreas para pastoreio do gado, no uso das vazantes para a produção de alimentos e pastagens, no ato de pescar nos açudes, na construção de um campo de futebol, entre outras atividades. São nessas ações, nesses comportamentos que se manifestam a conquista da fração do território por parte dos assentados – a conquista da terra prometida.

A partir dessas ações, na conquista de frações do território pelos camponeses tem conforme Barreira (1992), "uma modificação dos contornos do 'nós' e dos 'outros', dos dominados e dominadores".

Dessa conquista os assentados são unânimes em destacar as melhorias, nessa nova condição de donos da terra livres do jugo do proprietário da terra.

> *Hoje eu tenho a liberdade de escolher onde eu vou plantar e o que eu vou plantar, coisa que não acontecia antes, hoje eu sei que esta terra, o assentamento, é minha, é nossa, é de todos nós que vivemos aqui. Eu acho isso muito importante* (Sr. Sebastião, Grupo Tiracanga I, Assentamento Tiracanga Logradouro).

Na construção da pesquisa, optou-se por trabalhar com o conceito de camponês, com apoio em Marques (2002),

> Entendemos o campesinato como uma classe social e não apenas como um setor da economia, uma forma de organização da produção ou um modo de vida simplesmente. Enquanto o campo brasileiro tiver a marca da extrema desigualdade social e a figura do latifúndio se mantiver no centro do poder político e econômico – esteja ele associado ou não ao capital industrial e financeiro –, o campesinato permanece como conceito-chave para decifrar os processos sociais que ocorrem nesse espaço e suas contradições. Portanto, defendemos a atualidade desse conceito, cuja densidade histórica nos remete a um passado de lutas no campo e ao futuro como possibilidade (p. 1-2).

Martins (1990) lembra que as palavras “camponês” e “campesinato” são das mais recentes no vocabulário brasileiro, introduzidas pelas esquerdas, para dar conta das lutas dos trabalhadores no campo nos anos 50 (p. 21).

Para Martins, “(...) a palavra camponês não designa apenas seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou a cidade, mas na estrutura da sociedade” (1990, p. 22-23). Essa denominação se mostrou apreendida na dimensão da cultura que caracteriza sua forma de trabalho, de sociabilidade, de sua representação da terra, como terra de trabalho, e até mesmo na noção do tempo e o ritmo de trabalho no campo, provinda das necessidades familiares.

Para Oliveira (2001), a presença e participação do camponês dentro do modelo capitalista se dá pela própria contradição e desenvolvimento desigual do sistema que, excluindo o homem de sua terra, leva-o a desempenhar relações de trabalho e de dependência a terceiros, como em parcerias e no trabalho acessório, como na utilização do trabalho camponês em mão-de-obra assalariada. O conceito de camponês nesse período aparecia como tradução da luta pela resistência social a esse modelo que estava em andamento.

Almeida (2006) ressalta como outra caracterização a dinâmica social que se constrói no modo de vida camponês, a forma como eles se relacionam, seja na ajuda mútua no trabalho ou mesmo na troca dos produtos produzidos. Seu ritmo de trabalho e cooperação refletem a dinamicidade de sua vida, pensada e articulada a partir do ciclo do plantar e do colher. Dessa forma, “(...) suas decisões são orientadas pelas necessidades do núcleo familiar” (ALMEIDA, 2006, p. 75).

Para a análise da territorialidade, nos apoiamos em Corrêa (1993) refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social: o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas (p. 251). Por sua vez, desterritorialidade é entendida como a perda do território apropriado e vivido em razão de diferentes processos derivados de contradições capazes de desfazer o território (p. 251).

A inquietação com o tema ora proposto originou-se da nossa participação no Projeto de Extensão da Universidade Federal do Ceará, denominado “Projeto de Assessoria às Famílias Rurais e suas Organizações”, no período de março de 1994 a dezembro de 1995 em assentamentos rurais do município de Massapê. Na construção da monografia de conclusão do curso de Bacharelado em Geografia, denominada: A Reforma Agrária em Construção: A conquista do Morgado, onde abordamos as relações na comunidade (relações de produção, de trabalho, de uso e posse da terra) através do cotidiano das famílias assentadas e as

transformações na organização espacial do assentamento. Bem como, da nossa atuação enquanto técnico do Projeto LUMIAR[1], no período de julho de 1997 a julho de 2000, e do Programa de ATER, no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2002, em assentamentos rurais no município de Canindé, e de 2004 aos dias atuais trabalhando com políticas públicas junto ao Ministério do Desenvolvimento Agrário no Estado do Ceará.

O trabalho aqui apresentado tem a seguinte estrutura: esta introdução, três capítulos, e as considerações finais, em que são expostos os resultados da pesquisa. Nesta introdução destaca-se a problemática da pesquisa, a motivação, e uma breve revisão dos conceitos fundantes para a investigação. O segundo capítulo, Processo de Produção do Território de Canindé, mostra uma sistematização da formação do município de Canindé. No terceiro capítulo desenvolve uma discussão sobre assentamentos rurais e a sistematização do processo de conquista da fração do território pelos camponeses. Finalmente, no quarto capítulo, busca-se entender o processo de territorialidade dos camponeses assentados do Assentamento Tiracanga Logradouro, e também discorrer sobre a forma de uso dos assentamentos no Ceará, sobre a discussão do parcelamento no assentamento Tiracanga Logradouro, sobre o uso camponês da terra no assentamento Tiracanga Logradouro, e sobre as novas formas de uso das parcelas pelos camponeses assentados.

---

[1] Criado em janeiro de 1997, é um projeto de "assistência técnica aos assentamentos integrantes do programa de qualidade e produtividade nos assentamentos de reforma agrária". Esse programa, *grosso modo*, tem como objetivo geral “viabilizar os assentamentos, tornando-os unidades de produção estruturadas, inseridas de forma competitiva no processo de produção, voltadas para o mercado, integradas à dinâmica do desenvolvimento municipal e regional” (Projeto LUMIAR – Diretrizes Gerais,p. 27, Brasília, 1997).

2. Processo de Produção do Território de Canindé

2.1. Trilhas do gado e algodão – base da formação territorial

A produção do território canindeense tem na expressão "binômio gado – algodão", o resumo do processo de ocupação e povoamento do município. Serão aqui destacadas as nuances desse processo para a compreensão e apreensão da distribuição territorial das terras no município de Canindé.

O processo de ocupação e produção do território de Canindé não se deu diferentemente das demais áreas do interior do semiárido nordestino. A exemplo de outros municípios, Canindé surgiu a partir das fazendas de gado. Para Silva (1995), "a pecuária tornou-se uma das atividades mais importantes para a organização do espaço cearense, [e em especial de Canindé] e fato relevante para um Estado que tem 93% de sua superfície contida no Polígono das secas" (p. 83).

Fazendo uma reflexão sobre a pecuária extensiva nordestina, Oliveira (1993) assinala que a atividade se configurou como um "desdobramento, marginal, da atividade principal", expondo, portanto, "a sua remota ligação com o capital mercantil interno da região do açúcar. A criação do gado foi desde os primeiros tempos uma atividade secundária e acessória à grande lavoura canavieira".

A historiografia de Canindé, destacada por Girão (1966), ressalta que "... nas terras denominadas de Salgado, de propriedade de colonizadores de Pernambuco (...), a atividade econômica é mais pastoril do que agrícola. Povoam os seus campos de excelentes pastagens o gado vacum, cavalar, muar e asinino" (p. 114).

A ocupação a partir da criação de gado deu-se no interior, ocorrendo inicialmente em consequência da proibição da criação de gado na faixa litorânea, imposta pela Carta Régia de 1701. Dessa forma, a pecuária atingiu o sertão semiárido, deixando livre para o plantio da cana-de-açúcar as férteis áreas da Zona da Mata Litorânea – áreas de predominância dos solos de massapê. A partir desse momento, a pecuária passou a ser relegada "para o interior, mesmo quando este apresentava os maiores inconvenientes à vida humana e suas atividades" (PRADO JR. p. 44, 1981).

A Carta Régia de 1701 explicita que a pecuária não deveria ser praticada na faixa litorânea. De acordo com as normas coloniais, a monocultura açucareira desenvolver-se-ia durante o mercantilismo colonial, através do emprego de mão-de-obra escrava, e a pecuária no sertão, através de criação extensiva, utilizando mão-de-obra livre.

A porção sertaneja da região nordestina foi um elemento conveniente aos interesses do capital agrário mercantil, pois foi amplamente utilizada para a produção de suprimentos e estoque de produtos alimentícios para sustentar a expansão da economia canavieira, que se desenvolveu centrada nos alimentos produzidos tais como couro, carne seca, carne de gado e outras fontes disponíveis de alimentos.

Sampaio (1996) destaca que,

> A semi-aridez nordestina, nunca foi obstáculo para o capital pois este território desde o início da exploração mercantil, que foi selecionado como sendo uma fronteira capaz de propocionar acumulo de riqueza. Daí, o interesse do capital internacional em transformar esse espaço natural propício a produção de algodão, em um vasto algodoal e imensas fazendas de gado. (p.12)

A expansão da pecuária desenvolvida era extensiva, com o gado criado solto, o que exigia extensas glebas de terra e requeria pouca mão-de-obra. Pode-se destacar, assim, que a grande propriedade é reflexo dessa atividade que até hoje se faz presente na estrutura fundiária cearense e canindeense.

Conforme Andrade (1986),

> A concentração fundiária existente na região nordestina é consequência do caráter essencialmente comercial da agricultura da região, caráter esse que se manifestou desde o início da colonização e que ainda hoje, apesar do crescimento sensível da classe média e do mercado interno, consequência da industrialização, é predominante. Seu domínio se manifesta através da proteção dispensada pelos órgãos governamentais à grande lavoura – cana-de-açúcar, ao café, ao cacau e como contradição, mostra total desprezo às lavouras de subsistência. A grande propriedade tem acesso ao crédito fácil, a garantias de preços mínimos, assistência de estações experimentais, comercialização organizada, enquanto a pequena propriedade, geralmente destinada a culturas de subsistência, são relegadas ao crédito de agiotas, às tremendas oscilações nos preços entre a safra e a entressafra e a ganância dos intermediários. Daí o florescimento constante da grande lavoura e, consequentemente, da grande propriedade fundiária (ANDRADE, 1986, p. 51).

E para Diniz (2009),

> A concentração de terra é um traço marcante da estrutura fundiária cearense desde o período colonial com o regime das sesmarias, doação de grandes extensões de terras voltadas para a pecuária, surgindo assim, os grandes latifúndios, no sertão semiárido (p. 40).

No desenvolvimento dessa atividade pastoril, o fazendeiro abria a sua posse, obtinha a sesmaria, e entregava o gado ao vaqueiro com base no regime da quarteação. Ou seja, para cada quatro bezerros nascidos na fazenda, o vaqueiro recebia um bezerro como pagamento por seu trabalho. Segundo Diniz (2009), “essa forma de pagamento possibilitou que alguns vaqueiros formassem pequenos rebanhos, dentro das propriedades” (p. 41).

Nesse contexto, a agricultura aparece como atividade secundária e complementar à atividade pastoril, tendo a função de fornecer alimentos, conforme destaca Andrade (1986):

> O início da atividade agrícola deve ser contemporâneo do desbravamento do interior e da criação de gado. Apenas a agricultura não foi a atividade principal, desenvolveu-se mediocremente à sombra dos “currais” [...] Ocupava a agricultura pequenas áreas, uma vez que era feita visando o abastecimento da população de cada curral (p.155).

Sá Jr (1976) também colabora com uma mesma análise:

> A economia nordestina foi estruturada secularmente para abastecer o mercado internacional, sendo a produção de consumo doméstico relegada a um papel subsidiário e atribuída como função acessória e suplementar (p. 126).

Segundo Barreira (1992), para o desenvolvimento da agricultura, o proprietário dava a terra para os agricultores cultivarem o algodão e alguns cereais (milho e feijão). O proprietário exigia como pagamento somente os restos das culturas, para alimentar o gado nos meses mais secos do ano, mas, na medida em que o algodão foi adquirindo maior peso comercial, os proprietários passaram a exigir pelo pagamento da terra uma parte do produto. “No começo do século os proprietários começaram a exigir, além de uma parte do algodão, também uma parte dos cereais, [...] alguns proprietários já exigiam até 25% do milho e do feijão” (p. 21).

O fato de o algodão e de os cereais serem produzidos em parceria ou em pequenas propriedades, segundo Barreira (1992), deu um caráter mais democrático a uma estrutura social pobre e pouco diferenciada na região do sertão, “o que não encobre a desvantagem da sujeição a condições de contratos verdadeiramente exorbitantes” (p. 21)

Os camponeses estavam sujeitos à cobrança de pagamento de renda pelo uso da terra que, na sua maioria, era feito em produto e em dias de trabalho gratuito para o fazendeiro, prática conhecida como sujeição, ou seja, forma de pagamento pelo uso da terra. Pode-se destacar que a estrutura da propriedade vigente fortaleceu-se pela obtenção de uma renda fundiária, formada por parcelas da produção de algodão, feijão e milho, bem como pelas forragens deixadas nos roçados, pelos moradores, para os rebanhos da fazenda.

Para Sampaio (1996) O meio de produção, a terra, no Nordeste brasileiro é apropriado por poucas pessoas, as quais para produzirem, terão que manter relações sociais de produção com os trabalhadores sem terra, os despossuídos.

Mas cabe ressaltar que essa democracia restringe-se a poucas pequenas propriedades, pois, de forma geral, os pequenos tiveram de subordinar-se a intermediários da comercialização do algodão que, em geral, eram também grandes proprietários. Tais agentes passaram a financiar o processo produtivo, seja pelo sistema de compra "na folha", seja pelo "financiamento" de bens essenciais de consumo e sob a condição de exercer o direito exclusivo na compra do algodão a um preço sempre abaixo da cotação obtida pelo produto na

época da safra, constituindo-se grande massa de subalternos ao julgo do processo de expropriação capitalista.

Para Girão (1966), a formação do território canindeense foi alicerçada através das ocupações das grandes fazendas. A cidade sede em 1775 era apenas pequeno arraial onde os índios, cristianizados por uma missão (...), se denominavam canindés. Nesse período o fazendeiro Francisco Xavier de Medeiros inicia a construção de uma capela em homenagem ao seu santo de devoção – São Francisco das Chagas[2], que se constitui noutro alicerce – o papel da religião no desenvolvimento do município[3].

A ocupação do atual território de Canindé vinculou-se a um processo de exploração econômica baseada na pecuária e na cultura do algodão mocó, compondo historicamente territorialidades específicas construídas, desde meados do século XVIII, através de práticas sociais resultantes de todo um processo histórico, econômico, político e social.

A cultura do algodão tomou impulso no Nordeste brasileiro e no Ceará, particularmente, sob o aspecto de atividade econômica de maior expressão a partir da Revolução Industrial e da Guerra de Secessão norte-americana de 1861.

Menezes (1995) destaca que

> O desenvolvimento da lavoura algodoeira não fez desaparecer a pecuária extensiva. Elas coexistiram e ao lado da expansão da lavoura do algodão o homem do sertão pôs-se cada vez mais à procura de maiores áreas para a criação. Gado e algodão continuam sendo as bases econômicas da Capitania, sendo, porém, o algodão produto que adquiriu grande importância, fazendo com que seu cultivo assumisse feições comerciais mais evoluídas compatíveis com a segunda metade do século XVIII. De qualquer forma, mais uma vez surge no Ceará um produto dependente da economia internacional e a grande crise mundial do algodão resultou em mudanças significativas na economia cearense (p. 86).

A relação dos proprietários do Ceará com o capital internacional é constatada nas análises de Oliveira (1978):

> O capital internacional sob a égide das "três irmãs" SANBRA, CLAYTON e MACHINE COTTON, realiza internacionalmente, sob o seu controle, o valor dessa mercadoria. E cria aproveitando a estrutura de reprodução do latifúndio-minifúndio, um intermediário comercial que vai desempenhar a tarefa de recoletar das milhares de pequenas plantações de algodão os resultados da colheita; os fazendeiros, principalmente os grandes, converteram-se nesse intermediário financeiro por conta

---

[2] A celebridade da igreja começou no tempo da sua ereção com o primeiro milagre (...) a fama do prodígio, exagerado pela imaginação popular, correu depressa os sertões, e quando se inaugurou a capela já não era pequeno o número dos que eram para ali atraídos pelo prestígio do santo. A conclusão da capela de São Francisco das Chagas data de 1796 (GIRÃO, 1947, p. 114).

[3] A evolução do povoado à categoria de vila tem como instrumento de apoio o Decreto Provincial nº 340 de 29 de julho de 1846, denominada Vila de São Francisco das Chagas de Canindé. O distrito é elevado à categoria de município segundo Lei nº 1221, de 23 de agosto de 1914, que alterou a denominação para o nome atual, Canindé.

> própria ou com recursos das "três irmãs" para financiar as entressafras ou o período morto que medeia entre uma e outra colheita (p. 63).

Conforme Sá Jr. (1976), "o comércio do algodão é altamente monopolizado, havendo, em cada município, cerca de dois ou três compradores, que geralmente estabelecem acordo entre si, visando evitar uma concorrência que os prejudicaria" (p. 124).

O algodão gerou no Ceará uma relação de dependência em que dificilmente o pequeno produtor, meeiros e posseiros ficariam livres do julgo dos proprietários de terra e dos comerciantes/atravessadores do algodão.

No início do século XIX, o Ceará exporta algodão diretamente para o mercado externo. A partir daí, a cotonicultura teve rápida expansão, pois, como já foi visto, ela facilitou a atividade criatória, pois o gado se alimenta das folhas do algodoeiro logo após a colheita da pluma, e no início da cultura o gado ainda se alimenta das sementes na estação seca.

Conforme Silva (1995),

> O algodão entrou em cena, favorecendo as bases para uma nova organização do espaço, pautada na relação gado-algodão. A produção de algodão como produto comercial foi deixada aos cuidados de fazendeiros, sitiantes e parceiros. O grande fazendeiro criador de gado permitia a permanência de meeiros e parceiros na propriedade, plantando o algodão. Assim, foi possível uma certa acumulação de bens pelos camponeses embora seu trabalho estivesse subordinado ao patrão. O pagamento da renda da terra poderia acontecer de diversas maneiras: com pagamento em dias de serviço, em produtos ou ainda, em dinheiro (p. 55).

Oliveira (1990) analisa as três diferentes formas de renda da terra pré-capitalista: renda-em-trabalho, renda-em-produto e renda-em-dinheiro. A renda em trabalho consiste na forma mais simples de fundiária, pois o produtor direto, com seus instrumentos de trabalho que lhe pertencem de fato ou de direito, durante parte da semana, mês ou ano, trabalha as terras de outrem, muitas vezes coercitivamente, recebendo em troca apenas o direito de lavrar parte dessas terras para si próprio (p. 76/77).

As grandes fazendas eram comuns em todo o sertão nordestino, já que a criação extensiva de gado demandava grandes áreas e tinha como representantes máximos os "coronéis" que detinham o poder econômico e político de uma certa região.

> O sertão era repartido em função dos domínios das grandes famílias (...) o poder das grandes famílias tinha uma base e uma origem que decorria da extensão dos seus domínios. A relação entre a importância do coronel e o tamanho do domínio de terra era direta e remetia à origem do poder tradicional (BARREIRA, 1992, p. 45).

Das grandes fazendas[4] de gado do município de Canindé destacavam-se: "a **Logradouro**, de Nemésio Cordeiro; a **Jacurutu**, de José Otoni Magalhães; a **Pedras**, de Álvaro Alves Monteiro; a **Serra Branca** de Pedro Sampaio e a **Japuara,** de Júlio César Campos". GIRÃO (1966, p. 114) (grifos meus).

A base da estrutura fundiária e econômica do município de Canindé continuou tendo como principal característica a grande propriedade (produtora de algodão mocó e gado) até meados dos anos 70 do século XX, quando começa a ruir a base econômica centrada no binômio gado-algodão que deu prestígio e ascensão político-social aos grandes produtores locais, intensificando-se no início dos anos 80.

A crise do algodão deu-se com "a presença do bicudo e as alterações na demanda, no padrão tecnológico e empresarial da indústria têxtil modernizada na região" (Araújo, 1995 p. 137). Colaboram também com a crise as mobilizações dos camponeses para o pagamento pela renda justa conforme preconizava o Estatuto da Terra, Lei n° 4.504 de 30 de novembro de 1964, no Capítulo IV, Seção III, o artigo 96, que e regula a parceria agrícola. Essas mobilizações nos anos 70 e 80, de questionamento do pagamento da renda da terra, geraram vários conflitos entre camponeses e latifundiários no sertão nordestino (Diniz, 2009).

O ouro-branco do sertão, como era conhecido regionalmente o algodão mocó, teve sua redução evidenciada, segundo estatísticas do IBGE, a partir dos anos 80, destruindo a cultura dominante da região; o algodão mocó, que servia de matéria-prima para as indústrias têxteis, e era responsável pela formação do fluxo de renda local.

A crise econômica é visível, já que os fazendeiros não dispõem da oferta de mão-de-obra (moradores), da percentagem do algodão e dos restolhos das culturas (rama do algodão) para "a engorda do gado a custo zero[5]" (ARAÚJO, 1995 p. 135). Observa-se também a perda do poder político, onde

> o "domínio" do voto confundia-se com o "domínio" do morador (...) a grande obrigação do camponês para com o proprietário era votar no seu candidato (...) o "voto de cabresto" funcionava como moeda corrente (...) para o proprietário representa o pagamento das "benesses do Estado" (BARREIRA, 1992, p. 170).

Esse quadro de derrocada dos principais sustentáculos de manutenção da base econômica, política e social no Sertão Nordestino, no caso a queda na produção do algodão mocó e a redução do rebanho bovino, constituem-se em pilares para o rompimento parcial das

---

[4] Essas cinco fazendas foram desapropriadas e/ou adquiridas para fins de reforma agrária no município de Canindé. A Fazenda Japuara representa o marco temporal da História de conquista da terra em Canindé, por ter desencadeado o primeiro conflito por terra no município e por ter sido desapropriada em pleno regime militar.

[5] No período das chuvas o gado se alimentava das pastagens produzidas naturalmente e na estação seca alimentava-se da rama verde (restolhos) do algodoeiro e do feijão, deixadas pelos meeiros / parceiros como parte do pagamento pelo uso da terra.

relações sociais de produção vigente até o final dos anos setenta e intensifica-se nas últimas décadas, refletindo-se num dos fatores para a nova distribuição das terras e da população.

Cabe ressaltar que mesmo com esses golpes de diminuição do poder do latifúndio, há um movimento de concentração provocado inicialmente pelo fator natural das secas, que resulta no agravamento da já elevada concentração de terras em mãos de pouquíssimos produtores: "na seca, pequenos proprietários inviabilizados vendem suas terras a baixos preços e os latifúndios crescem" (Andrade, 1986, Citado por Araújo, 1995, p. 137.)

Outro fator de manutenção e/ou crescimento do latifúndio está relacionado aos incentivos financeiros[6] através de políticas públicas destinados à pecuária, que fortaleceram e modernizaram essa atividade que sempre foi a principal do latifúndio típico do sertão nordestino. "A hegemonia crescente da pecuária nos moldes em que foi realizada agravou a questão fundiária no Nordeste, além de provocar outros efeitos importantes, como a redução da produção de alimentos e a intensificação da emigração rural" (ARAÚJO, 1995, p. 137).

2.2. Estrutura Fundiária de Canindé

Para se demonstrar a estrutura fundiária do município de Canindé, foram utilizados dois tipos de classificação de imóveis[7] do INCRA: Recadastramento Agropecuário de 1972 e 1992, e Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) de 2000. No primeiro, os imóveis eram assim classificados: minifúndio, latifúndio por exploração, latifúndio por dimensão, empresa rural e imóvel não classificado; no segundo, os imóveis estão classificados em: pequena, média e grande propriedade rural.

---

[6] Os incentivos fiscais no Nordeste configuraram-se numa frente de atividade especulativa. Um proprietário ou um grupo qualquer que quisesse se beneficiar de recurso do FINOR/SUDENE com um projeto em sua propriedade, bastava dar como contrapartida a sua própria terra, ou melhor, o valor cadastral de sua propriedade. De forma que o proprietário não precisava arriscar um tostão do seu bolso.

[7] O Estatuto da Terra (Lei nº 4.504 de 30.11.64) consignou uma tipologia de imóveis rurais para enquadrar as propriedades agrárias do País no seu art. 4º, em minifúndio, latifúndio por exploração, latifúndio por dimensão e empresa rural. Essa classificação foi modificada pela Constituição Federal editada em 05.10.88 e regulamentada pela Lei 8.629 de 05.02.93, que em seu art. 4º Inciso I, define como pequena propriedade o imóvel rural com área de 1 a 4 módulos fiscais, média propriedade com área entre 4 e 15 módulos e as grandes propriedades com área igual ou superior a 15 módulos fiscais.

Quadro 1
Área dos Imóveis Rurais em Canindé – 1972, 1992

Anos	Minifúndio		Empresa Rural		Latifúndio Por Exploração		Não Classificado	
	Área	%	Área	%	Área	%	Área	%
1972	25.739	7,60	1.410	0,43	296.192	91,60	x	x
1992	24.072	7,53	80.468	25.20	214.393	67,14	354	0,11

X – Dados não disponíveis. Fonte: INCRA – Recadastramentos Agropecuários – 1972 e 1992.

Na análise da estrutura fundiária do município de Canindé, a partir do quadro 1, observou-se que era extremamente concentrada, sendo a categoria "latifúndio por exploração" a mais expressiva, com 91,60% da área em 1972 e com 67,14% em 1992. Já a participação dos minifúndios na estrutura do município tem uma pequena queda percentual nessas duas décadas, perdendo 1.667 ha.

Um fato que chama atenção nesses dados são os números relacionados ao crescimento dos imóveis classificados como empresa rural: a área ocupada por esses imóveis passou de 0,43% em 1972 para 25,20% em 1992, um taxa considerável de crescimento. Ou seja, os percentuais perdidos pelos latifúndios foram anexados/transformados em Empresa Rural. Conforme Alencar (2005), isso significa que parte desse crescimento foi "a maquiagem" do latifúndio por exploração para empresa rural, para evitar que fosse considerado imóvel passível de desapropriação por interesse social (p. 84).

Os grandes proprietários utilizam-se de mecanismos legais para se adequarem às regras vigentes e garantir a posse da terra. Alguns latifúndios por exploração transformavam-se em empresas rurais, para evitar a desapropriação da área com fins de reforma agrária e assim ter acesso a incentivos fiscais (Martins, 1995).

Como exemplos do latifúndio que se transforma em empresa rural, situados em Canindé podem citar: a Fazenda Logradouro, que foi transformada em Logradouro Agropecuário Ltda., Pessoa jurídica sob número de CGC: 06.879.753/0001-03, com endereço no Edifício Palácio Progresso, 8° andar, sala 815, Centro Fortaleza – CE. E a Agropecuária Luis Girão Ltda., situada em Canindé, desapropriada pelo INCRA em 1996, tinha como objetivo acessar projetos agropecuários com incentivos fiscais, com aplicação de parte dos recursos em propriedades do proprietário situadas em outros municípios do Ceará.

Considerando a classificação alterada pela Constituição Federal de 1988 e regulamentada pela Lei n° 8.629[8] de 25 de fevereiro de 1993. De acordo com essa lei o Estado do Ceará e do município de Canindé tem a distribuição de imóveis, conforme os quadros a seguir.

Quadro 2
Classes dos imóveis no Estado do Ceará, por módulos fiscais, 2004

Classe de Módulos Fiscais – Ceará	Imóveis		Área	
	Número	%	Hectare	%
Menos de um módulo fiscal	93.837	71,62	1.651.695,50	19,82
Pequena propriedade	30.017	22,91	2.932.604,10	35,20
Média propriedade	6.062	4,63	2.110.575,40	25,33
Grande propriedade	1096	0,84	1.637.390,60	19,65
Total Geral	131.012	100,00	8.332.265,60	100,00

Fonte: INCRA, Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR)

Quadro 3
Classes dos imóveis em Canindé, por módulos fiscais, 2000 e 2004

Classe de Módulos fiscais – Canindé	2000				2004			
	Imóveis		Área		Imóveis		Área	
	Nº	%	Hectare	%	Nº	%	Hectare	%
Menos de um módulo fiscal	640	45,03	16.413,50	9,03	636	47,39	16.115,90	10,14
Pequena propriedade	579	40,74	55.496,50	30,52	558	41,58	53.441,00	33,63
Média propriedade	165	11,61	57.385,40	31,56	117	8,72	42.051,00	26,46
Grande propriedade	37	2,6	52.534,80	28,89	31	2,31	47.288,60	29,76
Total Geral	1.421	100	181.830,20	100	1.342	100,00	158.896,50	100,00

Fonte: INCRA, Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) 2000 e 2004

Conforme dados acima listados, Canindé contava em 2000 com 1.421 imóveis rurais em 181.830,2 dos quais 640 classificam-se como imóveis de um módulo fiscal, ou seja, os minifúndios representam 45.03% dos imóveis e ocupam uma área de apenas 9,03% da área total do município. Com os dados de 2004, percebeu-se que os minifúndios representam 47.39% dos imóveis e ocupam uma área de 10,14% da área total do município, mas examinando a evolução com o ano de 2000 observou-se uma diminuição no número e na área ocupada por esses imóveis no município.

[8] A Lei n° 8.629 de 25 de fevereiro de 1993 dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.

Por outro lado, temos os imóveis classificados em grande propriedade, conforme os dados de 2004, com 2,31% dos imóveis, detendo a posse das terras correspondente a 29,76% das terras do município. A grande propriedade possui aproximadamente 20 vezes menos imóveis do que a categoria menor que um módulo, ainda ocupando área maior, da ordem de 19,62%. Ou seja, o que se destaca é que a grande propriedade mantém o seu poder de concentração da posse da terra.

A leitura desses dados revela a prevalência de uma estrutura fundiária concentrada e polarizada. Enquanto minifúndios e pequenas propriedades em 2004 respondem por 88,97% do total de imóveis rurais e ocupam 43,77% da área, médias e grandes propriedades que representam apenas 11,03% do total de imóveis ocupam 56,22% da área do município de Canindé. O elevado percentual de minifúndios, 47,39% do total dos imóveis, é um grave indicador, na medida em que essas propriedades estão abaixo da quantidade mínima de área suficiente para a manutenção de uma família.

Por esses números se constata que a estrutura fundiária de Canindé não difere da estrutura das demais regiões do Ceará, apresentando um cenário de concentração de terras, como se pode notar nos quadros 1 e 3. E segundo o quadro 2, atualmente no Estado do Ceará os minifúndios têm 71,62% dos números de imóveis e ocupam 19,8% da área; já a grande propriedade tem apenas 0,84% de imóveis e detém 19,65% da área.

Sobre os quadros 1 e 3 um fato é importante a ressaltar que os números são referentes aos somatórios das áreas ocupadas pelas diferentes categorias de imóveis. Nos dados do Recadastramento de Agropecuário de 1992, a área total dos imóveis (minifúndio, latifúndio por exploração, latifúndio por dimensão, empresa rural e imóvel não classificado) abrange uma área territorial de 319.287 ha. Já os números do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) – 2000, o somatório total das categorias (pequena, média e grande propriedade rural) representa 181.830,2 ha de área total do município. Nos dados de 2004, o somatório é de 158.896,50, ou seja, em apenas 12 anos a área do município foi reduzida em 160.391,5 ha, o equivalente a 50,23% da área territorial de Canindé.

Para acontecer uma redução de 50,23% na sua base territorial, o município deveria passar por um desmembramento de alguns de seus distritos, caso não verificado em Canindé. A explicação para essa diminuição justifica-se em razão de os cadastros serem realizados de acordo com os dados declarados pelos proprietários das terras, e tais dados não

conferem com a área real do imóvel[9], caracterizando uma situação de evasão cadastral e elisão fiscal, processos de maquiagem da propriedade como, por exemplo, o retalhamento dos imóveis para enquadramentos favoráveis.

Alguns estudos apontam que o uso de sistema de cadastro de imóveis ampliaria a oferta de terras para fins de reforma agrária e que a resolução dos problemas de conflitos por terra no País passaria inevitavelmente pela adoção de um sistema que contemplasse todas as propriedades do Brasil.

Esses dados são o retrato do processo de ocupação do território canindeense: as grandes fazendas de gado, que demandavam grandes parcelas do território para o desenvolvimento da atividade pastoril.

Muitas fazendas são mantidas como réquiem de um passado pretérito, como reserva de valor. Conforme Oliveira (2001), a terra que tem sido mantida improdutiva e apropriada privadamente para servir de reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes (p. 194). Os dados do Censo Agropecuário do IBGE de 2006 destacam que em Canindé temos 27,52 % das terras utilizadas como pastagens naturais.

2.3. Evolução da base socioeconômica de Canindé

Com relação à população, o território canindeense aglutina segundo dados do Censo Demográfico de 2000, 69.601 habitantes. No quadro 4 é demonstrada a evolução populacional de Canindé. Observa-se que em 1960 82,18% da população viviam no espaço rural enquanto apenas 17,81% residiam no espaço urbano.

Quadro 4
População residente no município de Canindé (CE) 1970 a 2007

Anos	Total	Urbana		Rural	
		Nº	%	Nº	%

[9] "Vigora uma situação de ilegalidade e instabilidade jurídica na maior parte do território nacional. Os dados do Cadastro do INCRA indicam que 50,86% da área total do território brasileiro estão na condição de cadastrada. Há, ainda, situações de apropriação ilegal de terras devolutas ou mesmo já arrecadas, e irregularidades no cadastro que permitem que em alguns casos a área dos imóveis cadastrados supere a própria área total do estado" (PNRA, 2003, p. 19).

1970	50.652	12.068	23,82	38.584	76,17
1980	58.180	19.347	33,25	38.833	66,74
1991	61.827	30.115	48,70	31.712	51,29
2000	69.601	35.573	56,85	30.028	43,14
2007	73.878	44.392	60,09	29.486	39,91

Fonte: FIBGE Censos Demográficos do Ceará – 1970, 1980, 1991 e 2000. E estimativa da população em 2007.

Na década de 70 do século XX, no momento áureo da cultura do algodão, 76,17% da população residiam na área rural, fato que permaneceu inalterado enquanto a atividade algodoeira foi a principal atividade econômica. O declínio do algodão mocó com a sua quase erradicação no início dos anos 80, aliado às secas e a outros problemas estruturais, intensificaram o êxodo da população rural para a cidade nas últimas décadas.

No período de 1991 a 2000, a taxa média geométrica de crescimento da população de Canindé foi de 1,32%; em contrapartida, a população urbana cresceu 3,08% no período, valor bem acima da média do Estado, que foi de 2,75%. Cabe salientar que outros municípios do Estado tiveram taxas de crescimento maiores, contribuindo para crescimento acelerado das cidades do interior de maior porte, principalmente na Capital do Estado – Fortaleza.

No município de Canindé, como nos demais municípios do sertão cearense, parte dessa população passou a ocupar a periferia da cidade; bairros com características rurais crescem a cada dia na sede do município. Em Canindé destacam-se os bairros: Alto do Tiro, Can, Palestina, Santa Luzia, entre outros.

Segundo o IBGE (2007), a estimativa da população de Canindé para o ano de 2007 era de 73.878 habitantes, com uma população urbana de 44.392 habitantes e uma população rural de 29.486 habitantes. O município conta com 18.680 domicílios particulares permanentes, dos quais 6.947 estão situados na zona rural, correspondendo a 37,19% do total de domicílios de Canindé.

Na hierarquização das cidades no Estado do Ceará realizada pela Secretária de Planejamento – SEPLAN (2001), no documento intitulado "A Reestruturação Espacial como Componente da Estratégia de Combate à Pobreza[10]", Canindé está classificado como Centro Regional. A importância dessas cidades no Estado está ligada ao crescimento populacional e às importantes funções de desenvolvimento na região. Elas são os principais centros de

[10] Este estudo propõe uma distribuição das cidades no Estado do Ceará em uma hierarquia com os seguintes níveis: Primeiro nível – Fortaleza e sua Região Metropolitana, como Centro Primaz; Segundo nível – as Cidades Secundárias; Terceiro Nível – Os Centros Regionais; e Quarto Nível – as cidades de pequeno porte. A hierarquia de escolha das cidades secundárias e centros regionais foi atribuída a partir dos seguintes critérios: tamanho da população dos municípios; constatação de um nível de urbanização superior a 60%; constatação de um PIB *per capita* superior a 40% do observado em Fortaleza; constatação de um crescimento populacional anual, para o período de 1991-1996, igual ou superior a 1,5%; e IDM – Índice de Desenvolvimento Municipal.

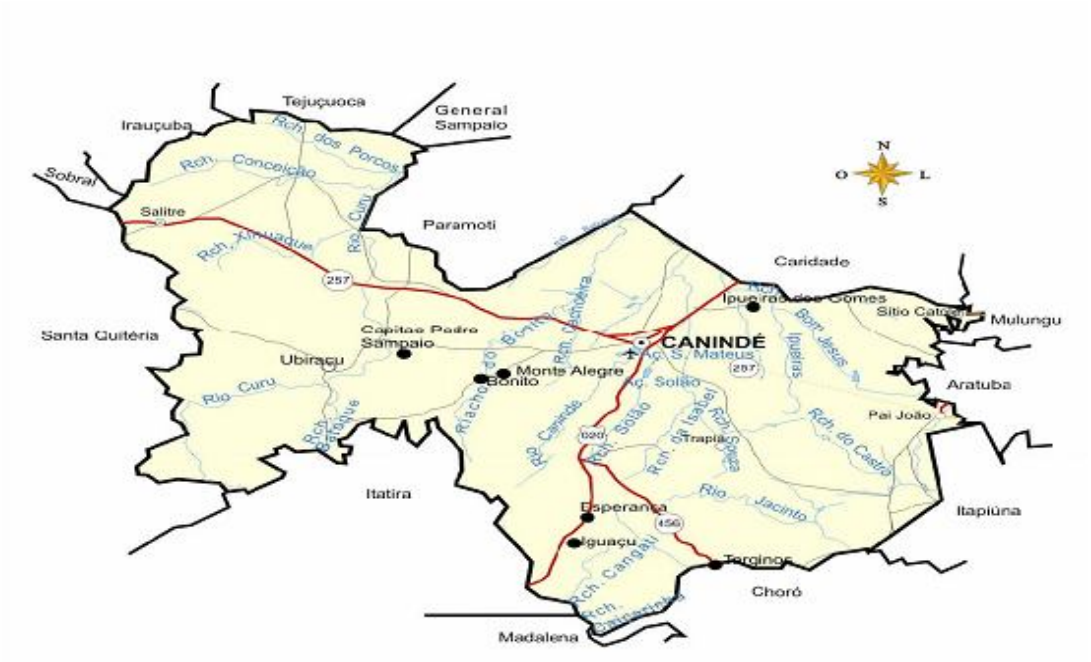
redistribuição dos produtos manufaturados e de coleta da produção regional (Souza, 2007, p. 27). Canindé tem a sua área de influência nos municípios de Itatira, Madalena, Paramoti, General Sampaio, Caridade.

O município de Canindé, está localizado na porção centro-norte do Estado do Ceará, entre as coordenadas 4°21’32” na latitude Sul, e 39°18’42”, na longitude Oeste, com a sede municipal situada a uma altitude de 149,5m. Distante 114 km de Fortaleza, a área de estudo situa-se na microrregião de Canindé (IPECE, 2009), abrangendo 3.204,5 km² no semiárido cearense

O município exerce na sua região o papel de centro de suporte ao desenvolvimento rural/regional, reduzindo o efeito de isolamento da população dos municípios vizinhos, capaz de acessar através de Canindé, entre outros, serviços e bens públicos: Agência de Bancos (Banco do Brasil, Caixa Econômica Federal e Banco do Nordeste do Brasil); atendimento do Instituto Nacional de Seguridade Social – INSS; Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado do Ceará – SEBRAE; Clube de Diretores Lojistas – CDL; Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação – CREDE; Célula Regional de Saúde – 5ª CERES; Ouvidoria do Governo do Estado do Ceará, Campus Avançado de Universidades entre outros serviços.

A cidade de Canindé é a cidade centro da Região do Sertão Central, ficando equidistante de vários municípios: a 100 km de Fortaleza, a 100 km de Quixadá, a 100 km de Boa Viagem e a 100 km de Santa Quitéria, sendo lugar de distribuição e recepção de mercadorias, atendendo, entre outros, a vários municípios: Caridade, Paramoti, General Sampaio, Aratuba, Itapiúna, Madalena, Itatira, Boa Viagem, Santa Quitéria entre outros.

Figura 01 – Localização do Município de Canindé



Fonte: IPECE: 2009

Outra característica de Canindé é a de ser um centro de devoção e peregrinação a São Francisco das Chagas, considerado o segundo maior Santuário Franciscano do mundo, ficando atrás apenas da cidade de Assis na Itália.

No período da festa, que acontece anualmente na primeira quinzena do mês de outubro, circula na cidade aproximadamente um milhão de romeiros. A cidade é um centro convergente. Romeiros vindos de toda a Região Nordeste, de todo o Estado do Ceará, em especial dos Estados do Maranhão e Piauí, vêm para Canindé para pagar promessas pelas graças atendidas e deixar seus ex-votos ao seu santo de devoção.

Em seu estudo sobre a Geografia da Religião, Rosendahl (2002) destaca que

> A peregrinação aos lugares sagrados (...) Trata-se de uma demonstração de fé que adquire nítida espacialidade, pois envolve o deslocamento de um lugar a outro, deslocamento esse que, em muitos casos, é marcado por uma periodicidade regular. Envolve, assim, espaço e tempo fixos; os lugares sagrados; e fluxos (a peregrinação) (p. 11).

Os romeiros que se deslocam à cidade o fazem a pé, em moto-romaria, de ônibus e em caminhão pau de arara. É comum observarmos homens em caminhadas solitárias, carregando uma cruz de madeira, ou acompanhados de suas famílias a andar e a cantar louvores a São Francisco, fato também verificado nos tradicionais caminhões pau de arara de romeiros vindo dos demais Estados do Nordeste. Na carroceria são distribuídas tábuas (assentos improvisados) e é utilizada uma cobertura de lona. Os romeiros percorrem grandes

distâncias rezando, tirando benditos e louvores. A peregrinação guarda, na quase unanimidade dos casos, uma característica evidentemente religiosa, assumindo o sentido de sacrifício.

Como já foi destacado anteriormente, a religião teve papel preponderante na formação do município, uma vez que a igreja construída em meados de 1796 deu prestígio à cidade de Canindé em toda a Região Nordeste.

No mês de outubro a cidade é festa, tanto a religiosa em devoção ao santo padroeiro da cidade, como a festa com conotação econômica. Nesse período, durante quinze dias, os moradores e comerciantes ganham, segundo depoimento de muitos, o relativo a seis meses de trabalho.

Tudo se transforma em fonte de renda: aluguel de casas aos romeiros, as calçadas das casas são alugadas aos comerciantes, venda de banhos, alguns habitantes chegam a transformar suas casas em bares/restaurantes. Os clubes sociais promovem festas diárias; a prostituição intensifica-se; em todos os lugares da cidade tem festa; aumenta o número de pedintes. É a festa religiosa, convivendo harmonicamente com a festa profana.

A cidade é literalmente invadida por uma legião de vendedores. Em depoimentos colhidos entre os feirantes, constata-se que eles em sua maioria vêm das cidades de Juazeiro do Norte e de Caruaru. São comercializados produtos diversos, tais como: artigos domésticos, vestuários e redes de todos os tipos e preços.

Um produto agrícola já tradicional na festa é o abacaxi, pois o período da festa de São Francisco coincide com o auge da safra de abacaxi da Paraíba (é o abacaxi de Sapé). Assim, ao se andar nas ruas, sente-se o aroma da fruta que, como nos relatou um morador, "... é o cheirinho da festa...". Existe a tradição dos agricultores do município de venderem parte da produção obtida nas lavouras (no auge da cultura do algodão) nesse período para comprar roupas para toda a família e se divertir na festa. É comum ouvirmos nos assentamentos este relato, "este ano vai dar para brincar a festa, tenho a renda até boa". Na cidade é momento de reformar a casa, de adquirir roupas, de observar os melhores pretendentes a namoro e, talvez, de um casamento.

Já relacionado à participação dos diversos setores da economia local e tomando como base os dados do Censo do IBGE do período de 1970 a 2000, comprova-se o predomínio das atividades desenvolvidas no setor primário no período de 1970, 1980 e em 1991 com uma pequena margem sobre os demais setores. No ano de 1970, o setor primário absorvia 91,05% da população economicamente ativa (PEA); por uma série de fatores mencionados anteriormente suas atividade têm declinado de forma acentuada, pois no ano de

1991 tínhamos um percentual de 51,10% – uma redução considerável no número de pessoas ocupadas no setor.

Quadro 5
Evolução da População Economicamente Ativa
Canindé 1970 a 2000

PEA por Setor	1970		1980		1991		2000	
	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%	Nº de pessoas	%
PEA Primário	11.584	91,05	11.814	66,79	10.252	51,1	9.134	40,26
PEA Secundário	566	4,45	1.714	9,69	1.878	9,36	4.183	18,44
PEA Terciário	572	4,5	4.161	23,52	7.934	39,54	9.372	41,3
Total	**12.722**	**100**	**17.689**	**100**	**20.064**	**100**	**22.689**	**100**

Fonte: Censo Demográfico IBGE 1970, 1980, 1991 e 2000.

Registra-se acima o crescimento dos setores ligados a atividades desenvolvidas na área urbana de Canindé. Em 2000, 59,74% da população economicamente ativa encontrava-se nos setores secundário e terciário, com 18% e 41,3%, respectivamente. Esses dados são fruto do intenso processo de migração rural-urbana que se deu a partir dos anos oitenta e do crescimento de Canindé como cidade central na sua região.

A atividade industrial tem crescido ao longo dos últimos 30 anos, de 4,45% para 18,44% do PEA. É o incremento de um setor que tem nas pequenas unidades produtivas a sua base. Nesse segmento, destacam-se as unidades voltadas para os produtos alimentícios, de calçados, e para a fabricação de móveis.

No segmento de maior porte existe uma unidade de extração mineral e mais recentemente uma unidade de grande porte do setor calçadista, com produtos voltados para exportação.

Mas o ponto forte desse setor está relacionado à indústria de artigos religiosos tais como confecção de fitas, terços, livrinhos com cânticos, entre outros. O gênero voltado para a confecção de imagens de gesso é a mais importante e ocupa parcela significativa da população. Essas unidades abastecem o mercado local e fornecem para a festa de Padre Cícero em Juazeiro do Norte – Ceará, e para diversos municípios nos Estados do Maranhão, Piauí, Bahia e Pará. De acordo com a Prefeitura Municipal de Canindé, existem atualmente no município 32 minifábricas de artigos religiosos.

O crescimento do setor terciário vem também reestruturando a economia local e configura-se como o de maior incremento, no período analisado. Em 1970, correspondia a 4,5% do PEA e em 2000 é o setor que responde por maior participação, com 41,3% do PEA.

Essa elevação é consequência do crescimento da atividade comercial (lojas e mercadorias diversas) e do segmento prestação de serviços. Atualmente a cidade dispõe de boa rede comercial, com estabelecimentos dos mais diversos tipos, entre outros, lojas de eletrodomésticos, de tecidos, de material elétrico, sapatarias, perfumarias, mercantis, restaurantes, bares, hotéis.

A atividade comercial na cidade se estrutura para atender à população do município, das cidades na área de influência comercial de Canindé, e em especial aos romeiros/peregrinos que se deslocam à cidade para visitar o Santuário Franciscano. Da estrutura comercial existente, boa parte é considerada altamente dependente dos romeiros.

Mesmos com a redução no número da população economicamente ativa do setor primário, esse setor desempenha importante papel na ocupação de mão-de-obra e como fixador de grande parcela da população de Canindé, pois, conforme dados apresentados no Quadro 3, 43,14% da população reside na zona rural, contribuindo com parte considerável do PEA Municipal num total de 40,26 % em 2000. Os dados são indícios da presença de áreas de reforma agrária no município.

Já relacionado à participação da atividade na base econômica (IPECE, 2009), o setor agropecuário tem 8,03% do Produto Interno Bruto – PIB de Canindé[11], o setor de serviços 42,51%, e a indústria 49,46% do PIB municipal.

Quadro 6
Setores da Economia – Ceará e Canindé – 2001 e 2009

PIB por Setor (%)	Canindé		Estado do Ceará - 2009
	2001	2009	
Agropecuária	8,03	18,59	7,26
Indústria	42,51	10,05	23,53
Serviços	49,46	71,36	69,21
Total	100,00	100,00	100,00

Fonte: IPECE, 2001 e 2009

O Quadro acima apresenta o PIB de Canindé, em 2001 e 2009. A evolução da participação da agropecuária está relacionada a alguns fatores tais como a queda do setor da indústria, com a saída do polo de calçados do município; o crescimento do setor da

[11] A queda na participação na economia do PIB do setor agropecuário não é um fenômeno exclusivo de Canindé. No Estado do Ceará o setor agropecuário também vem apresentando um declínio, pois em 1970 representava 15,78%; em 1995, 7,05%; em 1997, 5,72%; e, em 2000, 5,62%, equivalendo a uma redução de 10,16% em três décadas (IPLANCE, 2000).

agropecuária, com retorno de pessoas para esse segmento; e o crescimento da oferta de políticas públicas de fortalecimento da agricultura, através de crédito e assistência técnica. É oportuno destacar aqui que o PIB do setor agropecuário em 2000 do Estado do Ceará, era de 5,62%, tendo ocorrido um pequeno crescimento para 7,26% em 2009, conforme se nota pelo Quadro 05.

A pequena participação do setor agropecuário na composição do PIB e a redução na geração de emprego no setor agrícola e pecuário, conforme Alencar (2005), é resultante de uma série de fatores enfrentados pela questão agrária no Ceará:

> prioridade da política do governo para a indústria; baixa produtividade; falta de investimentos em pesquisas direcionadas para as regiões geoambientais; carência de assistência técnica; poucos programas e escassez de recursos financeiros para investimentos e custeio para agricultura e pecuária; falta de políticas para conviver com as estiagens periódicas; inexistência de infraestrutura produtiva e social (educação, saúde,lazer, etc.); inadequado uso dos solos e estrutura fundiária concentrada (p. 79).

Como a nossa área de estudo é um assentamento rural, traçaremos a seguir uma caracterização do setor agropecuário do município de Canindé.

A partir das informações do IBGE – "Produção Agrícola Municipal – (PAM) 2008 de Canindé", as principais culturas no município foram: milho, com 46,78% da área cultivada; feijão, com 44,39%, e algodão, com 28 ha, o equivalente a 0,07% da área colhida no município. A grande mudança nos tipos de cultura está ligada à cultura do algodão (em especial o algodão mocó), que ocupava 60,82 da área colhida. Mas cabe destacar que as três principais culturas, em 1974, respondiam por 99,15% da área cultivada e, após 36 anos, ocupam 91,25% da área total, indicando o incremento de outras culturas.

As demais culturas (batata-doce, cana, mamona, fava, mandioca, banana, castanha de caju e mamão) correspondem a 8,74% da área colhida. O incremento de novas culturas ao longo desse período já aponta para o início de diversificação, com destaque para a castanha de caju (180 ha), cana (145 ha), e mamona (3.603 ha). Essa retomada da mamona é impulsionada por programa do Governo Federal e Estadual, sob fortes críticas dos movimentos ambientais e de segurança alimentar quanto ao impacto dessa cultura na diminuição das culturas voltadas para a alimentação das famílias.

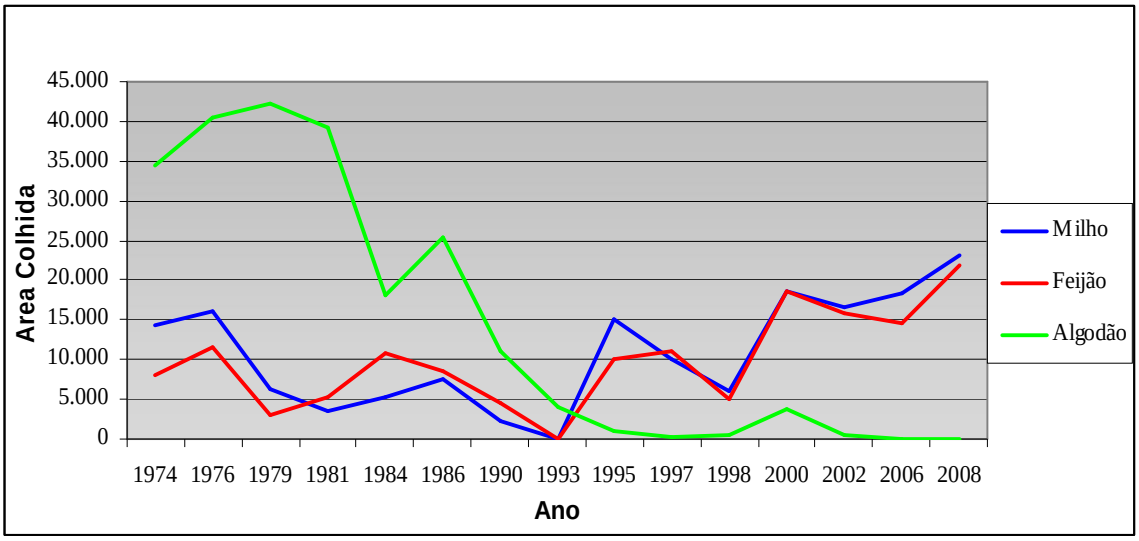
Confrontando os dados do PAM de 2008 com os de 1974, verifica-se as seguintes mudanças: a área colhida no município teve uma redução de 20,72%; a cultura do algodão, que correspondia em 1974 a 60,82% da área plantada no município, em 2008 ocupava apenas

0,07% dessa área. A redução na área plantada da cultura do algodão é extensiva a todo o Estado do Ceara[12], conforme se visualiza pelo Gráfico 1.

No Gráfico abaixo se percebe essa queda na área das principais culturas do município, que colabora com a explicação da diminuição da participação do setor agropecuário no PIB e na PEA.

[12] Há 20 anos o Estado do Ceará era o 3º colocado nacionalmente na produção de algodão. Hoje o Ceará é o 15º produtor de algodão nacional. As sucessivas importações de algodão permitidas pelo governo brasileiro entre 1993-94, visando garantir o barateamento do vestuário e combater a inflação, aliados a problemas de estiagens e uso de tecnologia, provocaram uma violenta crise na cotonicultura nacional. Atualmente o Estado do Ceará tem o segundo parque têxtil do Brasil e somente 3% do algodão consumido pela indústria têxtil é produzido aqui no Ceará (as indústrias compram algodão dos EUA, Goiás e São Paulo). Cabe ressaltar que não existe no Estado, por parte do governo estadual, nenhum programa de incentivo à produção dessa cultura.

Gráfico 1
Área colhida das principais culturas do **município de Canindé 1974 - 2008**



Fonte: Produção Agrícola Municipal 1974, 1979, 1981, 1986, 1990, 1995, 1997, 1998, 2000, 2002 e 2008.

A cultura do algodão manteve a área colhida até o inicio dos anos 80, apresentando queda com as secas de 82 e 83 e retomada de crescimento em 1999/2000, através do Programa Hora de Plantar do Governo do Estado do Ceará, em parceria com o Centro Nacional de Algodão – EMBRAPA.

Nesses 30 anos, a área cultivada caiu continuadamente, em função de políticas de substituição por algodoeiro anual; períodos de secas, culminando com a disseminação do bicudo-do-algodoeiro; assistência técnica inadequada, e interesse dos proprietários em diminuir a autonomia dos moradores sobre os roçados, conforme destaca Diniz (2009),

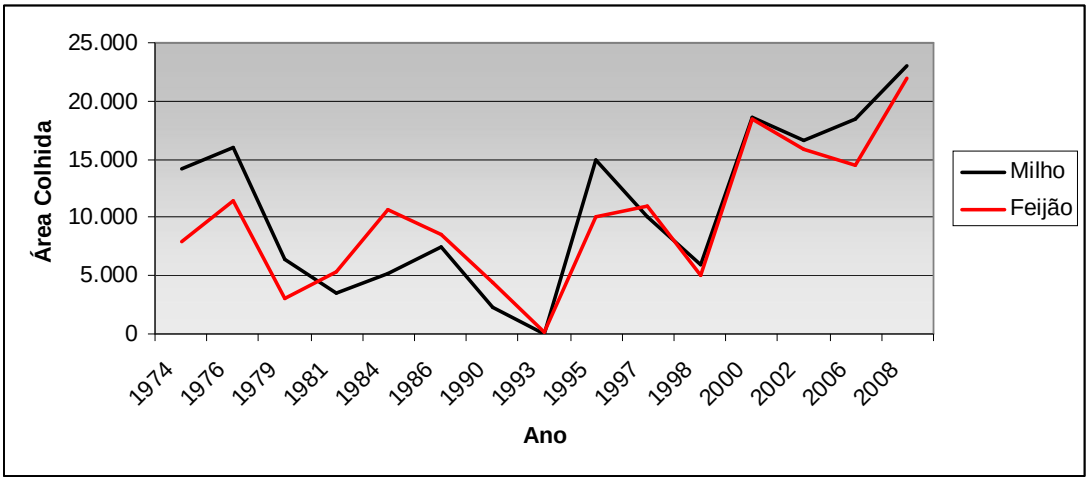
> a proibição de culturas permanentes dependia do fato de que, a qualquer momento, o proprietário sem que o morador pudesse comprovar o tempo de permanência e pudesse pleitear os seus direitos. Outro fator, do estímulo do Estado, via política de créditos e incentivos fiscais, possibilitou aos latifundiários encontrarem outra forma de organização da produção (p.71).

Ainda referente ao Gráfico 1, observa-se que as menores áreas colhidas no município como as de milho, feijão e algodão, ocorreram nos anos da década de 90 em consequência da seca; em especial, no ano de 1993 a área colhida em Canindé correspondeu a apenas 4.100 ha, a menor área desde 1974. Os anos de 1996 e 1997 foram anos sofríveis, e em 1998 apresentou a segunda menor área colhida, com 11.520 ha.

Mas, trabalhando os dados da Produção Agrícola Municipal – IBGE, utilizando informações das culturas de feijão e milho, considerando o período de 1986 a 2008, ou seja, a

partir do período que se inicia o processo de conquista da terra pelos camponeses no município de Canindé, com a intervenção das políticas de Reforma Agrária, a área colhida dessas duas culturas em 1986 correspondia a 16.000 ha, crescendo para 44.933 ha em 2008, com destaque para área de milho com 23.056 ha, o que se pode constatar uma evolução de 126% na área colhida de milho e feijão no município de Canindé – culturas tradicionalmente voltadas para o autoconsumo da unidade familiar camponesa.

Gráfico 2
Área Colhida de Feijão e Milho no **município de Canindé 1974 - 2008**



Outro componente do setor, a pecuária, foi responsável pelo início da ocupação territorial de Canindé. Das grandes fazendas do gado até os dias atuais – com a presença de novas territorialidades nos sertões de Canindé – a pecuária, e em especial a criação de bovinos, continua a desempenhar forte participação nesse segmento.

Importante destacar que a criação de bovinos é, para a tradição sertaneja, uma fonte de poupança. Os animais são criados como forma de garantir despesas diversas: serviços médicos, deslocamento de algum membro da família, ou pagamento de algum débito. Os bovinos são fonte de alimentos na produção de leite e carne, e voltado para o mercado.

Conforme dados apresentados pela Pesquisa da Pecuária Municipal (2008), destaca-se os rebanhos de bovinos, com 46,65% do total de cabeças; de ovinos, com 21,12%, e de caprinos, com 32,22% desse total. Ou seja, o rebanho bovino ainda prevalece como o principal rebanho, mantém ao longo dos anos o maior número de cabeças, mesmo perdendo a sua atividade parceira – o algodão.

Cabe salientar que nos últimos anos está acontecendo a substituição do rebanho de bovinos pelo de ovinos e caprinos. A soma de ovinos e caprinos corresponde a 53,34% do rebanho do município, valores diferenciados quando comparados com dados do início da década de 90, quando o rebanho de bovino correspondia a 54,62% (IBGE, 1991).

Essa reversão é resultante de alguns fatores: a utilização de pequenos animais (ovinos e caprinos) no rebanho dos camponeses das áreas de reforma agrária; as estiagens no final da década de 90 (anos 1995, 1997 e 1998); o aumento do custo de produção dos animais de grande porte no sertão, em consequência da valorização da carne de ovinos e caprinos nos grandes centros do Nordeste; e especialmente a participação dos pequenos produtores na pecuária, que em sua maioria se decidem por plantel de menor porte.

Sobre os dados acima mencionados (produção agrícola e pecuária) aponta-se as seguintes conclusões:

a) a exploração agrícola em Canindé é desenvolvida principalmente pelos camponeses (culturas voltadas para a subsistência da unidade familiar) – ocupando um número significativo quando se relaciona o percentual do PEA do setor primário ao do PEA total do município, onde existe um grande contingente populacional rural realizando a exploração de culturas com baixo rendimento econômico;

b) a derrocada da cultura do algodão – aliada a estiagens periódicas, baixa produtividade, carência de assistência técnica, escassez de programas de investimentos e custeios, e ausência de uma política de comercialização – tem acentuado a queda do setor agropecuário;

c) a grande propriedade está subutilizada, em muitos casos destinadas a pastagens, improdutiva, ou como serventia para reserva de valor e/ou reserva patrimonial às classes dominantes (Oliveira, 2001, p. 194);

d) a participação dos assentamentos rurais no município de Canindé na área colhida e na produção de animais reforça a questão de que a reforma agrária produz alimentos para toda a sociedade, mesmo não existindo dados específicos e recentes sobre essa afirmação.

Estudos demonstram, porém, o impacto da reforma agrária nos municípios onde se estabelecem os assentamentos rurais, pois impulsionam a economia local com respeito a equipamentos agrícolas, bens de consumo, material de construção e alimentos. Dessa forma, os assentamentos acabam provocando a dinamização da vida econômica de vários dos municípios onde se inserem. Além da importância da elevação do número de novos

produtores que entram no mercado, introduzindo maior oferta e diversidade de produtos, em especial alimentares, os assentados aumentam sua capacidade de consumo, comprando não só gêneros alimentícios nas feiras, no comércio local e até mesmo de vizinhos (atividade bastante comum, mas dificilmente captada nas estatísticas), como também insumos e implementos agrícolas, eletrodomésticos e bens de consumo em geral (Leite et al, 2004,259).

2.4. Caracterização ambiental de Canindé

As condições ambientais de Canindé são naturalmente susceptíveis aos processos erosivos e degradação/desertificação de seus recursos naturais. Disposto sobre rochas impermeáveis do embasamento cristalino, o município caracteriza-se por possuir paisagens típicas dos sertões nordestinos.

Submetido à acentuada semi-aridez, o município possui um regime pluviométrico bem irregular, onde as precipitações são escassas e concentradas. As temperaturas se mostram elevadas ao longo do ano, alcançando média máxima de 27°C e a mínima de 24°C. Esses aspectos climáticos incidem numa elevada taxa de evapotranspiração, contribuindo para um grande déficit hídrico superficial, que marca a intermitência sazonal dos cursos d'água.

Os principais tipos de solos existentes no município: Neossolos Litólicos (solos Litólicos), os Luvissolos (Brunos não-Cálcicos) e os Planossolos. São geralmente rasos, com fases pedregosas, apresentando considerável rochosidade, porém são relativamente férteis, utilizados em larga escala para agricultura de subsistência, cultivo de algodão e pecuária extensiva principalmente gado bovino. Devido a exaustivo uso da terra através de práticas agropastoris tradicionais, são grande as evidências de degradação dos solos, com os horizontes mais superficiais perdendo espessura, em associação aos processos erosivos naturais.

Em resposta da integração dessas condições ambientais agressivas, se estabeleceu uma cobertura vegetal xerófila, representada pelas Caatingas que bem se adaptaram à escassez hídrica, dada a semi-aridez do clima regional, ocupando uma extensa área territorial. Vale destacar que outras unidades fitoecológicas de menor expressão na paisagem, porém encontram-se tão degradadas quanto à caatinga, em decorrência do extrativismo vegetal e desmatamentos para o preparo de áreas de pastagens e lavouras.

Capítulo 3. Os Assentamentos Rurais – A Conquista de Frações do Território

3.1. A Política de Reforma Agrária no Município de Canindé[13]

Se a terra foi Deus quem fez
Se é obra da criação
Deve cada camponês
Ter uma faixa de chão.
Sem Terra
(Patativa do Assaré)

Na construção da Reforma Agrária, a conquista de frações do território, os assentamentos, tem marcado o espaço agrário canindeense. Da presença da grande propriedade com base na criação de gado e da cultura do algodão, inicia-se outra ocupação, uma nova forma de uso do território, ou seja, novas territorialidades.

Nesse sentido, a reforma agrária vai em direção à (re)construção da propriedade coletiva dos meios de produção e, mais importante, vai em direção à construção de novas experiências realizadas pelos camponeses no momento de construção dos assentamentos.

No campo canindeense concentrador de terras, desencadeou-se no final da década de 60 o primeiro conflito por terra[14] no município, ocorrido na Fazenda Japuara, numa área de 1.863,49 há, envolvendo 39 famílias. É importante frisar que o conflito ocorreu de 1968 a 1971, durante o governo Médici, num dos mais repressivos momentos da História do nosso país.

O conflito inicia-se quando os herdeiros resolveram vender a terra em 1968 a um comerciante proprietário de outras duas fazendas no município, mesmo existindo por parte do proprietário a promessa de vender a fazenda para os moradores. Conforme Diniz (2009), havia uma espécie de compromisso de compra e venda, mas esse acordo não foi cumprido pelos herdeiros. Os moradores que viviam há mais de 20 anos na fazenda, queriam ser os compradores da terra (p. 124).

---

[13] Nesta secção discutiremos a implantação das políticas de reforma agrária no município de Canindé, para aprofundamento a cerca da questão agrária e reforma agrária, indicamos o trabalho de Oliveira (2005) em especial o capitulo 1 – A questão Agrária no Brasil e Alencar (2005).

[14] O primeiro conflito seguido de desapropriação no Estado do Ceará ocorreu na Fazenda São Jerônimo, situado no município de Pacatuba em 1958, com uma área de 1389 ha, beneficiando 31 famílias. Alencar & Barreira, 2000 p.12.

O proprietário, interessado no despejo dos moradores, contratou pessoas para arrombarem o açude e destelharem as casas. O conflito explodiu entre os moradores, polícia local e pistoleiros, culminando na morte de um morador, um pistoleiro, um soldado da polícia e um delegado. Nesses acontecimentos, é ressaltada a presença de atores tradicionais nas soluções dadas pelos proprietários aos problemas surgidos em suas terras: pistoleiros e polícia (Barreira, 1992, p. 48).

A Federação dos Trabalhadores Rurais do Ceará, logo depois do conflito, encaminhou ao INCRA o pedido de desapropriação. Conforme Barreira (2002), o pedido fundamentava-se na existência do próprio conflito, na irregularidade da venda da fazenda e, principalmente, no fato de que 80% das benfeitorias existentes pertenciam aos moradores-parceiros (p. 56).

Conforme Alencar (2005), a Fazenda Japuara torna-se o primeiro imóvel desapropriado por interesse social para fins de reforma agrária no Estado do Ceará (p. 128). A fazenda foi desapropriada, um mês e dois dias após o conflito, no dia 25 de março de 1971, em benefício de 39 famílias.

Para Barreira (2002), essa ação do governo federal foi considerada uma medida acauteladora; isso, na essência, traduz o temor de que o problema de Canindé se estendesse a outras propriedades também em vias de conflito (p. 56).

Fernandes (1996) destaca que

> O Estado manteve a questão agrária sob o controle do poder central, de forma que o Estatuto da Terra não permitisse o acesso à terra para os camponeses, à propriedade familiar, e sim aos que tinham o interesse de criar a propriedade capitalista. Nessa condição o Estatuto revelou-se um instrumento estratégico para controlar as lutas sociais, desarticulando os conflitos por terra (p. 33).

Para o autor, o Estatuto da Terra (1964) serve, ao mesmo tempo, para desmobilizar rebeliões camponesas nas zonas de maior conflito e beneficiar aqueles que tiverem o interesse em desenvolver uma empresa capitalista.

A luta dos camponeses da Fazenda Japuara fez-se ouvir pelos sertões do Estado do Ceará. A partir desse conflito seguiram-se outros, que tinham como cerne a luta pela terra. E a Japuara apontou a conquista da terra como algo que poderia ser alcançado pelos camponeses. Esse assentamento configura-se o marco numa escala temporal, constituindo um referencial para as lutas por terra que se desenrolaram no município de Canindé e no Ceará nos últimos 39 anos.

De acordo com Diniz (2009), a partir de 1978 registram-se, no Ceará, a emergência dos conflitos de resistência à expulsão (despejo). Foram as primeiras experiências

de questionamento da renda, denominado pelos camponeses pagamento da "renda justa" (p. 129). Os moradores da Fazenda Monte Castelo em Quixadá questionaram o pagamento da renda de 50% da produção e descobriram que poderiam pagar apenas 10%, conforme a lei estabelecia. A fazenda foi desapropriada, sendo o primeiro processo resultante da luta em torno da questão da renda no Ceará. Nesses dois processos de desapropriação, foram vistas como forma de frear a ação dos camponeses no Ceará.

Martins (1995) destaca que

> O Estatuto faz, portanto, da reforma agrária brasileira uma reforma tópica, de emergência, destinada a desmobilizar o campesinato sempre e onde o problema da terra se tornar tenso, oferecendo riscos políticos. O Estatuto procura impedir que a questão agrária se transforme numa questão nacional, política e de classe (p. 96).

Martins (1993) ressalta que o regime militar

> Produziu uma legislação suficientemente ambígua para dividir os proprietários de terra e assegurar ao mesmo tempo o apoio do grande capital multinacional. [...]. O regime militar procurou classificar usos e extensões de propriedade, de modo a formular um conceito operacional de latifúndio e estabelecer, portanto, uma distinção entre terras desapropriáveis e terras não desapropriáveis (...). A flexível categoria de empresa rural recebia simpatias do Estado e escapava da possibilidade de ser incluída nas desapropriações. O que indica, em princípio, uma reforma agrária orientada para a modernização econômica e para aceleração do desenvolvimento capitalista na agricultura (p. 78/79).

Conforme Oliveira (2005),

> A Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964 – Estatuto da Terra, introduziu o conceito de diferentes tipos de propriedade da terra: minifúndio, os latifúndios por extensão e por exploração e a empresa rural. [...] A terra devia ser utilizada: a) de modo que houvesse uma exploração que favorecesse o bem-estar do proprietário e das famílias que nela labutavam; b) de forma que mantivesse níveis satisfatórios de produtividade; c) de modo que respeitasse o meio ambiente; e d) de forma que cumprisse a legislação trabalhista. Combinados esses quatro itens, o proprietário estaria dando à terra sua função social (p. 50/51).

O processo de intervenção fundiária em Canindé, um dos instrumentos utilizados para promover a modernização da agricultura e o acesso do homem à terra, foi a implantação do Programa de Redistribuição de Terras e Estímulos à Agroindústria no Norte e Nordeste – PROTERRA[15], em que a compra de terras foi o principal instrumento de obtenção de áreas. Esse programa vai de 1971 a 1985. O fornecimento de títulos dava-se após aquisição de terras pelo Programa PROTERRA/Projeto Ceará e Desapropriação. "As desapropriações no período

---

[15] O Programa de Redistribuição de Terras e de Estímulo à Agroindústria do Norte e Nordeste (PROTERRA), decorrente da proposta do Grupo de Trabalho Agrário do Governo Costa e Silva, que com o Decreto-Lei nº. 1.179, de 6 de julho de 1971, cria o PROTERRA, que ressuscita o pagamento das desapropriações por interesse social em dinheiro, e não em Títulos da Dívida Agrária; esse programa vai de 1971 a 1985. Para maior aprofundamento, ver, entre outros, Alencar, 2005.

de 1971 a 1985 – somaram um total de 229.752 ha e titulou 1.907 famílias" (CASTRO JR., 1994, p. 71).

A partir da ação do Proterra/Funterra no município de Canindé foram obtidas as seguintes áreas: Fazenda Ingá/Ipueiras, Fazenda Capim e Fazenda Barra Cancão.

Esses assentamentos têm toda uma particularidade; são titulados individualmente, o que para a qualidade das terras de alguns deles se constitui em fator limitante para o pleno sucesso da área reformada, fato que abordaremos nos próximos capítulos sobre o Assentamento Tiracanga Logradouro.

Outro fator importante a se destacar sobre estes assentamentos é o relacionado à evasão das famílias da sua parcela. Um número apontado por um "parceleiro" do Ingá/Ipueiras indica que aproximadamente 60% das pessoas que foram beneficiadas venderam, trocaram ou abandonaram as suas parcelas.

Quadro 7

Assentamentos Criados com o Programa PROTERRA no Município de Canindé

Assentamento	**Data de Criação**	**Lotes/Famílias**	**Área**
Barra Canção	15.06.74	75	3.990
Ingá/Ipueiras	12.08.80	94	5.445
Capim	04.11.80	49	3.080
Total		**218**	**12.515**

Fonte: INCRA - 2004

No caso do Assentamento Ingá/Ipueiras, o solo mais representativo é do tipo neossolos (solos litólicos) que apresenta as seguintes características: pouca profundidade, de baixa a média fertilidade, fase epipedregosa e rochosa, caatinga hiperxerófila seca, edafológica longa, não suportando o uso de máquinas. Esse tipo de solo não é propício para a exploração agrícola.

Conforme menciona CASTRO JR., até mesmo o INCRA admite que as condições dos parceleiros apresentem resultados negativos dessa reforma agrária. "A situação dos parceleiros do PROTERRA merece atenção especial. Por todos os equívocos cometidos em sua implantação, necessário se faz uma revisão por parte do INCRA. No Estado do Ceará, são quase 2.000 famílias em dificuldades" (MIRAD/INCRA: 1985 citado por Castro Jr., 1994, p. 71).

No período de vigência do Programa Proterra/Funterra destacam-se vários equívocos na condução desse programa:

a) O pagamento da terra em dinheiro e com as terras superfaturadas, pois, para muitos proprietários, a medida configurava-se um prêmio: a terra, antes imobilizada, transforma-se em capital para investimento em outros setores da economia. Tais recursos representavam na prática a renda da terra, extraída com a venda da terra e com preço alto, para o governo federal.

b) A utilização do programa para a venda de terra e como forma de os proprietários burlarem o pagamento de direitos aos camponeses/moradores, como se pode depreender pelo depoimento a seguir:

> *O patrão, até que tinha umas dívidas com a gente. No meu caso, umas diárias e uns animais pra receber e a divisão da sorte. Mas ele deu a terra pro INCRA e o INCRA deu pra nós. Ai ficou assim, pago né? As coisas que ele devia pra gente naquele tempo, eu considero como quite. Pra mim está tudo pago* (Sr. Antônio Lima, Camponês do Assentamento Ingá/Ipueiras – Canindé, 2008)

c) Os assentados dessas áreas não tiveram acesso a acompanhamento técnico, nem do INCRA, nem dos demais órgãos responsáveis por esse serviço. Cabe ressaltar que nesse período o INCRA não dispunha da figura do Assessor Técnico – criado na estrutura funcional do órgão somente em 1994. O trabalho do INCRA até esse período centrava-se apenas na compra da terra, no cadastro das famílias e na distribuição nos lotes. Assuntos relacionados aos setores produtivos e sociais não eram trabalhados. Os camponeses eram jogados à própria sorte na área recém-reformada.

Pode-se afirmar que a transformação da estrutura fundiária de Canindé acentua-se com os conflitos no campo[16], nas lutas camponesas pela terra, como instrumento de pressão social para o governo da Nova República. Oliveira (2001) destaca que o Governo da Nova República aceitou o desafio do 1º PNRA, e que durante a visita de Tancredo Neves ao Vaticano a única coisa que o Papa lhe pediu foi a realização da reforma agrária. Por esse motivo, Nelson Ribeiro, ligado à Igreja, foi o primeiro ministro da Reforma Agrária. (p. 200).

Conforme Alencar (2005),

> O I PNRA está fundamentado no Estatuto da Terra e na Constituição Federal, quando ratifica que não serão desapropriados os grandes imóveis que cumprem a função social, as empresas rurais, os imóveis que estiverem produzindo, as médias e pequenas propriedades; e nos casos em que ocorrer a desapropriação, as benfeitorias serão pagas em dinheiro e o valor da terra nua em Títulos da Dívida Agrária. Segundo afirma, o Brasil dispõe de 500 milhões de ha de terras agricultáveis; destes, 170 milhões são classificados como latifúndios com "área aproveitável e não explorada" (p. 168).

---

[16] Dados apresentados por Diniz (2009) a partir de informações da CPT/CE relaciona 33 conflitos no campo entre 1984 e 1985 no Ceará.

O I Plano Nacional de Reforma Agrária – PNRA, com o objetivo geral de "promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, [...], através da eliminação progressiva do latifúndio e do minifúndio" e com a implantação do Plano Regional de Reforma Agrária - PRRA, que tinha como objetivo "mudar a estrutura fundiária, distribuindo e redistribuindo a terra ... e assegurando um regime de posse e uso que atenda aos princípios de justiça social" (MIRAD/INCRA, 1986).

O instrumento utilizado para garantir a função social da terra constitui-se na desapropriação por interesse social, principalmente nos assentamentos criados pelo INCRA e na ocorrência de casos de arrecadação ou doação de terras, sobretudo nas áreas estaduais. Os assentamentos criados a partir da intervenção do governo estadual através do IDACE pelo Decreto – Lei nº 19.224 de 20 de abril de 1988, para efeito de acesso às políticas de créditos foram equiparados aos assentamentos federais, recebendo os mesmos benefícios de crédito, como no caso do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária – PROCERA[17].

Esse mecanismo de intervenção, para criação de áreas de reforma agrária, a partir de 1985 tinha como base legal, no caso do PNRA, regulamentado pelo Decreto nº 91.766, de 10 de outubro de 1985 (o fundamento legal do plano era a Constituição Federal, e a Lei 4.504, de 30 de novembro de 1964 - Estatuto da Terra), e o caso do PRRA – CE, regulamentado pelo Decreto nº 92.617, de 2 de maio de 1986.

Oliveira (2001) destaca que os primeiros resultados das ações de implantação do 1° PNRA foram os seguintes: apenas 8% das terras previstas foram desapropriadas, e 10% das famílias assentados. Assim, o sonho de 1,4 milhões de famílias assentadas, que havia sido anunciado em 1985, ficou reduzido a pouco mais de 140 mil.

No município de Canindé, considerando as ações fundiárias no período que compreende o PNRA/PRRA, ou seja, até 2003, foram criadas 39 áreas de reforma agrária, com implantação de assentamentos rurais, das quais 29 áreas de Assentamentos do Governo Federal, obtidas pelo INCRA/CE através de desapropriação e uma área através de doação[18]. Já

---

[17] PROCERA – Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária – criado pelo voto do Conselho Monetário Nacional – CMN de 46/85 em 31 de janeiro de 1986. Esse programa tinha linha de crédito com rebate de 40% sobre o principal e juros subsidiados. Funcionava nos Estados a partir das Comissões Estaduais do Procera – com a função de captar a demanda e fazer fluir o processo de elaboração dos projetos. Em 1992, a partir de 06 de fevereiro de 1992, através da Portaria Interministerial n° 36, ocorreu o reforço de 10% dos Fundos Constitucionais (respectivamente Fundo Constitucional do Centro-Oeste e Fundo Constitucional do Nordeste).

[18] A área repassada para o INCRA Ceará através de doação foi a Ipueira da Vaca – através de ação da Igreja – Paróquia de Aratuba.

com referência às ações do Governo do Estado do Ceará, através do IDACE, tivemos a criação de 10 áreas de assentamentos.

Cabe destacar que as criações desses assentamentos estão relacionadas às mobilizações dos camponeses com a mediação da ação da Igreja, do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé e, sobretudo da ação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST, como será apresentado ao longo da construção deste trabalho.

No Plano, a política de apoio é concebida pela articulação de instrumentos, recursos ou estratégias: organização em torno de associações, difusão de tecnologia agropecuária e oferta de recursos financeiros através de crédito rural, serviços oferecidos mediante a complementaridade institucional dos órgãos do aparato estatal. O programa de assentamento se baseia numa concepção de mudanças do comportamento dos supostos beneficiários ou na construção orientada dos assentados.

Outra política de intervenção fundiária foi a Política de Reforma Agrária de Mercado, em parceria com o Banco Mundial, por intermédio do mecanismo de compra e venda da terra, no caso do Estado do Ceará[19].

Segundo Oliveira (2005), a reforma agrária de mercado como uma política de contra-reforma agrária aparece como condição e consequência da forma pela qual o Estado foi levado a recriar o mercado de terras para favorecer o desenvolvimento do capitalismo no Ceará (p. 2).

O Governo do Estado do Ceará, através do IDACE, com apoio do Banco Mundial, implanta um projeto piloto no Componente de Ação Fundiária do Projeto São José, denominado Programa de Reforma Agrária Solidária – São José, que funcionou de fevereiro a dezembro de 1997.

De acordo com Alencar (2005),

> Projeto Cédula da Terra – O segundo programa de compra e venda de terra é o Projeto Piloto de Reforma Agrária e Alívio da Pobreza Rural – Projeto Cédula da Terra, criado a partir da experiência piloto no Ceará do Projeto São José – Reforma Agrária Solidária. O Projeto Cédula da Terra foi viabilizado pelo governo federal (MEPF e do INCRA) e o Banco Mundial (p. 229).
>
> Programa Banco da Terra – O terceiro mecanismo de compra e venda de terra é o Fundo de Terras e da Reforma Agrária – Banco da Terra – instituído pela Lei Complementar nº. 93, de 4 de fevereiro de 1998, e regulamentado pelo Decreto nº. 3.027, de 13 de abril de 1999 (p. 237).
>
> Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural – O Projeto Crédito Fundiário e Combate à Pobreza Rural, de acordo com o Manual de operações, sublinha ter sido este projeto criado pelo governo federal no intuito de melhorar os programas

[19] Para aprofundamento sobre a Política de Reforma Agrária de Mercado consultar os trabalhos de Alencar, 2005 e Oliveira, 2005.

anteriores, como por exemplo: a descentralização das ações, atribuição de maior poder aos CDRS e a participação mais ampla dos movimentos sociais na sua execução, portanto, espera a "ativa participação dos beneficiários e suas comunidades, do movimento social organizado e dos governos estaduais e municipais" (GOVERNO FEDERAL, MDA, 2002, p. 7). Bem como este projeto faz parte do acordo de empréstimo 7037 – BR, firmado entre o governo federal e o Banco Mundial (p. 242).

Com a ação dessa política de reforma agrária de mercado, com os programas de compra e venda de terra, no período de 1997 a 2003 no Ceará, com ação em 113 municípios, foram adquiridos 289 imóveis, que correspondem a 0,21% dos imóveis rurais do Estado (134.782), ocupam 180.714,46 ha, ou seja, 1,93% do território rural (9.351.858 ha), e atendem 4.538 famílias (Alencar, 2005 p. 247). No Quadro abaixo, destaca-se os números dessa política no município de Canindé.

Quadro 8
Assentamentos da Reforma Agrária de Mercado, Ceará – CE – 1997 a 2005
no Município de Canindé – CE

N°	Projeto	Ano de Criação	Capacidade de Assentamento	ÁREA (ha)
1	Fazenda Santa Clara	22.05.1998	20	1.340,00
2	Oiticica	07.01.1998	11	364,00
3	Feijão	05.11.1998	10	290,42
4	Campos do Jordão	04.02.1998	15	331,05
5	Fazenda Santa Rita	20.01.1998	14	633,00
6	Faz. Nova Olinda	07.01.1998	18	922,00
7	Pedra Furada	18.05.2000	16	733,01
8	Conceição	12.05.2001	14	584,37
9	Maracajá	17.01.2001	8	422,21
10	Pedras	22.08.2001	12	430,91
11	Fazenda Rancho Alegre C. do Meio	20.05.1998	20	985,13
Total			**158**	**7.036,10**

Fonte: Coordenação Crédito Fundiário – SDA – Novembro – 2009

Quadro 9 - Assentamentos Governo Federal, INCRA – CE – 1986 a 2010 no Município de Canindé – CE

N°	Projeto	Ano de Criação	Capacidade de Assentamento	Famílias Assentadas	ÁREA (ha)
1	PA Grossos	1986	20	20	822,6438
2	PA Ipueira da Vaca	1986	120	146	8.000,0000
3	PA Cacimba de Dentro/Três Irmãos	1986	56	54	1.967,6800
4	PA Fazenda Suíça	1987	50	38	2.055,7919
5	PA Lagoa Verde	1987	21	19	854,3096
6	PA Tiracanga/Logradouro	1989	119	97	4.111,9127
7	PA Guarani/Bom Lugar	1994	143	50	3.586,8152
8	PA Nojosa	1994	54	12	1.360,5185
9	PA Armadores	1995	28	18	704,9650
10	PA Alegres	1995	23	19	904,8119
11	PA Jacurutu	1995	148	142	5.400,5000
12	PA Todos os Santos	1995	112	110	3.372,1538
13	PA Santa Helena	1995	60	52	1.899,2334
14	PA Poço/Riacho das Flores	1996	20	14	502,4300
15	PA Transval/Pau de Leite	1996	92	77	2.977,2400
16	PA Varzante do Curu	1996	23	21	913,4000
17	PA Ipiranga	1996	26	26	1.001,0000
18	PA Baixa da Areia	1996	26	26	1.418,6343
19	PA Entre Rios	1997	60	60	2.804,2000
20	PA Carnaubal	1997	60	58	2.989,7010
21	PA Rocilândia	1997	40	33	1.744,5121
22	PA São Paulo	1998	90	90	3.878,4696
23	PA Santana da Cal	1998	30	18	1.046,5427
24	PA Rancho Primavera	1998	25	15	952,4335
25	PA Souza	1998	65	57	3.211,0800
26	PA Logradouro/Ubiraçu	1998	74	68	3.555,6100
27	PA Imburanas/1º de Maio	1999	27	25	1.154,0500
28	PA Frazão	1999	20	20	750,0710
29	PA Monte Orebe	1999	37	37	1.431,1945
30	PA Poço da Pedra	2004	25	25	1.254,0686
31	PA Cacimba Nova	2005	35	35	1.930,2274
32	PA Terra Livre	2007	26	26	1.229,2631
33	PA Nossa Senhora de Fátima	2007	15	14	833,4290
34	PA Conceição	2008	73	67	5.397,4897
35	PA Jerimum	2008	30	22	1.500,8823
36	PA Frios	2009	21	15	992,8664
37	PA São Fco das Chagas de Canindé	2009	25	23	1.254,0686
Total			**1.919**	**1.649**	**79.767,1996**

Fonte: Divisão de Assentamentos INCRA – SR – 02 – CE – Fevereiro/2010

Quadro 10
Assentamentos Governo Estadual, IDACE – CE – 1986 a 2003 no Município de Canindé – CE

N°	Projeto	Ano de Criação	Capacidade de Assentamento	Famílias Assentadas	ÁREA (ha)
1	PE Arirão/Fé na Luta	1996	33	24	1.092,1250
2	PE Caiçara	1998	23	19	826,5611
3	PE Canaã/Nova Conquista	1995	22	9	1.079,5850
4	PE Capim-Açu	1993	7	7	210,0000
5	PE Nova Vida	1993	27	17	688,3700
6	PE Oiticica Ii	1993	43	41	1.200,0000
7	PE Pedras	1995	10	10	475,3777
8	PE Pitombeira I	1993	56	35	2.806,7700
9	PE Sítio do Meio	1993	20	9	540,0000
10	PE Cachoeira Cercada	1998	22	21	705,1400
Total			**263**	**192**	**9.623,9288**

Fonte: Divisão de Assentamentos INCRA – SR – 02 – CE – Fevereiro/2010

Sobre os Quadros 8, 9 e 10, em que são apresentadas as informações referentes ao assentamentos do Plano Nacional de Reforma Agrária e Programa Nacional de Crédito Fundiário, criados no município de Canindé, alguns pontos se destacam.

O primeiro ponto refere-se à Política de Reforma Agrária de Mercado, forma de acesso à terra em que os camponeses sem terra compram a terra. Ou seja, o mecanismo da desapropriação com fins sociais foi substituído pela compra, é a chamada reforma agrária amiga do mercado. No nosso entender, é a cristalização no Governo FHC da sua política de reforma agrária (e mantida no atual Governo Lula), no discurso da modernização, da inserção do mercado e na desburocratização para o acesso à terra com claros objetivos de desarticular o movimento de luta pela terra.

Em Canindé, essa ação já incorporou uma área de 7.036,10 ha para 158 famílias de mutuários, correspondendo em média a 44,16 ha por família, ou seja, área menor que o Módulo Fiscal do município[20]. Conforme Alencar, 2002, essa 'superpovoação' ou 'minifundiarização' está relacionada com o preço da terra, pois é necessária uma quantidade de pessoas para viabilizar o financiamento da terra (p. 15).

De acordo com Oliveira (2005), na negação de uma questão agrária, a necessidade de reafirmar a inexistência da reprodução camponesa e a afirmação do caminho único,

[20] Segundo o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) INCRA: 1997 o Módulo Fiscal do município de Canindé é de 50 ha.

portanto excludente, da inserção no mercado mundial. [...] No caso da política fundiária com base no mercado, a reforma agrária se restringe a resolver o problema financeiro dos proprietários da terra rentista, permitindo o acesso à terra via endividamento dos camponeses (p. 77).

O segundo ponto confirma a ocorrência da intensificação do processo de transformação do território canindeense com a criação dos assentamentos com fins de reforma agrária, como se visualiza nos Quadros acima, com as áreas desapropriadas pelo INCRA a partir de 1986, com a implantação do PRRA-Ce. Mas salienta-se que a criação dessas áreas para fins de reforma agrária não se concretizaram apenas do interesse do governo em resolver a situação do problema agrário no nosso país, mas devemos considerá-las como conquistas de frações do território por parte dos camponeses.

O terceiro ponto observado no processo de intensificação da reforma agrária em Canindé relaciona-se com os direcionamentos do 3º Congresso do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST realizado em julho de 1995. Nele decidiu-se intensificar as ocupações de grandes propriedades improdutivas ou irregulares como forma de pressionar o governo a acelerar a implementação de novos assentamentos.

O MST instala-se no Ceará como instrumento de mobilização dos camponeses, cujas atividades se iniciaram em 1989 na região do Sertão Central. O MST atuou inicialmente nos municípios de Madalena, Quixadá e Canindé. Conforme lembrou Diniz (2009),

> O MST surgiu no Ceará em um contexto de intensas lutas e conflitos ocorridos no interior das fazendas, pois, das várias experiências de enfrentamento com o dono da terra, surgiu a necessidade de construir uma organização social que pudesse articular os vários moradores que estavam em luta (p. 159).
>
> O que levou os moradores camponeses a mudarem as estratégias de luta ao articular o MST no Ceará foi a tomada de consciência do processo de subordinação e exclusão social e político a que estavam submetidos, que resultou no amadurecimento da consciência de classe. Isso leva a afirmar que a consciência de classe se faz no processo de luta e resistência (p. 159).

A primeira ocupação do MST no Estado do Ceará ocorreu no município de Madalena, na Região do Sertão Central Cearense. No dia 25 de maio de 1989, 450 famílias ocuparam uma área chamada de Fazenda Reunidas São Joaquim, com uma área de 22.992 ha. Dessa ocupação resultou a imissão de posse no dia 9 de junho de 1989, que levou ao Assentamento 25 de Maio. A segunda ocupação do MST no Ceará foi realizada no município de Canindé, na Fazenda Logradouro II, cuja ação será destacada no próximo capítulo desta pesquisa.

Oliveira (2001) destaca que o MST, na condição de movimento social rural mais organizado desde o final do século XX, ocupa lugar de destaque e [...] representa, no conjunto

da história recente do País, mais um passo na longa marcha dos camponeses brasileiros em sua luta cotidiana pela terra (2001, 195)[21]. Observa, ainda, como estudioso da questão agrária, que há um lado novo e moderno no movimento, pois o campesinato não está lutando apenas para entrar na terra, mas para ficar na terra. Segundo o autor, o movimento revela uma nova estratégia de luta que acredita ser possível a construção de uma nova sociedade, dotada de justiça, igualdade e cidadania:

> Trata-se, pois, de uma luta de expropriados que, na maioria das vezes, experimentaram a proletarização urbana ou rural, mas resolveram construir o futuro baseado na negação do presente. Não se trata, portanto, de uma luta que apenas revela uma nova opção de vida para esta parcela pobre da sociedade brasileira, mas, muito mais, revela uma estratégia de luta acreditando ser possível, hoje, a construção de uma nova sociedade. Uma nova sociedade dotada de justiça, dignidade e cidadania (2001,195).

O MST, como parte da luta do campesinato brasileiro, segundo Oliveira (2001), por ter uma organização sólida, "está soldando a possibilidade de vitória da luta destes diferentes setores que formam o heterogêneo campesinato brasileiro" (p. 196). O Movimento, nascido nos anos 80, é um movimento social jovem que tem como binômio de ação a lógica acampamento-assentamento.

> Quem quiser conhecer e entender o MST terá de entender esse processo de luta calcado nos acampamentos, portanto, nas ocupações e na luta nos assentamentos. Assim, o MST é um movimento que articula simultaneamente a espacialização da luta, combinando-a contraditoriamente com a territorialização desse próprio movimento nos assentamentos. Possui e dá importância à sua estrutura organizativa democrática, de base, efetivamente de massa. Estrutura organizativa que respeita as diferenças desses movimentos em várias partes do país, e que tem um coletivo nacional representante das diferentes regiões onde o movimento atua. É um movimento diferenciado, pois respeita as decisões tomadas coletivamente. É um dos poucos lugares deste país onde a discordância se dá na discussão de uma determinada concepção ou na tomada de uma decisão. Mas, uma vez vencida uma proposta, ela é abraçada por todos e levada à prática por todos. Essa prática, infelizmente, não ocorre nos partidos políticos, não ocorre em setores do movimento sindical. O MST, com esse componente novo em sua organização, nasce como um movimento de massa, de contestação contra o não-cumprimento pelo Estado da lei da Reforma Agrária (Oliveira, 2001, p.196).

O papel realizado pelo MST ante a conquista da reforma agrária, como entidade de articulação política e mediadora perante o Estado, reflete um quadro de valorização do homem do campo, na condição de ente ativo e construtor de sua realidade, que aos poucos toma forma dentro das áreas reformadas, construindo, a partir de sua força de trabalho, uma sociedade mais justa.

---

[21] Oliveira acredita ser importante frisar que o MST não foi nem é o único movimento social na história do Brasil, pois há um grande número de movimentos de luta pela terra no campo brasileiro.

O MST, à medida que agrupa populações, cujo conflito incide no problema da concentração fundiária o direito da propriedade e questiona essa apropriação, é visto como um movimento modernizador. Martins, 1996, ressalta que O MST é o portador do moderno porque ele questiona a estrutura de propriedade e por meio dela questiona a estrutura do poder. Por isso é que é problemática a reforma agrária no Brasil. Ela não é só uma questão econômica, mas também uma questão política. (MST, 1996).

Iniciava-se assim a história de lutas e conquistas de frações de território pelos camponeses através da ação do MST no Ceará, movimento que constituiu ao longo desses anos o principal agente de força e pressão diante dos órgãos governamentais para a realização da reforma agrária.

O quarto ponto está relacionado à ação da Igreja junto aos camponeses do município de Canindé. Para Martins (1995), somente em 1963 a CNBB tomou uma posição menos ambígua em relação à questão fundiária, admitindo que a desapropriação para fins de reforma agrária não constituiria um atentado ao direito de propriedade, desde que fosse justa a indenização, em dinheiro e em títulos (p. 88).

A ação da Igreja no município se deu através da Paróquia de Aratuba, com trabalho dos Padres Moacir e Zé Maria. São 37 Comunidades de Canindé que compõem área da Paróquia de Aratuba entre elas: Transval, Alegre, Santa Helena, Logradouro, Laginha, Canjari, Tiracanga, Lagoa Verde, Carnaubal, Ipueira da Vaca, Sabina, Jacinto, Serrote Branco, Três Barra, Grossos, Carnaubal, Suíça e Armadores.

O relato do Padre Moacir destaca o trabalho.

> O início em Canindé, com a formação de Comunidades, a partir das pessoas, aquele lugar se reunia, quando as pessoas começaram a se reunir pelo menos uma vez por semana, para discutir a palavra de Deus. O nosso trabalho ia confrontando a situação vivida, cada um contando a sua história, discutindo o Estatuto da Terra, criando solidariedade (Padre Moacir, 2010).

Diniz (2009), sobre a ação dos Padres no Ceará, diz que esses religiosos desempenharam papel muito importante no campo cearense. Apoiados pela fé em Deus, conseguiram transformar os oprimidos em sujeitos de sua própria história (p. 113).

Na área de atuação da Paróquia de Aratuba em Canindé, dos anos de 1970 até meados dos anos 80, tivemos ação forte do trabalho das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) realizadas por intermédio do Padre Moacir Cordeiro Leite. As CEBs foram lugares sociais onde se constituíam os espaços de reflexão sobre a realidade, e onde tiveram início as experiências organizativas dos camponeses contra a exploração do latifúndio. As discussões eram em torno de um trabalho de conscientização das comunidades. As pessoas se reuniam

para discutir religião, os problemas internos da comunidade, pagamento de renda, associativismo e saúde.

Segundo Martins, (1993),

> Tais Comunidades estão sem dúvida na raiz de muitas lutas sociais pelos direitos do homem e é igualmente fora de dúvida que nelas a religião tem um papel libertador. O pequeno Círculo bíblico que compõe a comunidade de base, que reúne alguns vizinhos de casa, de situação e de fé, inverte a prática religiosa tradicional ao refletir a vida cotidiana à luz do Evangelho, ao examinar sua própria experiência diária, seus problemas diários, os reflexos dessa experiência e desses problemas na sua fé e na sua vida à luz da experiência evangélica. Os membros dessas comunidades entendem que o Evangelho continua sendo escrito e que eles próprios são participantes desse processo. Ou seja, já não são mais os excluídos e passam a ter uma função profética (p. 145).
>
> A Estrutura leiga das comunidades de base revela aí uma face nova e distinta da igreja de paróquia e de sacerdote. Liberta o cristão da mediação institucional da autoridade sacerdotal, sem eliminá-la. Isso envolve uma prática eclesial distinta. Em vários lugares, e no campo, onde as comunidades surgiram, a mudança da orientação pastoral fez com que o sacerdote, nas visitas de desobriga, deixasse de hospedar-se na casa do patrão para hospedar-se na casa do camponês. Com isso, a prática sacerdotal e o trabalho da pastoral deixaram de legitimar a dominação do fazendeiro e grande proprietário e passaram a se orientar para a legitimidade nova, oposta à estrutura de poder, dos grupos populares e de base (p. 148).

Da ação da Igreja, através das CEBs no município de Canindé, no Distrito de Targinos, destaca-se o papel na formação dos Assentamentos Santa Helena, Alegre, Grossos, Transval/Vida Nova, Ipueira da Vaca, Logradouro I, Tiracanga/Logradouro, Carnaubal, Lagoa Verde, Grossos, e na formação de lideranças do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé e nos militantes do Movimento Sem Terra.

Conforme Diniz (2009), a ação conscientizadora da Igreja, através do trabalho consistente, levou os moradores a lutar pela diminuição da renda da terra. Através da leitura da Bíblia, com base na realidade dos camponeses e munidos do Estatuto da Terra (p. 113).

A ação da Igreja em Canindé foi além do processo de conscientização dos moradores/camponeses. Através do trabalho com as comunidades, pelas CEBs, relacionado com a situação de sujeição dos camponeses, a Paróquia de Aratuba realizou campanha junto a movimentos católicos na Itália, visando angariar fundos para a compra da Fazenda Ipueira da Vaca, uma de com 8.000 ha, e beneficiando 130 famílias moradoras da fazenda há vários anos.

> Essas terras foram adquiridas pela Igreja e repassadas para os camponeses. A Paróquia de Aratuba fez campanha e recebeu ajuda externa para a compra da terra. O dinheiro veio de ajuda externa da Inglaterra, da França e dos Estados Unidos. Os camponeses pagaram a terra com a sua produção (Padre Moacir, 2010).

Após a aquisição, os agricultores fizeram o pagamento da terra para a Igreja, que repassou a terra para o INCRA, sendo a Comunidade de Ipueira da Vaca incorporada à política de reforma agrária, como uma doação.

Essas ações necessariamente não se resumem apenas na ocupação da área, mas num processo de mobilização dos camponeses na área a ser desapropriada e nas regiões circunvizinhas da fazenda. Esse trabalho consiste em reuniões com o intuito de inserir os camponeses nas discussões políticas da luta pela reforma agrária, da sua situação sob o aspecto de classe e dos mecanismos capazes de reverter a sua situação de trabalhadores expropriados.

Pode-se afirmar que os assentamentos rurais criados nos últimos trinta e nove anos no município de Canindé, iniciados com o conflito da Fazenda Japuara, possibilitaram o acesso à terra, emergindo novas frações do território.

Diniz (2009) destaca que os assentamentos vêm, assim, possibilitando o acesso à propriedade da terra para uma população historicamente excluída. Embora a criação dos assentamentos tenha implicado alguma redistribuição fundiária, não chegou a alterar o quadro de concentração da terra. Do ponto de vista estritamente fundiário, percebe-se que o impacto é reduzido mesmo em municípios de grande concentração de assentamentos, como é o caso de Canindé, que pouco tem alterado os índices de concentração (p. 184).

O mapa 01 revela a geografia dos assentamentos rurais criados no período de 1985 a 2009 pelo INCRA, através do Plano Nacional de Reforma Agrária, ficando evidente a existência de assentamentos em todas as áreas do município, com destaque para a área de entorno do Assentamento Tiracanga Logradouro, no Distrito de Targinos.

Em Canindé, considerando os diversos tipos de assentamentos, atualmente existem 62 áreas reformadas, em 110.802,23 hectares, e estão assentadas 2.256 famílias, com uma população estimada em 11.280 habitantes, ou seja, o correspondente a 15,21% da população total do município. Já relacionado ao percentual da população rural, estimada em 29.468 habitantes, 38,11% dessa população encontram-se em áreas de reforma agrária.

(Inserir Mapa 01 – Assentamentos Rurais Município de Canindé)

3.2. Os Assentamentos Rurais

Para Oliveira (2001, 194), os acampamentos e assentamentos são novas formas de luta camponesa pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. Os assentamentos conquistados com os acampamentos vão permitir que os camponeses se reproduzam no território capitalista. Assim, é nos acampamentos que as frações camponesas soldam politicamente uma aliança histórica. O autor afirma que:

> Acampamentos e assentamentos são novas formas de luta de quem já lutou ou de quem resolveu lutar pelo direito à terra livre e ao trabalho liberto. A terra que vai permitir aos trabalhadores – donos do tempo que o capital roubou e construtores do território comunitário e/ou coletivo que o espaço do capital não conseguiu reter à bala ou por pressão – reporem-se/reproduzirem-se no seio do território da reprodução geral capitalista. Nos acampamentos, camponeses, peões e bóias-frias encontram na necessidade e na luta a soldagem política de uma aliança histórica. Mais do que isso, a transformação da ação organizada das novas lideranças abre novas perspectivas para os trabalhadores (2001: 194).

Conforme Oliveira (2005),

> A formação do assentamento deve ser entendida no seio do processo de desenvolvimento contraditório do capitalismo no território brasileiro. Um processo historicamente constituído, no qual a terra tem sido mantida como propriedade privada pelos capitalistas rentistas que a utilizam como reserva de valor e reserva patrimonial. Assim, em vez de ser terra de trabalho, ela tem servido para exploração do trabalho alheio, gerando renda para os proprietários de terra e capitalistas rentistas (p. 190).

A parcela do campesinato, quando vitoriosa, transforma acampamento em assentamento. Por meio das ocupações, famílias camponesas organizadas nos movimentos sociais e sindicais de luta pela terra conquistam frações espaciais do território capitalista.

Neste sentido, o projeto de assentamento, na qualidade de área de reforma agrária, é resultante de um movimento dos camponeses para a ocupação de terras, regularização fundiária, reorganização do espaço rural. É resultado do conflito de classes sociais pela apropriação de uma parcela do solo. Obriga o Estado a intervir, a (re)planejar, a modificar e a modelar um espaço que aparece como instrumento de dominação, assim como também coloca os assentados na linha de frente para a manutenção dessa fração conquistada.

De acordo com Bergamasco & Norder (1996), o termo assentamento apareceu pela primeira vez no vocabulário jurídico e sociológico no contexto da reforma agrária venezuelana, em 1960, e se difundiu para inúmeros outros países.

> De uma forma genérica, os assentamentos podem ser definidos como a criação de novas unidades de produção agrícola, por meio de políticas governamentais visando o reordenamento do uso da terra, em benefício de trabalhadores rurais sem terra ou com pouca terra. Como o seu significado remete à fixação do trabalhador na agricultura, envolve também a disponibilidade de condições adequadas para o uso da terra e o incentivo à organização social e à vida comunitária (p. 7-8).

Segundo Esterci et al (1992), o termo foi usado para referir-se a diversas etapas da ação do Estado no sentido de alocação de populações e da resolução de problemas de ordem socioeconômica. Passando o Estado toda a iniciativa às populações pensadas como "beneficiárias" dessas ações, seriam destituídas de seu caráter ativo e, como interpretam os atores, jamais são lembrados como "ocupantes", grupos que lutaram pelo acesso à terra e que podem ser entendidos como agentes transformadores de suas condições de vida (p. 5-6).

Carvalho (1998, 1999) aponta para o fato de ser o termo assentamento produto de ação governamental e da pressão da luta pela terra:

> Como assentamento, enquanto substantivo, compreende-se o conjunto de famílias de trabalhadores rurais vivendo e produzindo num determinado imóvel rural, desapropriado ou adquirido pelo governo federal (no caso de aquisição, também, pelos governos estaduais) com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à reforma agrária. A expressão assentamento é utilizada para identificar não apenas uma área de terra, no âmbito dos processos de reforma agrária, destinada à produção agropecuária e ou extrativista, mas, também, um agregado heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias de trabalhadores rurais (CARVALHO, 1998: 7; 1999: 5).

O autor traz a discussão de que o assentamento, após a desapropriação, precisa ser construído, não somente no sentido da infraestrutura – dever do Estado – como na de formação de laços e identidades sociais (Carvalho, 1999, p. 5-6).

A criação de um assentamento é, por um lado, o produto formal de um ato administrativo, expresso no decreto de desapropriação de uma determinada propriedade privada para fins de reforma agrária. Por outro lado, e na maioria das vezes na história recente da reforma agrária no País, a criação de um assentamento é produto sobretudo de lutas sociais bastante prolongadas pela redistribuição da posse da terra.

Portanto, o assentamento expressa, no momento da sua criação, um ponto de inflexão histórico entre dois processos políticos e sociais e, portanto, uma transição histórica mais complexa do que o mero ato administrativo da sua criação formal (Carvalho, 1999, p. 6).

Nesse momento encerra-se um determinado processo político-social em que o monopólio da terra e o conflito social localizado pela posse da terra são superados, e imediatamente tem início um outro: a construção de uma nova organização econômica, política, social e ambiental naquela área, com a posse da terra por uma heterogeneidade social de famílias sem terra (Carvalho, 1999, p. 7).

Stédile e Frei Sérgio (1993, p. 84-85) interpretam os assentamentos rurais como:

> Um conjunto de famílias que passa a trabalhar numa área de terra destinada a agricultores sem-terra, utilizando-a para a produção agropecuária. (...) Os assentamentos organizados a partir da luta do Movimento dos Sem Terra procuram planejar e organizar a produção para viabilizar o assentamento, garantir a

> subsistência das famílias assentadas, promover o desenvolvimento econômico e social dos camponeses que conquistaram a terra.

Para o MDA,

> O Assentamento é uma Unidade Territorial obtida pelo Programa de Reforma Agrária do governo federal ou em parceria com estados ou com municípios, mediante desapropriação; arrecadação de terras públicas; aquisição direta; doação; reversão ao patrimônio público, ou por financiamento de créditos fundiários, para receber, em suas várias etapas, indivíduos selecionados pelos programas de acesso à terra (MDA, 2002).

Para o INCRA,

> Consiste num conjunto de ações, em área destinada à reforma agrária, planejadas de natureza interdisciplinar e multissetorial integradas ao desenvolvimento territorial e regional, definidas com base em diagnósticos precisos acerca do público beneficiário e das áreas a serem trabalhadas, orientadas para a utilização racional dos espaços físicos e dos recursos naturais existentes, objetivando a implementação dos sistemas de vivência e produção sustentáveis, na perspectiva do cumprimento da função social da terra e da promoção econômica, social e cultural do trabalhador rural e de seus familiares (INCRA, 2004).
>
> A característica principal do programa de assentamento é a criação de novas pequenas propriedades em terras que, na maioria das vezes, se encontravam ociosas ou totalmente ociosas ou com baixa utilização na produção agrícola. O assentamento significa, portanto, a incorporação de novas terras ao processo produtivo do País, com a consequente criação de empregos, distribuição de renda etc, beneficiando a camada de pequenos agricultores, que formam a clientela típica da Reforma Agrária e do INCRA (INCRA, 1990).

Então, do ponto de vista do Estado o assentamento para o governo é um projeto social resultante da sua política de reforma agrária com vista a regularizar problemas de ordem fundiária. Do ponto de vista dos movimentos sociais, o assentamento é terra conquistada; portanto, movimento mais geral de afirmação e visibilidade desses segmentos, dando nova conotação política a um termo tido pelas agências governamentais como eminentemente “técnico”.

Almeida (2006) destaca a resposta a essa postura unilateral que homens e mulheres assentados vêm expondo as diferenciações existentes nos assentamentos, inclusive no âmbito das ações técnicas do Estado e, mais, fazendo o contraponto para entender o assentamento como um processo histórico de conquista do chão de morada, sinônimo de terra conquista, livre.

Conforme Alencar (2000),

> Para o Estado, o assentamento é uma forma de festejar a distribuição de terra, de quantificar metas atingidas, ao tempo que se constitui uma mediação entre o Estado e as lutas dos movimentos sociais. Para os trabalhadores rurais, que lutaram pelo uso e posse da terra de trabalho, é a celebração do início da caminhada de emancipação, de liberdade (p. 132).

Para o MST (2009),

> A expressão "assentamento" é utilizada para identificar não apenas uma área de terra no âmbito dos processos de Reforma Agrária, destinada à produção agropecuária e/ ou extrativista. É também um espaço heterogêneo de grupos sociais constituídos por famílias camponesas, que ganha vida depois de desapropriado ou adquirido pelos governos federal e/ou estaduais, com o fim de cumprir as disposições constitucionais e legais relativas à Reforma Agrária (MST, 2009).
>
> O assentamento representa o desfecho de um determinado processo político-social em que o monopólio da terra e o conflito social são superados e imediatamente inicia-se um outro: a constituição de uma nova organização econômica, política, social e ambiental com a posse da terra, por uma heterogeneidade social de famílias camponesas (MST, 2009).

Para Fernandes (1996, p. 241), “o assentamento é uma fração do território, é um trunfo na luta pela terra”, e remete-se a Raffestin (1993, p.16) “o território é trunfo particular, recurso e entrave, continente e conteúdo, tudo ao mesmo tempo. O território é o espaço político por excelência, o campo de ação de trunfos”.

Para Almeida (2006), o assentamento é uma unidade territorial, parcela do território capitalista sob domínio camponês e, quando existente, é inequívoca sua distinção em relação à grande propriedade, ao uso que o capitalista faz de sua parte do território (p. 268).

Os assentamentos são territórios construídos diariamente na forma de uso, na apropriação, ou seja, na abertura de novas áreas para plantio, na demarcação de áreas para pastoreio do gado, no uso das vazantes para a produção de alimentos e pastagens, no ato de pescar nos açudes, na construção de um campo de futebol. São nessas ações que se manifestam as conquistas de frações do território por parte dos assentados, a conquista da terra prometida.

Dessa conquista, os assentados são unânimes em destacar as melhorias, nessa nova condição, de donos de sua terra livres do julgo do proprietário da terra:

> *Hoje eu tenho a liberdade de escolher onde eu vou plantar e o que eu vou plantar, coisa que não acontecia antes, hoje eu sei que esta terra, o assentamento, é minha, é nossa, é de todos nós que vivemos aqui. Eu acho isto muito importante* (Sr. Sebastião, Grupo Tiracanga I Assentamento Tiracanga Logradouro).

3. 3. O Assentamento Tiracanga Logradouro – A conquista do novo

É belo porque com o novo
todo velho contagia.
Belo porque corrompe
com sangue novo a anemia
Infecciona a miséria
com vida nova e sadia.
Com oásis, o deserto.
Com vento, a calmaria

Morte e Vida Severina (João Cabral de Melo Neto).

A conquista da terra pelos camponeses passa eminentemente por lutas, e com elas os conflitos, fato não diferente para os assentados do Assentamento Tiracanga Logradouro.

A área do referido assentamento era de propriedade do senhor Joaquim Newton Burlarmaqui, porém a área que compõe o assentamento é oriunda de duas fazendas: a Tiracanga, com 2.400,00 ha, e a Logradouro II Agropecuária LTDA, com 1.737,50 ha, perfazendo um total de 4.111,91 ha.

As duas fazendas tinham os seguintes registros: Fazenda Logradouro II – Registro na Comarca de Canindé – Cartório Melo 2º Ofício de Registro de Imóveis Canindé-Ce, matrícula nº 1259 Livro-2 folhas 01/02 R-02, com data de 08 de dezembro de 1981; e a Fazenda Tiracanga – Registro na Comarca de Canindé – Cartório Melo 2º Ofício de Registro de Imóveis Canindé -Ce, matrícula nº 782 Livro-2, folhas 01/02 R-01-782, com data de 13 de junho de 1980.

Conforme informações do Relatório Técnico de Vistoria e Avaliação do INCRA (1988), as duas áreas no período que antecede o assentamento tinham como principal exploração a pecuária, aliada a pequenas áreas de agricultura de subsistência.

> Na Fazenda Tiracanga tem-se a pecuária de grande (300 cabeças) e pequeno porte (400 cabeças). (...) A agricultura é quase inexistente, apenas 02 famílias exploram agricultura de subsistência, em 7 ha com milho e feijão. Na Fazenda Logradouro II – a propriedade é explorada com pecuária de grande porte (220 cabeças) e pequeno porte (450 cabeças). (...) A agricultura de subsistência é praticada por 08 famílias. O proprietário não cobra renda agrícola, limitando-se apenas à utilização dos restolhos das culturas para o rebanho. E fazem alguns trabalhos para o patrão. Na fazenda tem dois assalariados, um Gerente e um Vaqueiro – responsáveis pela Fazenda (INCRA, 1988).

As fazendas eram utilizadas como pastagens, a forma de uso mais comum para esconder a terra mercadoria – reserva de valor (Oliveira,1999, p. 87). Ressalta-se que a Fazenda Tiracanga e a Fazenda Logradouro II tinham sido vistoriadas pelo INCRA em março

de 1988, a partir de documento do proprietário oferecendo as fazendas para Programa de Reforma Agrária e de um documento dos camponeses da Associação Comunitária da Palestina.

> Concordando e entendendo que o Programa do Governo de Reforma Agrária empaca na ausência de entendimento, ação conciliadora e justa indenização, os requerentes, anunciando as peculiaridades se suas glebas, vêm ofertá-las para serem objeto de arrecadação para fins de reforma agrária. (...) Oferecendo, como se faz agora, as terras que tem a primeira 2.440 ha e a outra com 1.737 ha, declaram que aceitam o pagamento das áreas em T.D.A (Títulos da Divida Agrária e que as benfeitorias existentes sejam pagas em dinheiro previamente, mediante a competente vistoria avaliatória (Joaquim Newton Burlarmaqui, em 29 de Fevereiro de 1988).
>
> Pedimos que seja desapropriadas estas fazendas para que possamos trabalhar. (...) pedimos que seja feita uma reforma agrária. E qual fizemos presente no Segundo Encontro no Assentamento em Quixadá na Fazenda Auto Alegre, o qual constatamos que a Reforma Agrária será a solução dos nossos agricultores e pedimos urgência a providência pois estamos passando fome (Associação Comunitária da Palestina, 12 de maio de 1988).

O processo se arrastava pelo excesso de burocracia do INCRA há mais de um ano, e porque o proprietário não aceitava o processo de desapropriação pela não concordância com a avaliação do imóvel referente aos valores das benfeitorias e da terra. Conforme se pode observar em correspondência do proprietário ao Delegado do MIRAD do Ceará,

> Os valores do laudo do MIRAD se encontram defasados. Não é aceitável, foge do valor de reposição. Distanciando-se dos custos da região. Concluindo por valores baixos. Irrisórios. Expressam desta forma a inaceitabilidade do Laudo do MIRAD. (Joaquim Newton Burlarmaqui, Fortaleza 19 de abril de 1988).

Os moradores da Fazenda Logradouro II em sua maioria eram parentes do ex-proprietário da terra, e estavam ali há mais de uma década. No ato da venda da área, foi solicitado a eles que saíssem da área, pois o novo proprietário usaria as terras apenas para a criação de bovinos e caprinos.

> *Aí passou pela minha cabeça, pra onde vou, com os meus filhos. Isso era um final de ano, e eu e outros já estavamo com as áreas de plantio tudo pronta. Não podia abandonar assim. A única saída foi falar com o homem. Chegamo a um acordo. Se nois fizesse a cerca podia plantar. E ficamos aqui. Plantava no inverno e não pagava renda, só dava a forragem. No verão vendia um dia de serviço por aí. Tinha que viver do que fizesse no roçado. Agora era assim, tinha que plantar logo, e tratar bem. Pois logo que parasse as chuva o homem botava os touros dentro, e nois não podia fazer nada* (Sr. Sebastião Teixeira, Grupo Logradouro II[22]).

O processo de conquista do Assentamento Tiracanga Logradouro foi realizado por duas frentes. Uma ocupação realizada pelo MST na Fazenda Logradouro II e uma segunda ocupação realizada pelos camponeses da Comunidade da Lajinha na Fazenda Tiracanga.

---

[22] Na identificação dos depoimentos, os camponeses serão identificados pelo nome e grupo. No Assentamento Tiracanga Logradouro temos 03 grupos: Logradouro II, Tiracanga I e Tiracanga II.

Destaca-se que as áreas são descontínuas, existindo entre as duas uma área que pertence ao Assentamento Ipueira da Vaca denominada Logradouro I[23].

Segundo Marta Inês Marques (2004),

> A ocupação é um ato de desrespeito à lei da propriedade privada e uma afronta à estrutura de poder que sobre ela se apoia. Ocupar, porém, não representa nesse contexto simplesmente uma transgressão; o objetivo principal da ação de criar um fato político para, a partir dele, inaugurar um processo de negociação com o Estado (p. 147).

Inicialmente abordaremos a ocupação da Fazenda Logradouro II. A ação de ocupação da área aconteceu no dia 1º de setembro de 1989. Camponeses oriundos de vários municípios do Sertão Cearense (Quixadá, Itatira, Quixeramobim e de várias localidades do município de Canindé tais como: Caiçara e Salitre) rumaram ao encontro da conquista da terra. Essa ocupação da Tiracanga Logradouro foi a primeira organizada pelo MST no município de Canindé e a segunda no Estado do Ceará.

A mobilização dessa ação foi intensa, tendo no comando a Coordenação Estadual do MST/Ceará. Várias frentes foram organizadas. Foram realizadas reuniões de mobilização em vários municípios.

> *Tinha as reuniões com o Sem Terra, a reunião era sobre entrar no assentamento terra. Mas ninguém sabia pra onde era. E todos tinham medo, pois quando surgiu todos tinham medo dos fazendeiros, pois eram os homens que mandava antigamente, pois há vinte anos os homens mandava no grito e todo mundo tinha medo. Não era democrático como é hoje* (Sr Edmilson, Grupo Tiracanga II).

> *Eu participei diretamente em reunião no STR de Canindé; em Quixadá no Encontro Municipal dos Sem Terra e aqui em Canindé também. E nas reuniões de base especificamente. Nas várias reuniões de base eu lembro que eu ajudei no Bandeira, na Itatira, na Lagoa do Mato e no Morro Branco. Nessas áreas que eu pude ajudar diretamente na discussão do grupo de base, o grupo de sem-terra que iram para luta e foi muito bonito assim a participação na ocupação do Tiracanga/Logradouro* (Sr. Sérgio Pinto, Liderança do MST de Canindé, 2008).

Essas reuniões iniciais são os momentos de apresentação, do conhecer-se e da definição dos objetivos, é a construção do espaço comunicativo.

---

[23] Logradouro I era de propriedade da Diocese de Canindé, nela moravam e trabalhavam 20 posseiros. A igreja fez a doação das terras, para que os moradores tivessem acesso aos benefícios dos programas de Reforma Agrária. O INCRA anexou a área ao Assentamento Ipueira da Vaca. Atualmente são 24 famílias cadastradas como assentadas e existem 03 famílias agregadas na Logradouro I. As famílias estão se mobilizando para serem desmembradas do Assentamento Ipueira da Vaca e constituírem o Assentamento Logradouro I.”*Nois não temos autonomia, tudo que vem pra cá tem que passar pela Ipueira. Desde o início fomos contra a esta forma, mas o INCRA não ouviu a gente. Não temos nada contra eles. Somos companheiros. Mas nois não fazemos nada junto. Cada comunidade faz seus planos, seus trabalhos. Por isso queremos que aqui seja um assentamento independente, e nois estamos lutando para isso acontecer”* (Assentado do Assentamento Ipueira da Vaca – Comunidade do Logradouro I).

> O conteúdo do espaço comunicativo é então definido pela perspectiva das ações políticas dos sujeitos, por intermédio de sua práxis, organizados num processo pedagógico de desenvolvimento do conhecimento de suas histórias e de seus interesses (FERNANDES, 1996, p. 229).

As ações de mobilização para a ocupação da Fazenda Logradouro II pelo MST aconteceram através dos militantes nos municípios vizinhos, e, em Canindé, junto aos camponeses expropriados que residiam na periferia da cidade e nas comunidades vizinhas às Fazendas Tiracanga e Logradouro II em conjunto com o STR de Canindé.

> *Nois da região que pedimos a vistoria da fazenda, se reunia e traçava os nossos planos. Junto com o pessoal do Sindicato e o pessoal do MST e convidava os companheiros que foram obrigados a ir embora pro Canindé, mas que queriam voltar pra cá* (Sr. Miguel, Grupo Tiracanga I).

João Bosco Pinto, citado por (Fernandes, 1996) destaca o papel das reuniões para os camponeses:

> As reuniões realizadas constituíram um espaço pedagógico onde os trabalhadores se autoidentificavam a partir da própria condição de explorados e expropriados. Havia também a autovalorização, onde todos eram convidados a falar, expressar as suas ideias e até coordenar certas atividades do grupo. Essa práxis pedagógica foi conduzindo os trabalhadores a uma autonomia política. Se no início a presença da assessoria e agentes era importante no sentido de provocar a reflexão, esse espaço vai sendo conquistado pelos trabalhadores. Buscava-se, assim, a superação das polarizações espontaneísmo-vanguardismo (p. 118).

Essas reuniões fazem parte do processo de formação do espaço de socialização política à qual se refere (Fernandes, 1996). A forma de conduzir as reuniões/trabalhos de valorização dos camponeses é ação do MST como também do STTR de Canindé, pois os seus membros, em sua maioria, são militantes que participaram e/ou participam da Igreja com forte influência das Comunidades Eclesiais de Base – CEB's.

Todas as etapas da ocupação foram previamente planejadas. As famílias vindas dos municípios de Quixadá, Itatira e Quixeramobim foram programadas para chegar ao município de Canindé em horários determinados, para não criar situação de desconfiança na população local.

A origem dos camponeses era basicamente de moradores das fazendas vizinhas, ex-moradores das Fazendas Tiracanga e Logradouro II, e de camponeses expropriados residentes da periferia de Canindé. A ocupação tinha o objetivo de ser massiva[24], com uma grande mobilização de camponeses de toda a região do sertão Central Cearense.

---

[24] O conceito de ocupação massiva tem como significados: quantidade e extensão. Portanto, considera-se tanto o grande número de famílias envolvidas, quanto a prática de desdobramento da luta, quando a ocupação é

> Cerca de 1.500 famílias de agricultores invadiram, na noite do dia 31 último, três propriedades rurais do Sertão Central. Dessas, 800 ocuparam as Fazendas Tiracanga e Logradouro, localizadas no município de Canindé. As áreas encontram-se em processo de imissão de posse, tendo sido desapropriadas em 15 de maio deste ano, através do decreto do Presidente José Sarney. Elas pertencem ao Promotor Público Joaquim Nilton Burlamaqui (Jornal O Povo. Invadidas no Sertão Central três fazendas. Fortaleza, 02 de setembro de 1989).

Os camponeses ocuparam a Fazenda Logradouro II na manhã do dia 1º de setembro e escolheram como local para montar o acampamento às margens do Açude do Feijão. Aproximadamente 800 pessoas (homens, mulheres e crianças), fizeram a derruba da mata, a limpeza da área e construíram barracas. Essa ação mostra para toda a sociedade a situação dos sem-terra.

> *A decisão por ocupar a Logradouro II era uma questão de estratégia nossa. Pois na região tinha outras áreas que já eram assentamentos [*estava se referindo aos Assentamentos Ipueira da Vaca e Grossos*] e outras que queríamos conquistar. Libertar os companheiros do regime de exploração dos patrão. Escolhemos fazer o acampamento na área da Logradouro II, pois era mais central, tinha acesso à estrada principal. Mas o nosso objetivo era as duas áreas* (Sr. Sérgio Pinto, Liderança do MST de Canindé, 2008).

O acampamento e na sua concretude o espaço de luta e resistência, ocorre quando os camponeses partem para o enfrentamento direto com o Estado e com os latifúndios. Para Diniz (2009), "É forma de luta que a classe camponesa encontrou para não se proletarizar e ao mesmo tempo buscar a recriação e reprodução de um modo de vida camponês" (p. 157).

Segundo Fernandes (2001, p. 54-55), o acampamento é o lugar de mobilização constante que envolve três dimensões no espaço de socialização política: a) espaço de luta e resistência; b) espaço interativo, ou seja, de troca de experiências no conhecimento das trajetórias de vida e construção de identidade dos sem-terra; c) espaço comunicativo, momento da apresentação, do conhecer-se e da definição de objetivos.

Ainda no primeiro dia de acampamento, a polícia, a mando do proprietário, exigiu a saída imediata da Fazenda Logradouro II. Não era uma ação legal de reintegração de posse, não era um ato jurídico; era uma ação que visava expulsar as famílias da propriedade, utilizando o aparato policial do Estado, pois o proprietário, o Sr. Newton Burlamaqui, era um dos comandantes da Polícia Militar do Estado do Ceará. O grupo de policiais avisou que os camponeses tinham até o final da tarde para desocupar a área.

> *Chegamos no dia primeiro de setembro pela madrugada e quando foi à tarde, lá pela três e meia da tarde, a polícia militar chegou, fazendo terror atirando, botando revólver escopeta em cima da gente. Foi um terror horrível aquilo. Tomaram espingardas, espingardas nossas, as socadeiras e lá nois tivemos que nos humilhar,*

---

organizada não para conquistar uma área determinada, mas sim para conquistar determinadas áreas para todas as famílias (Fernandes, 1996).

> *preso nois não ia ficar. E nois dissemos que estávamos errados e nois ia embora daquele local* (Sr. Adalgiso, Grupo Logradouro II).

Nesse mesmo dia, ia acontecer na comunidade a celebração de uma missa com o Padre Moacir, da paróquia de Aratuba. Ao chegar à Fazenda Logradouro II e após ficar ciente dos acontecimentos, o Padre propôs uma negociação com o comando da polícia. Foi formada uma comissão de camponeses em conjunto com o Padre Moacir para negociar com os policiais, na tentativa de evitar o despejo das famílias da área.

No mesmo momento, os acampados foram discutir quais os caminhos a trilhar a partir desse primeiro embate. Após longa discussão, duas propostas foram colocadas em votação: Primeira proposta – Os camponeses desocupariam a Fazenda Logradouro II e iriam acampar na área vizinha, no caso, o Assentamento Ipueira da Vaca; Segunda Proposta – Os camponeses permaneceriam acampados na Fazenda Logradouro, até que as famílias fossem assentadas.

No final da reunião entre os policiais e a comissão de negociação, chegou-se a um acordo que a polícia não faria o despejo das famílias.

> *O Padre Moacir ajudou uma vez quando tava acampado o dono dessa fazenda aqui mandou a polícia despejar nois, aí nesse mesmo dia o padre vinha celebrar uma missa aqui. Ele conversou e pediu pra não fazer aquilo com agente, pediu e eles não fizeram. Mandaram nois pra outro canto. Aí nois pegamos as coisas e botamos mais pra lá pra entre os dois açudes (...) As pessoas votaram, saía da área e ia pra Ipuiera da Vaca ou ficava aqui. A maioria votou por ficar aqui acampado à espera do INCRA* (Sr. Sérgio Pinto, Liderança do MST de Canindé, 2008).

O resultado da assembleia deu a segunda proposta por vencedora, foi pela permanência na área até a ida do INCRA à Fazenda Logradouro II para iniciar o processo de cadastro das famílias para a realização do assentamento. Os camponeses saíram da área onde tinham montado o acampamento, e foram para uma área entre os dois açudes. Nessa área tinha-se uma visão da movimentação da estrada antes da entrada da fazenda, e o acesso a esse local só poderia ser realizado a pé.

Ao se confrontarem com processo secular desterritorializante a que são submetidos, os trabalhadores deixam evidente o desejo e o poder de um grupo que não aceita o lugar em que o grupo hegemônico os havia colocado ao expropriar da sua força de trabalho.

Já os camponeses que vinham dos municípios de Quixeramobim e Quixadá com destino à ocupação da Fazenda Logradouro II em Canindé foram presos na saída da cidade de Quixadá.

> *Logo quando nois chegamos na Ipueira dos Targinos* (localidade vizinha do assentamento)*, a gente começou a ver a multidão de gente assim, que vinha chegando alí. E quando entramos na terra soubemos da notícia que uma parte dos companheiros que vinha de Quixeramobim e Quixadá foram presos pela polícia e*

> *pela UDR na saída de Quixadá. Então isso deu um impacto, mesmo sendo muita gente, mas deu um impacto logicamente saber que um grupo grande de companheiro tinha sido impedido de chegar alí, tinha sido preso, tinha sido humilhado pela polícia e pelos fazendeiros. Então, mas mesmo assim a festa continuou eu cheguei lá e ainda fui buscar outra carrada no Morro Branco em Itatira* (Sr. Sérgio Pinto, Liderança do MST de Canindé, 2008).

Esses camponeses foram detidos na madrugada do dia 1º de setembro. Eram quatro caminhões com trabalhadores, que buscavam conquistar a terra. Os mesmos permaneceram detidos até a manhã do dia seguinte no quartel da Polícia Militar do Estado do Ceará, em Quixadá.

> *No nosso entendimento foi dois a zero na UDR. Por que eles fizeram escuta telefônica, botaram a polícia lá na saída de Quixadá, prenderam 04 caminhões de companheiros, passaram a noite no quartel, tomaram até as enxadas dos trabalhadores e de manhã eles não tinha como fazer com tanta gente, e aí libertaram os companheiros. Ao serem liberados eles vendo que Canindé já estava feito a ocupação e pela tática e estratégia do MST tinha outras fazendas. Podia ter sido além de uma fazenda, duas ou até três. E eles saíram dali e foram direto ocupar a Fazenda Touros no município de Itapiúna* (Sr. Sérgio Pinto, Liderança do MST de Canindé, 2008).

O surgimento da União Democrática Ruralista – UDR em 1985 aglutina esses núcleos geradores de violência e confere a eles um objetivo político: articular organicamente a ação dos latifundiários seja no plano político ou noutro, e direcioná-la no sentido de bloquear qualquer tentativa de realizar a reforma agrária. "A UDR tinha "orientação à 'militarização' dos latifúndios, visando combater as ocupações de terra com a violência armada e, assim, impedir a implantação do PNRA" (Oliveira, 2001 p. 55).

> Na madrugada desta sexta-feira, a polícia conseguiu, com a ajuda e interferência da UDR – União Democrática Ruralista, Regional de Quixadá, evitar uma invasão à Fazenda Ouro Branco, no Distrito de Choró Limão, distante 20 quilômetros da sede. Por volta de uma hora da manha, três ônibus e dois caminhões conduziam cerca de 280 pessoas que levaram armas, entre facas, facões, peixeiras e machados, todas elas foram apreendidas pela polícia, que chegou na hora e levou todo o pessoal detido (Jornal Diário do Nordeste, 02 de setembro de 1989).

Oliveira (2001) afirma que no Governo Collor a UDR praticamente assumiu o controle da Reforma Agrária no Brasil. O Ministro Antônio Cabrera Mano assumiu o Ministério da Agricultura e promoveu o abandono completo da Reforma Agrária (p. 200).

A ocupação da Fazenda Touros[25], no município de Itapiúna, foi considerada uma vitória da ousadia do MST, segundo a liderança do Movimento. Uma atitude de resposta por

---

[25] A ocupação da Fazenda Touros aconteceu no dia 01 de setembro de 1998, a emissão de posse ocorreu ... do Projeto de Assentamento Touros, com uma área de 1.277,89 ha, tem 35 famílias assentadas que trabalham a terra de forma mista (parte coletiva e parte individual).

parte dos camponeses ao uso da força do latifúndio, que busca de todas as formas manter o seu poder sobre a classe trabalhadora. Em muitos casos com o apoio da estrutura do governo.

> *Os companheiros que vinham de Itapiúna e Capistrano, passando por Campos indo para Targinos (nas proximidades da Fazenda Logradouro II) souberam que a polícia estava na estrada na espera. Eles decidiram voltar a Itapiúna e ocupar a Fazenda Touros que é bem aqui. Aí os companheiros de Itapiúna ocuparam a Fazenda Touros. Logo em seguida, na manhã do dia dois de setembro, os companheiros que saíram do quartel em Quixadá, e que não vinham mais para o Tiracanga/Logradouro foram ocupar a Fazenda Touros* (Sr. Sérgio Pinto, Liderança do MST de Canindé).

Na madrugada do segundo dia de acampamento, os acampados receberam o reforço de Fátima Ribeiro – Coordenadora Estadual do MST e de um grupo de assentados do Assentamento 25 de Maio. "*Era um grupo de companheiros com boa experiência de luta, tinham passado por toda essa situação e vieram ajudar a gente*" (Sr. Edmilson, Grupo Tiracanga I).

> *No segundo dia eles vieram novamente, em plena 4h da tarde. Só que aí nois já tinha mudado o acampamento lá para a beira d´água, num corredor de água e quando foi realmente 4h a policia chegou. Só que nois já estávamos preparado, para não acontecer o fator surpresa. A surpresa já foi para eles do batalhão. Que com distância de 2 km os sem-terra já estavam perto do carro deles. Quando eles estacionaram o carro, achando que a partir dali ainda iam caminhar 2 km para chegar no acampamento, os companheiros já estava encostado perto dos carros deles. E aí houve a iminência de um conflito, um conflito de foice contra arma de fogo, foi que chegou uma viatura do INCRA que vinha do Assentamento 25 de Maio, que era o Doutor Mourão. E naquele momento impediu um conflito maior. Que poderia ter acontecido um conflito maior. A partir daí então a polícia recuou, o INCRA usou da sua autoridade, e disse que a terra era desapropriada e não tinha motivo para ter conflito* (Sr. Sérgio Pinto, Liderança do MST de Canindé).

Os camponeses intensificaram a construção do acampamento. Inicialmente construíram os barracos, para abrigar as famílias, dispostos em formato de vila, com uma rua central e os barracos colocados frente um ao outro. "Um olhar de fora dificilmente pode reconhecer a organização existente nessa desordem aparente" (Fernandes, 2001, p. 76). Nesse sentido, o acampamento imprime no latifúndio as primeiras marcas do processo de territorialização dos trabalhadores.

A organização do acampamento foi colocada em prática; inicialmente foram escolhidos doze militantes do MST – que tinham participado da mobilização de base – para apoiar as famílias na gestão do acampamento. Depois foram escolhidas as seguintes comissões: a comissão de segurança, dos barracos, de alimentação, de animação, e a comissão de negociação. Essa organização fazia-se necessária, pois no momento do auge do acampamento tinha 700 famílias acampadas. "*Eram muitas contagens assim progressivas, o número de gente muda muito. Muitas pessoas vão embora, ao mesmo tempo chega outra*

carrada, mais eu lembro que chegou a 700 famílias no auge, foram 700 famílias, diziam que dava pra mais de 1.000 pessoas" (Sr. Sergio Pinto, Liderança do MST de Canindé).

Nessa conjuntura, as dificuldades são grandiosas, tudo tem que funcionar, pois a unidade das famílias é consequência do trabalho organizacional que se estrutura e dos apoios que são recebidos. O grande desafio no acampamento da Fazenda Tiracanga/Logradouro foi referente à alimentação das famílias.

> *A comissão de alimentação montou um grande armazém de vara, entrançado de vara e lona bem numa ponta da entrada do acampamento. Esse armazém chegou a encher por duas vezes, com as doações da Paróquia de Aratuba, do Assentamento Monte Castelo, de Canindé, das comunidades vizinhas. Chegavam carroças lotadas de alimentados para deixar ali para os acampados, isso num primeiro momento por que depois as comunidades já não podiam mais ajuda e aí veio a fome* (Sr. Sinval Grupo Logradouro II).

O fornecimento de alimentação aos poucos ia acabando e as pessoas começaram a ir embora. A tática encontrada pelos camponeses assentados foi de pegar os bois do fazendeiro para saciar a fome. A maioria não aceitou a proposta.

> *Outra coisa que resta, é que nois temos que ir pra cidade. Senão todo mundo aqui vai passar fome. Então aprovemos de ir pra cidade. Então começou as perguntas: Como é que nois vamos, de pé? Tem mulher tem criança? São 24 km até a cidade de Canindé. Aí decidimos: ocupar o ônibus do horário amanhã. Fomos pra estrada e ocupamos o ônibus do horário mesmo. O cara teve que levar todo mundo vieram assim umas 60 pessoas. Outras vieram a pé na mesma noite. E nois ocupamos a Prefeitura de Canindé* (Sr. Luis, Grupo Logradouro II).

As reivindicações dos camponeses na prefeitura de Canindé foram as seguintes: inicialmente a liberação de alimentos para as famílias acampadas, depois transporte para o deslocamento dos camponeses à sede do INCRA em Fortaleza, e finalmente apoio para a agilização do processo de imissão de posse da fazenda.

> *Houve confronto com a polícia. A polícia ainda chegou a bater num companheiro. E a partir daí o prefeito ligou para Fortaleza, e arrumou um carro e nois fomos para o INCRA. No INCRA nois tivemos um encaminhamento, de que a área estava e realmente próximo da sua imissão de posse e não tinha mais problema. O INCRA arranjou parece que cento e poucas cestas básicas, deu uma meia carrada de um Mercedes. E aí nois viemos, voltemos pra trás, comemorando foi uma festa até bonita, não era a imissão de posse, mas eu me lembro daquele momento que me arrepiou o coração. E eu me lembro naquele momento eu era um militante iniciante no MST e coordenei esse primeiro momento* (Sr. Sérgio Pinto, Liderança do MST de Canindé, 2008).

Os camponeses permaneceram acampados na sede da Superintendência do INCRA do Ceará por três dias. Durante esse período tiveram apoio da Igreja e da Cáritas. Nessa ocupação em Fortaleza, os assentados conheceram o proprietário da fazenda, que estava interessado no processo de liberação do pagamento pela desapropriação da fazenda.

> *Ele chegou lá e disse que não tinha mais jeito mesmo, que a terra ia ser desapropriada* (Sr. Antônio, Grupo Logradouro II).
>
> *O patrão queria receber era o dinheiro, chegou a ajudar com a alimentação; no acampamento do INCRA, ele levou alimentos. Ele ajudou na pressão com o INCRA para desapropriar a área.* (Sr. Adalgiso, Grupo Logradouro II).
>
> Em nome do Sr. Joaquim Newton Burlamaqui, proprietário do Imóvel Fazenda Tiracanga, município sede em Canindé, proprietário do Imóvel Fazenda Logradouro, município sede em Canindé-CE, venho afirmar meu apoio com vista a complementar o processo do INCRA/DR/02/237/88, para assentamento em um projeto de pecuária de médio-porte caprino e ovino. O processo encontra-se na SEREF para posterior acordo com o proprietário, gostaria que V. Exa. autorizasse a desapropriação com a máxima urgência (Deputado Carlos Virgilio Távora, Brasília, 23 de novembro de 1988).

Concordando com Martins (1994), o oligarquismo brasileiro se apoia em algo mais amplo, ele se apóia na instituição da representação política como uma espécie de gargalo entre a sociedade e o Estado (p. 29).

Relato da experiência vivida pelos camponeses, no processo de luta pela terra, deixa transparecer que esse momento deixa marcas profundas em suas vidas:

> *O fato de estar aqui acampado, decidir ocupar o horário e ir pra Canindé e lá ocupar a prefeitura e de Canindé ir para Fortaleza ocupar o INCRA e lá conseguir o que nois conseguimos, pra mim foi um momento muito bonito, jamais vou esquecer daqueles momentos* (Sr. Sérgio Pinto, Liderança do MST de Canindé, 2008).
>
> *Porque eu antes de vim morar aqui, eu vim pra Canindé, por que eu sou filho natural de Quixadá, aí me acompanhei com uns colegas pelo Canindé. E eles me chamaram pra uma reunião e falaram que tinha este terreno. Aí, eu vim trabalhar num terreno vizinho daqui e a gente veio até aqui olhar. E vendo as terras do Tiracanga, eu achei a coisa mais linda do mundo. Boa da gente trabalhar e todo sem ter nada. Era só no mato, na mata bruta né, a gente ficou neste plano de vim morar aqui no Tiracanga, tá com 14 anos que tô aqui, eu acho que só saio daqui quando for pra ir prum canto que, que não veja mais o sol* (Sr. Miguel Grupo Tiracanga I).
>
> *Ali, era a realização do meu sonho. Eu, minha mulher e meus filhos, lutando por terra. Pra mim, que sou de Canindé e estava fora a mais de 10 anos era a realização de um sonho, de voltar pra minha terra. Como isso tava nos nossos planos* (Sr. Zé Ari, Grupo Tiracanga I).

Para Oliveira (2001), a luta pela terra está assentada no processo contraditório de desenvolvimento do capital que, ao mesmo tempo que expropria, abre possibilidade histórica do retorno à terra (p. 49), a possibilidade da recriação do camponês por meio da luta pela terra.

Como destacou-se anteriormente, a ocupação do Assentamento Tiracanga Logradouro aconteceu por duas frentes. A primeira, que acabamos de relatar, a ocupação da Fazenda Logradouro II, e a segunda, a ocupação acontecida na área da Fazenda Tiracanga, realizada por famílias da Comunidade de Lajinha.

Esses camponeses já haviam sofrido uma série de lutas ao longo de suas vidas. Para melhor compreensão da questão, seguem-se depoimentos dos assentados oriundos da Comunidade da Lajinha:

> *A nossa origem é da Comunidade da Lajinha. A Lajinha era uma terra de herança, só que era umas terras ruim pra agricultura. Aí por uma decisão da nossa organização, nois decidimos ocupar a área do Sabiá. E nois chegamos até o Sábia[*esta área fazia parte da Fazenda Transval – que foi desapropriada pelo INCRA em fevereiro de 1996*]. Aí broquemos um roçado grande lá, nois éramos 13 famílias. Lá nois tivemos ameaça da polícia, a polícia andou atrás de nois, aí nois se escondia nas matas,né? Neste roçado faltou poucos metros para 20 ha. Plantamos, tratamos e lucramos uma coisinha até que deu pra passar o verão. No segundo ano fizemos um roçado de 20 ha, aí neste segundo ano aconteceu a prisão dos nossos companheiros. A polícia a mando dos donos veio e prendeu 10 companheiros, foram levados presos pro Canindé. Pegamos cada um 97 dias de cadeia. Mas com uma ação dos advogados do nosso Sindicato, ainda passamos 37 dias presos* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

> *Nessa época o proprietário da Sabiá [Fazenda Transval] era o Jaime Cezar. Ele chamou nois pra fazer acordo, cheguemos lá, o acordo dele era nois desocupar a terra imediatamente. Mas nois não tínhamos pra donde ir. Ai nois continuemo na área. E ele disse até que era bom que parasse, pois cada pau de árvore que nois derrubasse nois ia pagar um salário. Até que neste momento nois achava um pouquinho de graça porque nois nunca nenhum de nois tinha sido assalariado, como é que cada pau que nois derrubasse ia pagar um salário. Mas de qualquer maneira nois fiquemo lá. Até um dia que um tal de Pimenta, esses cara assim, ele é pobre, mas é puxa-saco de rico, sabe né? E aí a justiça proibiu de nois entrar lá. Até que eu perguntei ao doutor [juiz de Canindé] como é que nois não pode entrar na Sabiá, então o pessoal da fazenda também não pode. Aí ele disse, não pode ninguém. Aí quando foi um certo dia deu uma chuva e nois cheguemo lá, o Pimenta estava plantando na nossa área. Aí nesse dia deu uma zoeira maior, saber que você trabalha e vem um adiantado de lá, atrás de tomar as terras que você brocou, a gente deu umas carreiras nele lá e aí depois deve uma audiência meio pesada, e foi decretada a prisão dos 10 companheiros que pegaram 97 dias de prisão. Os advogados do Sindicato de Canindé e Diocese entraram com uma ação e ficamos apenas 37 dias presos* (Antônio Lopes, Grupo Tiracanga I).

> *O INCRA também pediu a nossa liberdade e isso pesou. Pois neste tempo lá no INCRA quem trabalhava era o Eudoro Santana. E o Eudoro Santana disse que garantia que aquela Fazenda [Transval] ia ser desapropriada, só que não ia servir pra nois. Pois nois estava apresado por terra pra trabalhar. Até que aí surgiu o Tiracanga pra ser comprada e nois fomos pra lá* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

Figura n° 02 – Camponeses na Comunidade de Lajinhas – antes da conquista da terra. Arquivo Pessoal do Sr. Zeca, Grupo Tiracanga II, Assentamento Tiracanga/Logradouro.

Sobre o pagamento de renda da terra, esses trabalhadores tinham uma diretriz totalmente diferente dos demais trabalhadores:

> *Não pagava renda não, porque era uma questão mesmo, era o trabalhador contra o patrão, e o patrão botando a polícia pra riba da gente, era nos ameaçando todo o tempo e nois ficando na área e plantando. Pois a terra é pra todos, todos têm direito à terra pra plantar. E era isso que a gente queria* (Sr. Antônio Lopes, Grupo Tiracanga I).

Sobre a ocupação dos camposeses da Comunidade da Laginha à Fazenda Tiracanga, registra-se a explicação de que um grupo de famílias articulou-se internamente e resolveram ocupar a fazenda.

> *O Tiracanga, entra na nossa História porque é o seguinte. Nois estava necessitando de terra pra trabalhar, e por esta razão, aí lá não foi possível de ser desapropriada (*referindo-se à Fazenda Transval*). E a gente ficava só trabalhando em terra de questão. Aí o INCRA ofereceu pra gente vim pro Tiracanga, que ia ser desapropriada antes da outra. Mas antes o INCRA deu um carro e levaram a gente pra um Assentamento por nome de Novo Agudo, pros lado da Serra Grande na Ibiapaba. Chegamos lá e não se agrademo, e ficamos aguardando o Tiracanga. Aí quando nois ficamo sabendo que iam ocupar nois viemos prá cá* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

A Comunidade de Lajinhas era uma entre as inúmeras áreas que formavam as Comunidades Eclesiais de Base – CEBs, lugares sociais onde se constituíam os espaços de reflexão sobre a realidade e onde tiveram início as experiências organizativas dos camponeses contra a exploração do latifúndio. Sobre as CEBs, Scherer-Warren (1993) destaca que:

> A multiplicação das Comunidades Eclesiais de Base possibilita a nova utopia de libertação penetrar nas áreas rurais empobrecidas e nas favelas urbanas. Essas comunidades (CEBs) são descritas por BOFF como grupos de quinze a vinte famílias, que se reúnem uma ou duas vezes por semana para escutar a palavra de Deus e compartilhar seus problemas através da inspiração do Evangelho (p. 36).

O trabalho desenvolvido pelas CEBs, na figura do Padre Moacir, representa um marco para os camponeses da região. Ele era vigário da Paróquia de Aratuba, que congregava o município de Aratuba e a parte leste do município de Canindé. O início do seu trabalho foi em 1970 e ele ficou na paróquia até o ano de 2002. Foi um período de extrema mudança na perspectiva de vida das pessoas.

> Desenvolvemos aqui a ação da nova Igreja, com uma mudança na pregação, agora mais humana, com os pilares da Teologia da Libertação, ou seja, uma opção preferencial pelo pobre. Os trabalhadores se reuniam em nome de Deus para iluminar e encontrar caminhos para enfrentar os problemas. Buscamos romper com a centralização de poder em todos os níveis, o gerente igual ao patrão igual ao trabalhador; o padre igual ao trabalhador, quebrar essa estrutura da sociedade (Padre Moacir, Ex-Vigário da Paróquia de Aratuba).
>
> *Ao Padre Moacir nois deve favor a ele que talvez a gente nunca pague. Pra nois chegar no que nós tamo hoje, como assentado, e com a visão que a gente tem hoje, de saber dar nossa opinião, de dar um recado a um trabalhador e também saber dar o mesmo recado a um doutor. Tudo foi aprendido nas reuniões da nossa Comunidade da Lajinha. Ele ensinou muito nesse trabalho, os nossos direitos, a consciência da nossa situação de trabalhador explorado pelos patrão, a nossa luta pela nossa terra. Em tudo ele ajudou muito* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).
>
> *No seu trabalho pastoral o Padre Moacir usou formas de organizar o povo. Ele usou táticas de resistência e conscientização. Porque não foi tática de luta especificamente. Foi mais uma forma de resistência e conscientização. Ele decidiu conscientizar o povo pra buscar um jeito e recursos, e a partir daí os trabalhadores conquistarem a terra* (Sr. Sérgio Pinto, Liderança do MST de Canindé).

Pode-se destacar que o grupo de camponeses que ocuparam a Fazenda Tiracanga percebia essa luta como um enfrentamento à sua situação de excluídos, sem acesso à terra e a condições dignas de sobrevivência. A experiência desse grupo foi construída em valores de igualdade e de ajuda mútua. Aos poucos foram se tornando sujeitos em sua própria luta, e a modificação da sua situação de vida passava diretamente por suas ações. A ocupação por dois anos da Fazenda Transval e a recusa a sair da sua região natal para serem assentados em outra região, conforme sugestão do INCRA, demonstram essa mudança de postura dos trabalhadores e da percepção dos seus direitos, os quais ao longo dos anos são usurpados pela classe dominante.

O trabalho pastoral das CEBs nos Sertões do município de Canindé foi assim relatado pelo Padre Moacir:

> Fazia o caminho a pé, ia de Aratuba passando pela Betânia, Jardim, até os Grossos, Caiçara, Lajinha, Ipueira da Vaca, Logradouro I, São Miguel, visitava todas as comunidades, foram seis anos ininterruptos fazendo esse trabalho, passava de vinte dias nessas comunidades. Construindo a necessidade de vivermos em comunidade e de desenvolver nossos trabalhos de forma comunitária. De discutir a vida a partir do Evangelho. O alvo espiritual era apenas o ponto de partida para ajudar os trabalhadores a olhar e lutar pelas mudanças pessoais e sociais. E como foi bonito ver o despertar de um povo à redescoberta de sua dignidade de sua libertação (Padre Moacir, Ex-vigário da Paróquia de Aratuba).

Como resultado inicial desse trabalho, os trabalhadores de três Comunidades de área de atuação de trabalho dos Padres da Paróquia de Aratuba conquistaram a terra que ocupavam há décadas. Como forma de agradecer a conquista das 03 áreas que foram desapropriadas (Jardim, Monte Castelo e Boqueirão), programaram uma romaria para Canindé em agradecimento a São Francisco pela conquista da terra.

A romaria saiu da cidade de Aratuba (a 22 km de Canindé) no dia 20 de setembro de 1982, e no percurso as demais Comunidades iam se juntando ao grupo. Ao final, chegaram a Canindé um grupo formado por aproximadamente 500 camponeses para agradecer a São Francisco de Canindé *"a graça alcançada"*. Foram recebidos com certa estranheza até por parte dos componentes da Paróquia de Canindé.

> De certa forma foi um enfrentamento ao poder local. A preocupação deles era se essa onda pegasse em todo o Sertão de Canindé; como poderia ser isso, esses trabalhadores vindo ao altar de São Francisco agradecer a conquista de terra? (Padre Moacir, Ex-vigário da Paróquia de Aratuba).

No caminho a Canindé, os trabalhadores iam refletindo sobre as ações de São Francisco (compromisso com os pobres, caridade, respeito aos animais e à natureza). Atualmente nesse roteiro da Romaria dos Trabalhadores, temos a concentração de alguns assentamentos, tais como: PA Grossos, Ipueira da Vaca e Tiracanga Logradouro. E em sua maioria os assentados desses assentamentos participaram dessas romarias.

> Quando a gente entrou em Canindé as pessoas vinham para as calçadas observar a passagem da romaria. Uma agricultora falou assim: eu acho que no céu é desse jeito. Tinha gente que chorava de alegria (Padre Moacir, Ex-vigário da Paróquia de Aratuba).
>
> A rádio colocou estas questões que a burguesia recebeu como uma afronta. O centro do Sertão, numa romaria para Canindé Se esse mal pega dos pobres ganharem a terra e botar no altar de São Francisco. No outro dia os frades fizeram uma passeata com eles, uma procissão com eles de desagravo. O assunto foi debatido na assembleia sobre essa romaria ao Canindé (Padre Moacir, Ex-vigário da Paróquia de Aratuba).

Os camponeses que ocuparam as Fazendas Logradouro II e Tiracanga estavam sendo sujeitos de sua própria história, rompendo com a dominação à qual estavam submetidos, conquistando um território que estava a serviço do capital, transformando-o em terra de trabalho. Os camponeses ficaram acampados na Fazenda Logradouro II e na Fazenda Tiracanga por setenta dias, não tendo ocorrido conflito grave durante esse período.

A ocupação dos camponeses na Fazenda Logradouro II, na Fazenda Tiracanga e na sede do INCRA em Fortaleza agilizou o processo de emissão de posse que se arrastava desde o Decreto n° 97.751 de 15 de maio de 1989, que declara de interesse social, para fins de reforma agrária, a desapropriação dos imóveis rurais denominados Fazenda Tiracanga e

Logradouro. O INCRA fechou acordo com o proprietário das fazendas quanto ao valor proposto para a desapropriação dos imóveis.

> Qualificados nos autos do processo 0237/88, em que ofertam áreas no Ceará, localizadas no município de Canindé, para fins de reforma agrária, vem à presença de Vossa Senhoria para declarar que estão de acordo com os valores apurados pelos próprios órgãos do INCRA DR CE (Joaquim Newton Burlarmaqui, Fortaleza 19 de abril de 1988).

Após o ato de desapropriação da área seguiram-se os trâmites jurídicos e administrativos tais como: Ato de Imissão de Posse, Cadastro e Seleção das famílias para a devida ocupação da área pelos camponeses.

No dia vinte e nove de dezembro de mil novecentos e oitenta e nove, e após quatro meses de ocupação, os camponeses recebem o Ato de Imissão de Posse da Fazenda Tiracanga e da Fazenda Logradouro II, que passaram então a chamar-se Assentamento Tiracanga Logradouro, onde 119 famílias foram assentadas. Estamos diante de um processo de desterritorialidade da grande propriedade de um único proprietário de terra, que se apropriava do sobretrabalho camponês, da renda da terra, que não cumpria a função social da terra, inaugura-se uma nova lógica do uso da terra pelos camponeses.

A ocupação desse latifúndio foi uma etapa da luta das famílias para conseguirem a terra desejada, sonhada. As famílias acampadas se transformam em assentadas. Inseridas no cadastro nacional do INCRA, tornaram-se beneficiárias das ações do programa nacional de reforma agrária, desenvolvidas pelo Governo Federal.

O desafio estava posto: quais os caminhos trilhados pelas famílias do Assentamento Tiracanga Logradouro? Qual a dinâmica utilizada na gestão dessa fração do território conquistado?

3.4. O Assentamento Tiracanga Logradouro – caracterização socioambiental

O Assentamento Tiracanga Logradouro está situado a 20 km da sede do município de Canindé, no Distrito de Targinos, a área total do assentamento corresponde a 4.111,91 ha.

De acordo com o Laudo de Vistoria Imóvel – INCRA o relevo do assentamento se caracteriza como: Plano – 30%; Suave Ondulado – 30%; Ondulado – 20; e Montanhoso – 20%; Já referente às potencialidades e limitações dos recursos naturais e da situação ambiental, vale destacar que os solos predominantes são classificados como os solos Luvissolos (Brunos não-Cálcicos) Neossolos Litólicos (solos Litólicos), e os Planossolos. Embora estes solos apresentem fertilidade natural alta, possuem limitações em virtude de

serem pouco profundas a rasos, pedregosos, susceptíveis a erosão e deficiência d'água. Na área do Tiracanga, os camponeses assentados destacam a presença de melhores solos, em especial os luvissolos, e na área do Logradouro II os solos planossolos (arisco branco).

Segundo informações do Plano de Desenvolvimento do Assentamento – PDA (2006) a vegetação é caracterizada pela caatinga hiperxerófila, ocupa quase toda a área do assentamento, é uma formação arbórea, arbustiva, com predominância da formação arbustiva; tem como característica principal a caducidade foliar. E em terras de vegetação natural, podem ser identificadas, ainda, floresta caducifólia – ocorre nas partes mais elevada.

A disponibilidade de água para as famílias camponesas para o consumo humano, de dois poços profundos e através com duas adutoras, existindo o abastecimento de água encanados a maioria das famílias, mensalmente é cobrada uma taxa de R$ 5,00 (cinco reais) no Logradouro e R$ 10,00 (dez reais) no Tiracanga. As residências também dispõem de cisternas de placas para a utilização da água da chuva para as famílias.

Figura n° 03 – Sistema de abastecimento de água da Unidade Familiar (Cisternas e registro de água encanada)

Figura n° 04 – Sistema de abastecimento de água do Assentamento

Já referente à oferta de água para os demais usos, os assentados dispõe de quatro açudes, sendo dois de médio porte e dois açudes de pequeno porte, estes últimos geralmente secam no final do segundo semestre. Na área da bacia do açude do Tiracanga, os camponeses utilizam no segundo semestre para o plantio na vazante do açude.

> *Todo mundo tem uma área do açude. No alto da represa todos têm direito a 14 metros de uma ponta a outra. Cada qual sabe onde é a sua vazante. Se o açude for baixando a gente vai medindo. Se o açude chegar no pé da parede, chega todo mundo. Nos já chegamos, no ano que ele secou, cada um chegou com 3 metros. Vinha baixando e todo mundo precisa plantar. È medido quatro vezes , isso é conforme o ano*. (Sr. Edmilson, Grupo Tiracanga I)

A técnica de cultivo tradicional de vazante é bastante antiga e conhecida pelos camponeses do semiárido nordestino. O preparo do solo é bastante simples. É feita uma limpeza da área que foi descoberta pelas águas e, em seguida, é feita a abertura de covas no plano e/ ou covas viradas e com faixas sucessivas de plantio. Os assentados utilizam com o plantio de feijão e forragem para os animais.

As áreas de plantio, no período chuvoso, os assentados utilizam técnicas tradicionais, com uso de derrubada de madeira, broca e uso de queimadas. A área média de plantio por família é de 3 ha. Segundo os assentados, nos últimos anos não estão adotando a prática de derruba e queimadas de novas áreas. Essa mudança está relacionada à ação mais intensa dos órgãos do meio ambiente, na discussão sobre as práticas agrícolas e da necessidade de licença ambiental para a abertura de novas áreas de plantio. *Nos últimos anos, não estamos mais fazendo área nova, aqui o IBAMA não deixa você fazer nada. Tem pedido que foi enviado pro INCRA faz quase dois anos. Então nois estamos usando as áreas que já tem.* (Sr. Marcelino, Grupo Tiracanga I)

A área destinada para reserva legal do assentamento está baseada na determinação da legislação vigente[26], ou seja, 20% da área total do imóvel destinam-se à preservação da flora e fauna da região assentamento. A área de reserva está disposta em 06 unidades com um total de 954,0606 ha perfazendo um percentual de 23,20% das terras destinadas a área de reserva legal.

A pecuária é praticada de forma extensiva e caracteriza-se pela articulação do uso das pastagens das áreas comuns e das áreas das parcelas. Os animais em lactação recebem tratamento diferenciado com uso de complemento alimentar, fornecimento de capim e recolhimento no período da aos currais construídos nas proximidades das residências. O rebanho de ovinos e caprinos, são criados de forma extensiva, mas, os assentados adotam o uso de apricos para a proteção dos animais.

---

[26] A definição das áreas de reserva permanente e legal bem como o licenciamento ambiental para projetos de assentamentos deve basear-se nas seguintes leis: Constituição federal Art. 225; Código Florestal, lei 4.771/65; lei 6.938/81 da Política Nacional do Meio Ambiente; as resoluções CONAMA237/97 e a resolução CONAMA 387/2001e 01/86; a lei de Crimes Ambientais 9.605/98 e as respectivas legislações estaduais e municipais.

Figura n° 05 – Manejo das matrizes em lactação – fornecimento de alimento e água.

Figura n° 06 – Uso de aprisco para os ovinos e caprinos.

No Assentamento temos duas unidades escolares atendendo aos filhos dos assentados funcionando em dois turnos com a educação infantil, o ensino fundamental e médio. O acesso a saúde através do PSF com atendimento no Logradouro II, duas vezes por mês, e casos de emergência, necessário o deslocamento a sede município de Canindé. Além disso, o assentamento conta com atendimento de serviço de agentes de saúde.

Capítulo 4. Territorialidade e Desterritorialidade: A trajetória dos camponeses assentados no Assentamento Tiracanga/Logradouro

4.1. Ordenamento Territorial e Gestão do assentamento

> "É belo porque com o novo / todo velho contagia..(..) Infecciona a miséria / com vida nova e sadia".
> João Cabral de Melo Neto (2007).

Na caminhada da construção do assentamento na condição de frações do território livre, os camponeses assentados terão que percorrer e transpor "*muitas passadas*". Utilizamos esse termo citado por um camponês em uma de nossas entrevistas no processo de construção desta pesquisa. Essa expressão sintetiza todos os desafios a serem superados pelos assentados nessa longa caminhada, da entrada da área até a situação considerada mais estável pelos assentados, como expresso no depoimento a seguir:

> *Depois de tanto trabalho, de tanta dificuldade, de viver de favor nas terras dos outros, eu acho que todos nós, mas eu acho que é todos os que moram aqui, merece ter uma vida melhor. Que tenha o que dar de comer para os filhos, e no caso de*

> *alguma necessidade não precise ir pedir dinheiro emprestado, mas que tenha uma criação ou umas galinha para se remediar. Eu acho que isso não é pedir demais não. Mas para chegar este dia, meu filho, tem muita passadas que tivemos que dar. Mas isto depende é de nós* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

Nessa longa caminhada, desde as primeiras reuniões de preparação para os camponeses, a ocupação da terra, a montagem do acampamento, o sentimento deles é de que tudo é um sonho, uma festa, uma celebração. E o momento da concretização se dá com a conquista da terra prometida, ato que irá transformar a vida de todos. É o surgimento de um novo mundo.

Fernandes (1996) destaca que o acampamento "...é na sua concretude o espaço de luta e resistência, é quando o os trabalhadores partem para o enfrentamento direto com o Estado e com os latifúndios" (Fernandes, 1996 p. 238)

É a partir do acampamento que se configuram o desejo da conquista de frações do território, a conquista da terra de trabalho, a possibilidade de mudança. O assentamento constitui a introdução de uma novidade espacial. "As lutas por frações do território – os assentamentos – representam um processo de territorialização na conquista da terra de trabalho contra a terra de negócio e de exploração" (Fernandes, 2000, p. 11).

Esse autor afirma, também, que a violência e os despejos não acabam com a luta pela terra, assim como não termina sua conquista.

> A conquista da terra na instalação do assentamento significa a continuidade da luta. Por um lado, o desafio, colocado pelo modo de produção capitalista, em resistir e permanecer na terra. Por outro lado, a recuperação e a renovação das experiências para realizar novas ocupações com novos grupos (p. 241).

Ainda no período do acampamento da Fazenda Logradouro dois fatos sobre a conquista da terra são determinantes para o Assentamento Tiracanga Logradouro, conforme relatado no Capítulo 3, os camponeses oriundos da Comunidade de Lajinhas ocuparam a Fazenda Tiracanga no mesmo período da ocupação à Fazenda Logradouro.

> *Quando a gente ficou sabendo, através do Sindicato, que o Movimento ocupou o Logradouro, decidimos vim pra cá. Vimos com toda a família. Era umas 15 famílias. As que ocuparam o Transval e outras lá da Lajinha* (Sr. Antônio, Grupo Tiracanga I).
>
> *O INCRA tinha dado a informação que o Tiracanga ia ser desapropriado. E nós entramos aqui no Tiracanga no mesmo mês do acampamento lá do Logradouro* (Sr. Zeca, Grupo Tiracanga II).
>
> *No Logradouro II, aquela ocupação não tivemos nenhuma participação, porque nois já tinha sido convidado pra vim pra cá (*INCRA*), aí quando eles acamparam lá, nois acampemos pra cá. Até que o pessoal do Movimento veio até aqui e chamou a gente pra ir pra lá pro acampamento. E eles diziam que era lá que estava o sofrimento. E então nois respondia pra eles: sofrer nois já sofremos, dormimos*

> *noites nas matas, a polícia correndo atrás da gente, ficamos mais de mês preso e por esta razão vamos ficar aqui mesmo*(Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

Nessa ação, as famílias ocuparam seis casas, um galpão e uma casa de farinha. Nas estruturas fizeram uma adequação para acomodar todas as famílias. Após o ato de criação do assentamento, as famílias intensificaram o trabalho de preparo da terra para o plantio dos roçados.

> *A nossa luta, era de longe. Desde da Lajinhas, sem terra pra plantar e criar. Quando entramo, fomos às barracas de lona pois só tinha umas 06 casas. E cada um foi preparar o roçado, fazer as brocas. O meu era um roçado junto com os outros, era de 05 pessoas. Ficamos assim dois anos* (Sr. Antônio, Grupo Tiracanga II).
>
> *O próprio Superintendente do INCRA quando veio aqui na emissão de posse ele disse que a prioridade era das pessoas das Lajinhas* (Sr Chicão, Grupo Tiracanga II).

No mesmo período da ocupação, um grupo formado por quinze famílias de camponeses que tinham origem da periferia de Canindé (Bairro Palestina), decidiram sair da ocupação montada na Fazenda Logradouro e organizada pelo MST e STR e seguir para a Fazenda Tiracanga.

> *Ficamos acampados no Logradouro, mais queríamos mesmo era esta terra aqui. Tinha umas pessoas que já tinha trabalhado aqui. Conhecia as terras do Tiracanga* (Sr. Marcelino, Grupo Tiracanga I).
>
> *Eu morava na Tarumã, fui avisado pelo meu filho, que morava na Palestina e fazia parte de uma associação na Palestina que tinha como objetivo conquistar esta terra. E ficamos uns dias no acampamento e viemos pra cá, pois desde o início a gente queria era vim pro Tiracanga* (Sr. Sebastião, Grupo Tiracanga I).
>
> *Juntamos todos que estava lá da Palestina e viemos pra cá. Montemos duas barracas na beira do açude e ficamos aqui. O outro grupo que veio antes tomou todas as casas da fazenda, o estábulo, a casa de farinha Nois fiquemos no meio do relento. Era umas casinhas pequenas de taipa e eles tomaram de conta. Nois ficamos nas barracas que construímos perto do açude* (Sr. Edmilson, Grupo Tiracanga I).
>
> *Quando foi no dia 14 de outubro, de madrugada, nós viemos pra cá pra brocar. Mas os sem-terra não queria que a gente viesse por Tiracanga, eram contra. Dizia que devia ficar todos no acampamento. Mas nois queria era o Tiracanga, pois toda vida nos lutemos foi pra vim pra cá. Nós morava aqui vizinho e conhecia que a terra aqui era boa. E já tinha trabalhado no Logradouro e conhecia as terras que tinha era mais de arisco. A terra de lá não dá nem um quarto da daqui. Já tinha mandado baixo assinado pro INCRA, pedindo a desapropriação dessas terras* (Sr. Edmilson, Grupo Tiracanga I).

No relato do Sr. Edmilson, camponês do Grupo Tiracanga I, há o destaque de que os camponeses que vieram do Bairro da Palestina de Canindé, membros da Associação Comunitária dos Moradores da Palestina, encaminharam em 12 de maio de 1988 um abaixo-assinado ao Superintende do INCRA solicitando um lote de terra na Fazenda Tiracanga.

A partir dessas duas ações, a dos camponeses oriundos da Comunidade de Lajinha e a daqueles do Bairro Palestina, a Coordenação do acampamento através do MST procurou os camponeses que estavam ocupando a Fazenda Tiracanga, com o objetivo de discutir o retorno ao acampamento na Fazenda Logradouro.

> *A direção do Movimento veio até aqui e fizeram pressão pra gente ir pro acampamento do Logradouro. E eu falei assim: Sérgio, quando vocês chegaram nós já tava. Pois nós ocupamos o Transval antes do Movimento se criar. Quando vocês chegaram nois já estava aqui e não vamos sair daqui não. E permanecemos aqui e graças a Deus até hoje estamo* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).
>
> *Ficamos acampados no Logradouro, mais queríamos mesmo era esta terra aqui. O nosso grupo se reuniu e decidiu ir pro Tiracanga. O nosso interesse era as terras do Tiracanga* (Sr. Edmilson, Grupo Tiracanga I).
>
> *O povo do Sindicato e do MST vieram aqui pra convencer a voltar pro Logradouro. Mas decidimos ficar aqui* (Sr. Marcelino, Grupo Tiracanga I).

Conforme lembrou Marques (2004),

> Durante a fase de assentamento, o interesse particular de cada família tende a ganhar maior importância em relação à comunidade do que no período de luta pela terra. Enquanto as identidades de sem-terra e acampado se reportam a uma comunidade de iguais, a identidade de assentado comporta a diferenciação social interna, de acordo com os atributos apresentados por cada produtor juntamente com a sua família (p. 149).

Com a emissão de posse em dezembro de 1989, o INCRA iniciou o processo de cadastramento das famílias, realizado no Tiracanga e no Logradouro II. No Tiracanga foram cadastrados prioritariamente os camponeses da Comunidade das Lajinha e os do Bairro Palestina, da periferia de Canindé.

Segundo Marques (2004),

> Quando finalmente são assentados, eles se submetem ao ritual técnico-burocrático estabelecido pelo INCRA, que concebe o projeto de assentamento a partir de um conjunto de ações, desenvolvidas em três etapas: implantação, consolidação e emancipação. Esse órgão visa promover a inserção dos assentados no sistema econômico em vigor, em bases sustentáveis, e sua intervenção é pautada por parâmetros da racionalidade técnica e valores da ideologia moderna (p. 148).

Os camponeses estavam então oficialmente beneficiários do Programa de Reforma Agrária, iniciando uma nova fase a realização de um projeto de vida.

Após a conquista da terra, do cadastro e da seleção dos beneficiários, os camponeses da área do Tiracanga, iniciaram o processo de apropriação do assentamento. No primeiro ano, o grupo estabelecido na área do Tiracanga realizou trabalhos coletivos como a construção de cerca na área dos roçados e nas margens do açude. Os camponeses assentados faziam uma divisão em grupo com o objetivo de obter uma melhor rentabilidade nas

atividades desenvolvidas. Esse era o único trabalho executado de forma conjunta por todos os assentados da área do Tiracanga.

A forma de executar os trabalhos era diferenciada para os camponeses. O grupo das Lajinhas tinha a prática de trabalhar em conjunto, de três a cinco camponeses. Alguns grupos mantinham o sistema de mutirão em todas as etapas do trabalho.

> *Nois sempre optamos por trabalhar assim, isso foi desde da Lajinha e depois lá na área do Sabiá. Via que o serviço rendia. Mas rendia mesmo. Todo mundo se ajudava e dava a produção que nois esperava. E por isso nois não via nenhum motivo pra acabar* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II*).*

Os camponeses vindos da Palestina, de outras regiões de Canindé e de outros municípios desenvolveram no primeiro ano trabalho de mutirão para o preparo das áreas de plantio. Conforme relato de um camponês, "*os roçados ficava dentro de uma mesma manga*" onde a cerca foi construída por todos os assentados.

> *Cada um escolheu uma área pra brocar, mas dentro de uma manga. Outros trabalhava de 8 a 10 de mutirão no preparo da terra. Os que tinha mais condição trazia um feijão, farinha pra fazer o almoço e pescava no açude* (Sr. Zé Paulino, Grupo Tiracanga I).

O assentamento Tiracanga Logradouro, como se observa pelo Mapa 02, é constituído por duas áreas descontínuas e, como relatado no capítulo anterior, a partir da área de duas fazendas: a Tiracanga e a Logradouro II. Entre as duas áreas está localizada a Comunidade Logradouro I, pertencente à área do Assentamento Ipueira da Vaca.

Mapa 2

Nesse momento se destacaria a forma de territorialidade dos assentados, com duas áreas de domínio, e em uma área a existência de dois grupos. Estas duas áreas após a conquista da terra em nenhum momento realizaram trabalhos em conjunto. Em cada área do assentamento os camponeses assentados desenvolviam suas próprias atividades.

Na área do Tiracanga cada grupo desenvolvia seu planejamento, sua execução e a sua gestão de forma autônoma.

> *Eles colocaram Tiracanga/Logradouro porque foi criado no mesmo dia e era do mesmo dono, mas não tem nada a ver. Pois fica distante, tudo separado. Nois nunca fizemos nenhum trabalho com o Logradouro II. Era pra ser outro assentamento. E eu acho que assentados do Logradouro também pensa assim, que é diferente* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

Essa forma de trabalhar em grupos começou a gerar os primeiros conflitos no assentamento. Famílias com histórias de vidas diferenciadas, oriundas de vários municípios, com expectativas de apropriação e uso do território totalmente divergente.

As primeiras situações de conflito aconteceram no grupo localizado na área do Tiracanga. No depoimento dos assentados, eles demonstram a insatisfação na gestão do território. Há uma clara diferença entre os dois grupos. Cada um buscava criar suas marcas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a sua apropriação, imprimir a sua territorialidade (Corrêa, 1997, p. 251).

> *Não é por ser desunido não, mas não chegou a ser uma coisa igual. Pois nois tinha vindo da Lajinha mais ou menos, nois já tinha um trabalho de base e eles vinham assim totalmente descontrolado. Então decidimos criar as duas associações, uma para cada grupo* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

> *A gente termina um serviço no roçado e fica uma forragem, a gente tem um bichinho, um gadinho uma coisa a gente tem direito de botar. E se foi tudo junto, as vezes o outro não tem e aí pega naquela confusão e não quer aceitar botar os animais dentro da forragem. Aí é por isso que a gente sempre vem batendo em cima disso aí. A gente tem um bichinho, precisava dar, botar pra comer naquela hora, mas já o outro companheiro que não tinha animal, não queria que a gente botasse o animal, aí, pra evitar de uma confusão, a gente aceitou dessa maneira que a gente tá hoje. Eles nas áreas deles e nois nas nossas parcelas, pois quando eu vim pra cá, foi pra ter a minha terrinha* (Sr. Miguel, Grupo Tiracanga I).

> *Quando foi dada a imissão de posse nois já tinha começado a trabalhar na terra, assim com muita gente. Gente de um bocado de município né, a gente começou a trabalhar junto, todo mundo o que a gente pensava era fazer uma associação do assentamento. Mas quando a gente foi entender mesmo que nois já vinha de uma união lá das Lajinha. E que o nosso clima de trabalho era totalmente diferente, quer dizer e nois peguemo Grupo I, que é totalmente diferente.* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

> *Desde o início não queria aceitar a gente vim pra cá. Eu fui no Sindicato e o Raimundo disse que não sabia do Tiracanga. Ele não queria aceitar que o Grupo da Palestina não devia vim pra cá, pois ele achava que nos não éramos trabalhadores.* (Sr. Edmilson, Grupo Tiracanga I).

> *Do jeito que ia não ia dar certo não, pois o homem lá de cima era poderoso demais. Ele tinha muito poder. Na verdade aqui tudo era sujeito a ele. E ele ia acabar pegando todas as terras boas* (Sr. Sebastião, Grupo Tiracanga I).

Traço comum nos depoimentos – a insatisfação na gestão do território, campo fértil para o desenvolvimento de ações voltadas para o parcelamento do assentamento. Um grupo com a ideia de trabalhar a terra de forma conjunta e outro grupo querendo desenvolver atividades somente pela sua família.

Nesse quadro de conflitos, os camponeses decidiram pela criação de dois grupos, cada um com a sua associação e desenvolvendo seus próprios planejamentos e seu trabalho no assentamento.

> *Não dava, as ideias não fechava bem com a nossa, tudo era o contrário do nosso e acho que pra eles também era a mesma coisa. Nois estavam planejando fazer uma associação de trabalhar a terra, assim todo mundo junto, quando nois vimos que não ia dar certo, que ia dá só confusão, por esta razão nois rachemo. E por esta razão decidimos, separar e fazer as duas associações* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

> *Discutia, mais o grupo não se uniu um com o outro. Tinha mais uns que já era acostumado em comunidade, nas Lajinhas, no Transval. Ai eles queriam botar nois como ficasse comandados por eles. Ai nois sentemo, tinha discussão e juntou o nosso grupo. Eles queriam de um jeito que nois não queria e partimos pra dividir o grupo* (Sr. Edmilson, Grupo Tiracanga I).

A luta para permanecer na terra fez com que os camponeses buscassem alternativas para garantir o seu modo de vida. Entre as várias alternativas utilizaram como estratégia de resolução do conflito existente na área a criação de duas associações como forma de gestar a organização no Tiracanga e possibilitar as camponeses a permanência na terra, mesmo existindo divergências entre os dois grupos. A questão do conflito na área retorna com a discussão do parcelamento.

> Os sem-terra visam possuir sua própria terra, para realizar um projeto de vida, pautado pela ética camponesa. Tais projetos, sustentados por visões de mundo divergentes, remetem a diferentes significados da terra, o que gera conflitos no seio do processo da reforma agrária (MARQUES, 2004, p. 148).

Já os camponeses que ocuparam a área da Fazenda Logradouro II, a sua primeira ação após a criação do assentamento foi a definição das famílias que permaneceriam na área. No momento do cadastro das famílias, em dezembro de 1989, na área do Logradouro II, existiam cinqüenta e duas famílias acampadas. Conforme o tamanho da terra, a capacidade de assentamento era de trinta e oito famílias. Os técnicos do INCRA realizaram o cadastro de todas as famílias acampadas e discutiram sobre a capacidade de assentamento na área e do remanejamento das demais famílias para a área do Tiracanga e para outras áreas de reforma agrária, para a Comunidade de São Joaquim como o Assentamento 25 de Março, no município de Madalena.

> *No cadastro não permitia aquele tanto de pessoas. Umas famílias queriam ficar aqui, outros foram pro Tiracanga. Já teve outras que achou bom ir pro São*

> *Joaquim, pois pegaram amizade com as pessoas que vieram de lá pra ajudar na ocupação* (Sr. Adalgiso, Grupo Logradouro II).

> *No cadastro ficou no Tiracanga, pro pessoal das Lajinhas e da Palestina e também foi uns da ocupação daqui. Aqui ficou mais o pessoal que veio do Quixadá, Quixeramobim. Tem gente que veio da Itatira e as que moravam aqui no Logradouro* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).

> *Depois do cadastro, quando o meu pai foi pegar a família, não tinha dinheiro pra pagar o transporte de volta, e nos viemos a pé do Quixadá até aqui o assentamento* (Sr. Dudu, Grupo Logradouro II).

Na área do Logradouro II existiam onze casas, para as trinta e oito famílias: uma casa sede e dez casas de moradores. Os camponeses que eram moradores da antiga fazenda permaneceram residindo nas suas casas. As demais casas foram ocupadas pelas famílias. Como o número de casas era insuficiente, as famílias construíram barracas com lonas. Após dois anos de criação do assentamento foram construídas as primeiras casas para as famílias camponesas.

> *O primeiro ano foi muito difícil, um sofrimento maior do mundo, embaixo das lonas, tanto tinha quintura como tinha fome. Num era todo mundo que resistia a um sofrimento daquele. Era pra quem tinha aquela vontade de possuir a terra. E o lema era ocupar, resistir e produzir* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).

O uso das áreas do Logradouro II foi desenvolvido pelos camponeses sem nenhuma integração com os camponeses da área do Tiracanga. As atividades desenvolvidas estavam voltadas para a realização do plantio nos primeiros meses do ano de 1990, período das chuvas, de ações de preparo das terras, e de construção das cercas de proteção dos roçados.

> *Quando chegamos todo mundo começou a brocar. Todo mundo escolheu onde brocar, cada um tinha um roçado e o assentamento era coletivo. Passou mais ou menos uns 03 anos sendo coletivo, antes do parcelamento. Tinha o roçado individual e o trabalho coletivo que era nas cercas* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).

> *O destino de todo mundo era de plantar. Escolher o local do roçado e fazer as broca. Nós fizemo um roçado bom, fizemo umas 100 sacas de milho* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).

Da desapropriação da terra, a criação do assentamento, o cadastro das famílias. A primeira ação da esfera do governo foi a construção das primeiras casas no assentamento, somente em 1993, realizada pela Prefeitura Municipal de Canindé. Nessa ação foram beneficiadas vinte e cinco famílias de todo o assentamento, da área do Tiracanga e da área do Logradouro II.

> *As casas foi como uma ajuda, pois tinha que fabricar o tijolo pra poder ganhar alguma coisinha. Tiramos a madeira nas matas e fizemos as casas. E não era do tamanho das que veio depois pelo INCRA* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).

Nessa primeira ação, as casas destinadas ao assentamento não atendiam a todos as famílias assentados, dando prioridade às famílias com habitações mais precárias e com maior número de pessoas. Na construção das casas, foram adotadas ações de ajuda mútua como, por exemplo, a construção dos tijolos, a retirada da madeira e escavação dos alicerces das casas. Aos poucos os camponeses afirmam o seu modo de vida, que contém valores diversos, conflituosos e contraditórios com relação ao modo e aos valores capitalistas.

Mesmo depois de dois anos de assentados, os camponeses continuaram, a participar das reuniões, que eram constantemente realizadas nas duas áreas do assentamento. Os assentados afirmam que a participação era necessária para que ficassem informados sobre os acontecimentos relacionados ao assentamento e também para conseguirem conquistar os recursos necessários para a manutenção na terra. As discussões iam além da esfera produtiva, abrangendo questões políticas da luta dos camponeses, tais como manifestações em busca de recursos para a produção, organização do assentamento e das associações. Portanto, verifica-se a socialização política dos integrantes dos assentamentos dos sem-terra iniciada no processo de luta pela terra.

> *Tinha semana de ter três reuniões. No início tudo era discutido. Sobre a construção das cercas, sobre as casas, a associação, os planos do trabalho. Sobre a nossa condição de vida. Ir participar de reunião no Canindé e no INCRA. Tudo era discutido* (Sr. Adalgiso, Grupo Logradouro II).

Nesse período, após dois anos de criação do Assentamento Tiracanga Logradouro, os assentados tinham a forma de uso da terra o modelo misto, com áreas individuais e áreas coletivas. Todos os assentados tinham acesso a todas as terras do assentamento. A definição de áreas de reserva legal não existia, sendo passível de uso qualquer área pelos camponeses. Na área do Tiracanga havia dois grupos, e na área do Logradouro um único grupo. Os camponeses do Tiracanga utilizam duas associações como instrumento de mediação para a organização do assentamento. As famílias, nestes primeiros anos de assentamento, realizaram as ações cotidianas do mundo camponês: o preparo da área de roçado, o plantio, o trato com culturas, a cria de animais, a construção de cercas de proteção dos roçados.

4.2. Forma de uso e apropriação dos assentamentos no Ceará

A luta dos camponeses ao longo dos séculos tem sido por acesso a terra. Os assentamentos quase em sua totalidade são, portanto, produto concreto da luta de classes travada na sociedade no processo de produção da sua existência (Oliveira, 1999). A fração territorial camponesa, nos assentamentos onde vivem as famílias de camponeses, contém projeto de classe e poder.

O assentamento expressa o modo de vida do camponês na construção das casas, nos roçados, na criação de animais, na forma de organização das famílias, em torno de uma associação, ou em torno de grupos informais que constroem laços de convivência entre os assentados.

A organização das frações do território apropriadas pelos camponeses, os assentamentos rurais, tem-se caracterizado no Estado do Ceará pelo modelo misto de organização e produção com destinação de áreas de uso coletivo e de uso individual (familiar). Essa prática foi adotada no Estado a partir do I PNRA e do I PRRA.

Na emissão de posse do Assentamento Tiracanga Logradouro em dezembro de 1989, a forma de uso do assentamento, conforme relato no capítulo anterior, foi baseada no modelo misto, mas apresentava conflitos internos por conta da forma de organização.

De acordo com Fernandes (1996), durante o governo Fernando Collor de Melo a reforma agrária sofreu um golpe mortal, devido a redução brutal com relação ao I PNRA. Através do seu Programa de Reforma Agrária, denominado Programa da Terra, os números ficaram aquém do esperado, conforme destaca Feliciano (2006):

> O Programa da Terra, apresentado somente em 1992, continha como meta assentar quatrocentas mil famílias durante os quatro anos do governo. Uma proposta infame, evidenciando mais um retrocesso em relação à questão agrária no Brasil, comparando-se com a proposta do governo anterior de assentar 1,4 milhão de famílias. A estratégia traçada nesse programa constava de "uma integração de ações setorialmente em diferentes esferas do Governo, a insuficiência de recursos financeiros, a obtenção de áreas favoráveis a assentamento e a modernização do INCRA". (...) da proposta inicial, o Governo Collor, realizou menos de 1% da meta. Além disso, suas ações estavam voltadas para alguns Estados, como Paraíba e Piauí (onde se chegou perto de uma pequena ação governamental, movida pela pressão dos trabalhadores). Na maioria dos Estados brasileiros, o número de assentamentos foi praticamente inexistente (p. 46).

A estratégia proposta na integração de diferentes esferas governamentais perde seu sentido com a própria política de desmantelamento das instituições e da administração pública do governo federal.

> Esse enfraquecimento institucional atinge o auge durante o Governo Collor, quando quase toda a administração pública federal é submetida, de forma irresponsável e

> inconsequente, a um processo de desmantelamento e sucateamento cujos reflexos estão presentes até hoje. O INCRA foi fortemente atingido, com demissões e disponibilidades de servidores em larga escala e sem nenhum critério objetivo, além de contratos irregulares de obras e serviços, denunciados e apurados através de comissões de inquéritos administrativos (Feliciano, 2006, p. 47).

Com dificuldades inerentes ao processo de ajuste econômico do País, no Governo Collor, o INCRA, face à carência de recursos, optou por dar prioridade às atividades de consolidação e manutenção dos projetos de assentamento e colonização existentes.

Em 1991, a limitada dotação orçamentária e o bloqueio substancial de recursos interferiram na execução de programas destinados a área de reforma agrária. Nesse contexto, a Superintendência do INCRA no Ceará inicia a discussão sobre o parcelamento dos assentamentos.

> *No período do Airton Bezerra foi clara a intenção de enfraquecer a reforma agrária e o Movimento. A discussão do parcelamento foi quase uma imposição do INCRA. Em muitos assentamentos conseguimos conversar com o nosso povo e impedir o parcelamento. No Tiracanga Logradouro, quando ficamos sabendo a proposta já tinha sido aceita. Mas no Ipueira da Vaca, conseguimos junto com o Sindicato fazer uma discussão e os técnicos do INCRA ouviram dos assentados que queriam o assentamento coletivo e fincaram pé e não aceitaram a proposta do parcelamento como os técnicos queriam impor* (Sr. Sérgio Pinto, Liderança do MST em Canindé).

Atualmente, no Estado do Ceará, temos 400 assentamentos vinculados ao INCRA, e desse total apenas 22 são parcelados. Esses parcelamentos, conforme relatados anteriormente, aconteceram no período do Governo Fernando Collor de Melo.

Sobre o processo de parcelamento de assentamentos rurais no Ceará, destaca-se o exemplo do Assentamento Monte Castelo, no município de Quixadá, parcelado em 1992, uma das ações da Superintendência do INCRA-CE, que nesse período seguia prontamente as instruções normativas[27] sobre modelo de uso da terra, sem atentar para as diretrizes apontadas pelos movimentos sociais e por parte de diretorias anteriores do INCRA-CE. Sobre o parcelamento do Monte Castelo, Diniz (2009) destaca

> Deve-se considerar o esforço do INCRA de individualizar as famílias mediante a proposta de parcelamento, pois, assim, além de ter um controle da área, também disponibiliza a organização das famílias, que foi fortalecida na luta. Além disso, devemos lembrar que a área foi parcelada ou cortada (p. 143).

Esse mesmo entendimento de uma ação dos técnicos sobre o processo de parlamento foi obtido em algumas entrevistas na construção desta pesquisa com a representação dos movimentos sociais do município.

> *A idéia era parcelar os assentamentos pra poder enfraquecer o nosso movimento. Eles conseguiram lá no Tiracanga, mas lá na Ipueira da Vaca, eles saíram foi*

---

[27] Instrução Nº 17-b de 22 de Dezembro de 1980. Boletim de Serviço nº 51, de 22/12/80 – Dispõe sobre o parcelamento de Imóveis.

> *rápido, sabia que lá nois não ia aceitar o parcelamento. Quando o próprio superintende vem discutir o parcelamento é que o INCRA queria mesmo parcelar as área* (Sr. Zezito, Diretor do STR de Canindé)

A partir de 1998 com o Projeto Lumiar, a discussão sobre a forma de exploração dos assentamentos passou a ser tema normatizado pelo governo federal. A Medida Provisória nº 2.183-56, de 24 de agosto de 2001, acrescentou ao artigo 17 da Lei nº 8.629/93 a realização de um Plano de Desenvolvimento de Assentamento (PDA).

> III - nos projetos criados será elaborado Plano de Desenvolvimento de Assentamento - PDA, que orientará a fixação de normas técnicas para a sua implantação e os respectivos investimentos; (Incluído pela Medida Provisória nº 2.183-56, de 2001) (Brasil, 2001)

Esses planos visam a elaborar estratégias de planejamento de tal forma que o processo de ocupação e organização da produção possa obedecer a uma lógica que permita o alcance de melhores resultados em termos de produtividade e qualidade de vida.

A elaboração do PDA foi regulamentada pela Norma de Execução n° 39 de 30 de março de 2004 – destaca em seu Artigo 3º. Dos Conceitos Básicos e Abrangência: III - objetivam, ainda, os serviços de ATES[28] (...) da elaboração de Planos de Desenvolvimento dos Assentamentos (PDA) - Anexo II, considerados como ações permanentes, a envolverem, desde o processo de planejamento da ocupação e utilização racional das áreas de assentamento, e destaca.

> Organização Espacial - O plano deve permitir ou possibilitar ao PA em termos de capacidade de assentamento e formas de uso da terra, vias de acesso/deslocamento, acesso à água, preservação/conservação ambiental, implantação de infra-estrutura física, social e produtiva, locais de moradia e convivência social, identificando as demandas e participações das mulheres nos projetos arquitetônicos de construção das residências. (INCRA, 2004)

A definição sobre a forma de uso da terra é contemplada nos PDAs, elaborados de forma participativa com os camponeses assentados e as Equipes da ATES. Mas a elaboração dos PDAs apresenta como resultado um volume extenso arquivado nas sedes regionais do INCRA, não havendo acompanhamento posterior e utilização por partes dos camponeses assentados, se constituindo em uma etapa do processo burocrático de implantação dos assentamentos.

---

[28] Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária (ATES). Art. 28, inciso V do Regimento Interno da Autarquia, aprovado pela Portaria MDA/Nº 164, de 14 de julho de 2000. Art. 3º Conceitos Básicos e Abrangência: I - compreendem como serviços de ATES, o conjunto de técnicas e métodos, constitutivos de um processo educativo, de natureza solidária, permanente, pública e gratuita, voltado para a construção do conhecimento e das ações direcionadas à melhoria da qualidade de vida das comunidades residentes nos projetos de assentamento, tomando por base a qualificação das pessoas, das comunidades e de suas organizações, visando a sua promoção em termos ambientais, econômicos, sociais e culturais, no âmbito local, territorial e regional, dentro do que enseja o conceito de desenvolvimento rural sustentável.

Na Lei nº 8.629/93 que dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal, em seu Artigo 16, destaca sobre a forma de exploração do imóvel.

> Art. 16. Efetuada a desapropriação, o órgão expropriante, dentro do prazo de 3 (três) anos, contados da data de registro do título translativo de domínio, destinará a respectiva área aos beneficiários da reforma agrária, admitindo-se, para tanto, formas de exploração individual, condominial, cooperativa, associativa ou mista.

Almeida (2006) destaca três modelos de organização de assentamentos:

> a) O chamado modelo quadrado, que é o tipo de planta conhecida como modelo oficial; os lotes são cortados quando a topografia permite, em grandes quadrados margeados por travessões. A agrovila geralmente fica localizada no centro do assentamento. Muitos assentados denominam *quadrado burro*, pois, muitas vezes, não são consideradas características locais como tipo de solo e acessos (p. 260);

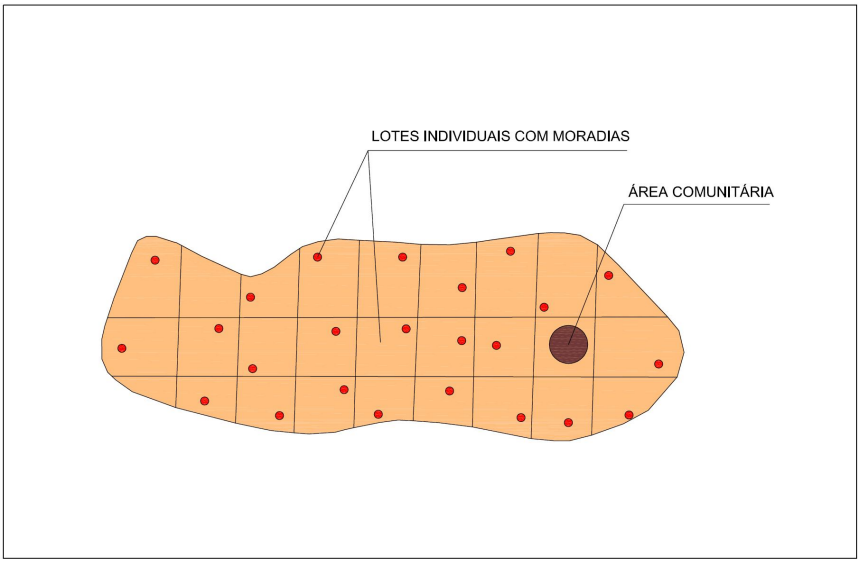


Figura n° 07 – Planta de Assentamento – Modelo Quadrado

> b) O modelo circular, proposta do MST, tem como princípio diminuir a distância entre os lotes e distribuir, em oposição à agrovila centralizada, núcleos de moradia no meio dos círculos, também conhecidos como raio de sol; objetiva convergir os lotes em direção ao núcleo de moradia (p. 261);

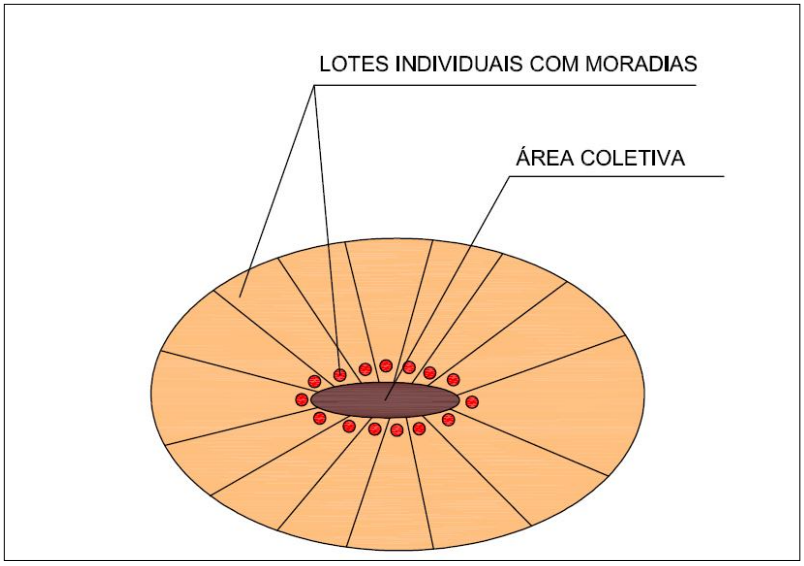


Figura n° 08 – Planta de Assentamento – Modelo Circular

> c) No terceiro modelo de assentamento, conhecido como modelo misto, a preocupação central não é com a disposição dos lotes. A inovação parte de outra perspectiva, introduzir a propriedade e o trabalho coletivo reconhecidos pelo Estado. Nesse tipo de modelo, o assentado tem direito a uma área individual e outra coletiva (p. 269).

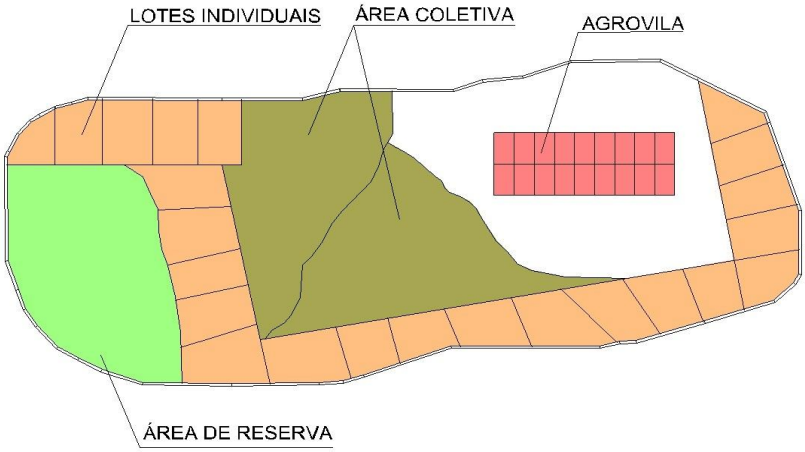


Figura n° 09 – Planta de Assentamento – Modelo Misto

O modelo misto de organização e uso do assentamento utilizado no Ceará difere do modelo apresentado por Almeida (2006). No modelo misto adotado no Ceará, não existe a

definição do lote/parcela individual (familiar), os assentados definem as áreas de plantio, onde cada família faz a seleção da sua área, faz o plantio de acordo com o planejamento da unidade familiar. As áreas de pastagem são utilizadas em conjunto e geralmente tem área de plantio coletivo.

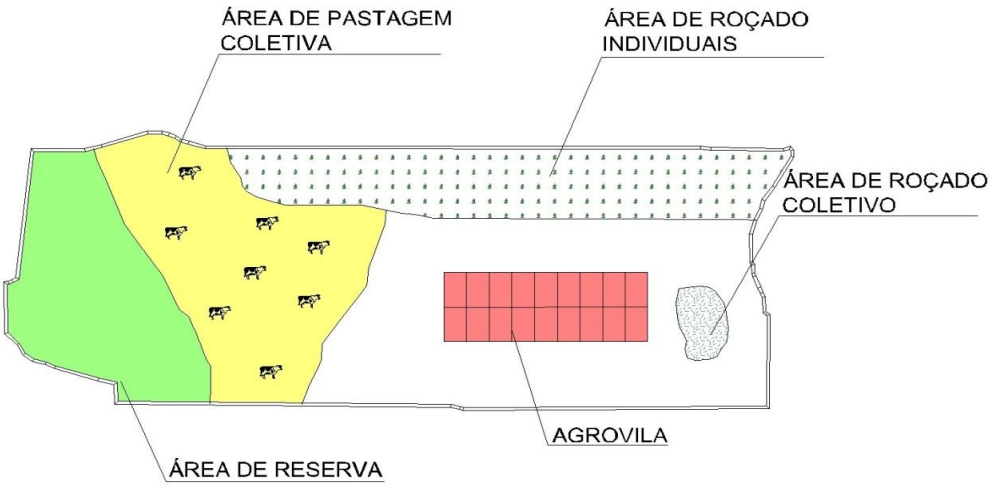


Figura n° 10 – Planta de Assentamento – Modelo Misto – Utilizado no Ceará

No II Plano Regional de Reforma Agrária – PRRA – CE, elaborado pela Superintendência do INCRA SR-02 CE (2004), destaca que os assentamentos no Estado do Ceará adotaram, desde meados dos anos de 1980, o modelo misto de organização e uso da terra, ao contrário do que acontece em assentamentos de grande parte do País, em que há um parcelamento de lotes e posterior titulação logo após a criação.

> O chamado modelo misto ocorre em um processo de discussão com a comunidade, no qual são definidas coletivamente normas de utilização da terra e de equipamentos coletivos, tais como áreas de aluvião, terras de várzea, açudes, rios, pastagens, grandes cultivos, tratores, forrageiras, etc. A partir da definição da área coletiva e da área de uso individual (familiar), organiza-se o trabalho coletivo e o individual (familiar), com a participação de representantes das famílias assentadas (p. 43).

Sobre o modelo adotado pelo Estado do Ceará, técnico do INCRA destaca:

> O Ceará é o único Estado que tem como indicação o uso do assentamento de forma mista. Essa questão foi construída em conjunto com os movimentos sociais, técnicos do INCRA e assentados com o objetivo de respeitar as características físicas, de solos e água no Estado do Ceará (Sr. Raimundo, Técnico do INCRA SR-02 CE).

Conforme lembrou Alencar (2000),

> Esta opção se dá através da votação. É um processo democrático muito utilizado nos assentamentos em áreas de reforma agrária, optando os assentados pelos modelos em que se combinam, articuladamente, o coletivo e o individual (p. 120 – 121).

Sobre o parcelamento de assentamento de reforma agrária no Estado do Ceará é oportuno destacar o pensamento de pesquisadores que trabalham com as questões da reforma agrária no Estado do Ceará. Segundo o Professor Amaro de Alencar (2002),

> [...] falar de parcelamento, demarcação de assentamento no Ceará é, no mínimo, complicado e desconhecimento do concreto. Portanto, o uso e a posse das terras nos assentamentos é simultaneamente individual e coletiva [...] Portanto, não existe lote. Nem parcelamento. Também, não é coletivo. É a chamada forma de exploração "mista". É um modo singular e plural, simples e complexo, combinado e contraditório de uma forma de explorar adequada e sabiamente a terra. (p. 5).

A reflexão está apoiada nas características geoambientais do Estado do Ceará, onde existem três regiões: sertões, serras e litorais; a mais representativa é a dos sertões, com aproximadamente 70% da área do Estado. Nela estão assentados 75,35% das famílias, 78,61% dos imóveis reformados e 71,72% dos projetos de assentamentos (Alencar, 2005).

Sobre a divisão em parcelas, afirma Castro Jr. (1994)

> que executar um loteamento significaria proibir parceleiros de alguma capacidade de uso, para outros riscos maior frente, além de que alguns lotes situaram-se junto às águas dos riachos e açudes, enquanto outras distantes delas. Sabe-se que as terras não se mostram na natureza com uma única fertilidade (p. 108).

Em Estudo sobre o Programa Crédito Fundiário no Estado do Ceará, Oliveira (2005) destaca que a assessoria técnica da "reforma agrária de mercado" procurou copiar o modelo misto dos assentamentos do INCRA, porém valorizando a produção coletiva como uma forma de garantir verbas para o pagamento da terra (p. 196).

Para Teófilo Filho (1995), o parcelamento em lotes, em geral de menos de 100 hectares de área total, significa exatamente o propósito de inviabilizar a sobrevivência da família camponesa, porque em uma região como o semiárido, não é viável praticar a agricultura ou a pecuária sem a presença de açudes ou aguadas. Assim, com a terra parcelada em menos de 100 ha, não é possível a construção de açudes, já que estudos técnicos demonstram que, no semiárido, são necessários no mínimo 100 hectares de superfície de uma pequena bacia para que se possa acumular água e prover, em termos apenas de sobrevivência, o consumo humano e animal (p. 70).

No semiárido a pequena propriedade rural se torna inviável, pois o aproveitamento dos recursos solo e água pressupõem uma decisão conjunta sobre a melhor forma de utilização, sendo mais racional manter a área reformada como uma única unidade produtiva. Mas para os camponeses assentados do Assentamento Tiracanga Logradouro, o uso do assentamento está relacionado a processos de autonomia da unidade familiar, conforme será destacado ao longo desta pesquisa.

4.3. A discussão sobre o modelo de organização do Assentamento Tiracanga Logradouro

No Assentamento Tiracanga Logradouro, nas suas duas áreas, a discussão sobre o modelo de organização, com uso do parcelamento da terra foi recebida de forma diferenciada pelos camponeses. Para um grupo de camponeses oriundos da Comunidade da Palestina, o parcelamento ia de encontro ao sonho de ser proprietário da terra; para um outro, o grupo de camponeses da Comunidade de Lajinhas, o parcelamento rompia com o histórico de lutas coletivas por acesso e uso da terra. Para um terceiro grupo, camponeses da Comunidade do Logradouro II, significava uma oportunidade de ter sua terra. Os depoimentos a seguir demonstram a reação dos camponeses assentados sobre o parcelamento do assentamento.

> *Na minha avaliação foi um absurdo o que fizeram com nois. Fizeram um parcelamento com 23 ha. Tem alguns assentados que acharam bom, mas que diabo você quer fazer com 23ha de terra que não são boa, que não é por igual?* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).
>
> *A discussão chegou assim, que todo mundo ia ter sua parcela. Ai teve reunião com o INCRA explicando que ia ser bom, cada um ia ficar no seu pedaço de terra. Que todos iam crescer e que tudo mundo ia ter um carro na porta. E foi tomando conta, uns que eram contra. Mas não teve jeito, a terra foi cortada* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).
>
> *O parcelamento nos pegamos assim, com os duas mãos. Era o que o nosso grupo da Palestina queria, nos viemos pra cá, pra ter um pedaço de terra* (Sr. Sebastião, Grupo Tiracanga I).

A discussão do parcelamento foi realizada com as duas áreas separadamente. Uma discussão com o Logradouro II e depois uma com o Tiracanga, através dos técnicos do INCRA do Ceará.

Na área do Tiracanga, o processo de parcelamento veio expor todo o conflito existente entre os dois grupos: os camponeses da Comunidade de Lajinhas, que almejam desenvolver uso coletivo[29]; e os Camponeses da Palestina, que anseiam por estabelecer o uso da terra em parcelas individuais (familiar).

A concordância com o parcelamento está relacionada ao não ao coletivo. Apoia-se em Paulino (2006) que fala sobre a dificuldade com as experiências coletivas de assentamento.

> Entende-se que essa dificuldade prove a não consideração de um elemento essencial que orienta a utopia camponesa, a busca obstinada da autonomia, da liberdade de dispor de seu tempo, espaço e saber de acordo com os sonhos e projetos construídos ao longo das próprias tradições (p. 38).

Alencar (2000, p. 74) considera que

---

[29] O uso coletivo, para os camponeses do Grupo Tiracanga II, se configura no modelo misto de organização e produção utilizado nos assentamentos do Estado.

> As formas de organização dos trabalhadores rurais refletem cada momento de suas vidas, na labuta diária dos/nos roçados (...) Há uma forte relação entre a história de vida de cada comunidade e sua organização. Uma se reflete na outra. Somente deste modo pode-se compreender e perceber a real organização na sua essência, no seu concreto (p. 74).

Para o grupo de camponeses de origem na Comunidade de Lajinhas a discussão do parcelamento rompia com o seu histórico de luta pela terra, das suas relações pautadas na confiança, na ajuda mútua e no ideal da terra coletiva. Terra de Deus, Terra de Irmãos e da ação das CEBs através do Padre Moacir, da Paróquia de Aratuba.

> *O INCRA falou que em parcelas era melhor, que cada um ia ser dono da sua terra. O superintendente do INCRA na época, o Airton Bezerra, chegou a dizer que se nois aceitasse parcelamento, que em dois anos cada assentado ia ter um carro na porta. Como pode parcelar uma terra dessas, que é pra ser de todos?* (Sr. Zeca, Grupo Tiracanga II).

Para os camponeses da Comunidade da Palestina, o parcelamento da terra ia de encontro ao "sonho do pedaço de terra". Em sua maioria, eles tinham saído da terra "*por não suportar o processo de extrema exploração*", moravam na periferia e desenvolviam atividades de plantio em terras pagando renda e vendendo dias de serviço para garantir a sobrevivência da família.

> *Quando chegou o parcelamento todo mundo bateu palma. Mas o outro grupo montou uma questão pra não querer que seja parcelado. Se não fosse parcelado todo mundo tinha ido simbora. Ficava assim, você mora bem aqui e vem um cabra brocar no seu terreiro por que tem direito né. A gente achava ruim por isso o cabra vinha mandar. Se você ia plantar o cara dizia vou plantar aí também por que eu tenho direito, porque é comunitário né?* (Sr. Edmilson, Grupo Tiracanga I).
>
> *Eu tinha dito que nos concordamos com o parcelamento por conta de um senhor que era da Lajinha. Ele dizia assim: Vamos quebrar o milho que nós vamos colocar os animais nas mangas. Eles tinham gado e nós não tinha nada. Estava da mesma forma de antes. Ele queria mandar em todo mundo* (Sr. Sebastião, Grupo Tiracanga I).

Para os camponeses, a discussão do parcelamento do assentamento se apresentava como o momento de resolução dos conflitos, quando um grupo tentava enquadrar o outro na sua forma de organização. A análise de Justo (2005) sobre o conflito em área de reforma agrária colabora no entendimento da questão na área do Tiracanga,

> Os conflitos internos nos assentamentos são recorrentes, principalmente quando se trata das formas de organização da produção agropecuária em coletivos ou "individual". Conclui-se que, para os assentados, ficar no núcleo familiar é negar os projetos coletivos impostos, é uma forma de gestão do conflito causada por tal exterioridade das ideias das lideranças. Então a opção é sair do "coletivo" e ficar no "individual" (produzir somente para a família); é uma forma de gerir esse conflito. A opção por sair ou não entrar no coletivo é interpretada aqui como forma de evitar conflito, dentro de uma perspectiva de que há varias formas de gestão do conflito e uma delas é o evitar. Portanto, a gestão dos conflitos é apreendida na prática. Independentemente do grau de campensinidade, os assentamentos apresentam-se como lugares de aprendizado da gestão (democrática) da vida pública (produção) (p. 90).

O parcelamento do assentamento foi realizado pela equipe técnica do INCRA, utilizando o modelo quadrado, com a destinação das parcelas (lotes agrícolas) e parcelas urbanas (construção das casas e quintais), e as áreas de reservas.

A demarcação das parcelas realizada pelos técnicos do INCRA, com serviço de topografia da área, não possibilitou a participação dos assentados e não considerou o uso do território nos quase dois anos de existência do assentamento.

> *Primeiro eles mediram por fora, fizeram todo o perímetro da área. Depois vieram medindo por dentro. Colocaram os marcos da área do IBAMA e depois os marcos das parcelas. Em toda a parcela tinha a marcação com o número dela* (Sr. Sebastião, Grupo Tiracanga I).

Da área total do imóvel foi destinado o valor corresponde à área de reserva, conforme a legislação vigente, as parcelas e/ou lotes e a área urbana. A área urbana é o local destinado para a construção das residências dos camponeses. Na área do Tiracanga: 57 parcelas, 01 área urbana e área de reserva (com 03 áreas). Na área do Logradouro: 38 parcelas, área urbana (02 áreas) e área de reserva (com 03 áreas).

Conforme podemos observar pelos mapas 03 e 04, existem no Assentamento Tiracanga Logradouro noventa e cinco parcelas e/ou lotes para a exploração da agricultura e pecuária.

No modelo de parcelamento utilizado no Assentamento Tiracanga Logradouro, as parcelas foram cortadas quando a topografia permitiu, parcelas longas e estreitas ou parcelas isoladas, como no caso da parcela um no Mapa 03 – Parcelamento Logradouro, e no caso da parcela dezessete no Mapa 04 – Parcelamento Tiracanga.

A definição das parcelas aconteceu de forma diferenciada na área do Tiracanga. Mesmo com todas as questões anteriormente apontadas, os camponeses definiram alguns critérios para a destinação das parcelas. Na área do Logradouro II o critério utilizado foi permitir que o assentado indicasse a parcela, até a última disponível.

> *Tinha cabra que saía daqui de madrugada pra escolher a parcela. Eu quero essa aqui. Cada um apontou a sua parcela. Quando foi pra decidir, a maioria das pessoas já tinha a parcela. Mas alguma foi por conta dos roçados. Quem tinha a maior parte do trabalho ficou na parcela* (Sr. Adalgiso, Grupo Logradouro II).

A ação dos técnicos, os representantes do Estado, no uso de sua autoridade no momento de impor o parcelamento, foi de total omissão no processo de destinação das parcelas, ao não defini-las juntamente com os assentados, criando assim pontos de disputa e de conflitos entre os camponeses no processo.

Mapa 03 – Parcelamento Logradouro

Mapa 04 – Parcelamento do Tiracanga

No caso do Tiracanga, na definição das parcelas, os camponeses destacaram a necessidade de observar quem já desenvolvia alguma atividade na terra que se transformou em parcela. Mas destaca-se que o processo foi organizado pelos assentados.

> *A prioridade era pra quem já tinha alguma coisa naquela área. Tinha uns que já tinha bananeira, cana. Então ficou pra ele aquela área, as demais foram assim cada um apontava a sua parcela. Como nois da Lajinha era contra o parcelamento, as parcelas ficaram mais pro lado do Sabiá e do Transval* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga I).

Nessa área do assentamento ocorreram duas reações. O grupo do Tiracanga I assumiu a sua parcela, e no Grupo do Tiracanga II os camponeses retiraram os piquetes das parcelas, destacando que as parcelas destinadas para o grupo seriam utilizadas de forma comunitária.

Sobre a discussão do parcelamento, seguem depoimentos dos camponeses assentados, ressaltando suas impressões do processo.

> *Na discussão nas reuniões tinha uma parte que era contra e outra que era a favor. Só que a parte que era a favor era maioria. Só que eles* (Técnicos do INCRA) *vinham com proposta de dizer que o parcelamento era bom, que as pessoas iam ficar nas suas parcelas que futuramente iam ter um carro na porta. Até que a maioria já era individual na mente e acharam que era uma boa. Os técnicos já vinham com a posição de defender a proposta do parcelamento, pra se livrar do assentamento, de convencer as pessoas. Isso foi no tempo do Collor e do Airton Bezerra* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).

> *A intenção da gente, e da própria Paróquia, do Sindicato e do movimento social é que interessava que a terra fosse utilizar coletiva. A gente entendia que a questão da terra coletiva era crescer todo mundo por igual. A gente estava observando que as pessoas não estavam crescendo por igual, pois tinha pessoa aqui dentro do assentamento que explorava os outros. Trabalhava, pagava diária de serviço, tinha comércio. E a gente entendia que essas pessoas iam crescer muito mais que os outros. Por esta razão nos concordamos com o parcelamento para cada um trabalhar só na sua área* (Sr. Antônio Lopes, Grupo Tiracanga II).

> *Os técnicos do INCRA todos eram a favor do parcelamento, o único que foi contra era só o Sr. Mourão. A equipe do INCRA veio aqui depois da queda do Airton Bezerra, mas não teve jeito, foi discutido retornar, mas a maioria foi contra* (Sr. Zeca, Grupo Tiracanga I).

> *O MST não veio discutir sobre o parcelamento, nos sabemos que o MST era contra parcelar a terra. Na verdade nós não procuramo o MST e nem o Padre Moacir e eu não sei por que não procuramos* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga I).

Após dezoito anos do parcelamento do assentamento, observa-se diferentes formas de avaliação, destacando-se pontos contrários e concordância com a ação. Esses depoimentos são ricos, representam uma contribuição para discussões futuras a cerca desse tema para a reforma agrária no Ceará.

> *Os que eram contra o parcelamento eram por duas razões. Uma por que as terras não é boa, pois são poucas as parcelas, que são boas. Boas não, a terra é regular, pois aqui as terras não são boas. E a outra razão é que lá no estatuto do INCRA diz que o INCRA, o Governo, só deve parcelar a terra quando as pessoas tiverem*

> *condição de andar com as próprias pernas. Diz que tem que ter estrada boa, ter uma renda pra se manter. E ainda mais com a terra ruim como essa aqui, isso não tem não. Por isso eram contra parcelar* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).

> *Na verdade o parcelamento deve ser bom. Mas para uma área que tenha água, que tenha terra suficiente boa para o povo trabalhar. Essa daqui é uma que ficou pra história, que a maioria das terras não presta pra trabalhar* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).

> *Tem pessoas que já brocaram a parcela todinha e já voltaram brocando de novo. O Sr. Antônio Bento já brocou todinha e já vai brocando de novo. Porque se a terra fosse boa ele passava um bocado de ano, de tempo plantando numa área só* (Sr. Domingos, Grupo Logradouro II).

Nesses relatos alguns camponeses avaliam o parcelamento referente ao modelo adotado para a demarcação das parcelas, apontando questões relevantes:

> *Se fosse hoje eu acho que as parcelas seriam melhor cortada, todas as casas tinha saída pra estrada. No tempo que foi cortado não pensou nessas coisas. Tem lugar que a entrada é assim bem apertada, tem parcela que não tem acesso* (Sr. Domingos, Grupo Logradouro II).

> *Agora eu acho que no modo de criar ficou ruim com estas parcelas. Pois quando todo mundo cercar vai ficar com as áreas do IBAMA pra botar os bichos. E aí vai ficar sem as soltas. Hoje tem as áreas soltas por que nem todo mundo cercou. E se todo mundo cercar, não tem como chegar na minha parcela. Se tudo cercar não tem entrada pra ela* (Sr. Adalgiso, Grupo Logradouro II).

> *O parcelamento aqui foi muito mal feito, tem umas parcelas que é no começo e tem uma dificuldade para as parcelas que estão no fundo. Se os primeiros cercar, pra ir pra parcela vou ter que dar uma volta medonha. Muito ruim, de mau jeito mesmo, ir por fora do assentamento ou pular as cercas* (Sr. Domingos, Grupo Logradouro II).

> *Aqui do nosso grupo tem duas parcelas que eu não sei como foi feito aquilo. Nas parcelas as terras são muito ruim, na parcela lá de cima, não plantada nada até hoje, pois não tem onde plantar. Foi errado ter parcelado e ainda mais daquela forma, só serve pra criar calango* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

> *Eu acho que o governo faz as coisas sem estudar, assim de rebolada e depois fica assim depois de feito. Eu acho que o INCRA queria ficar livre do assentamento por isso foi parcelado. Pois cada um ficava na sua parcela e pronto* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).

4.4. Uso camponês da terra no Assentamento Tiracanga Logradouro

No assentamento Tiracanga Logradouro a discussão sobre a forma de organização da produção está ligada à manutenção das famílias na terra. Os assentamentos são espaços de resistência, onde se organiza o território de expansão da agricultura camponesa, baseada no trabalho da família (Diniz, 2009, p. 174).

Para Oliveira (2005),

> Um projeto camponês concebido como alternativa de direitos: direito ao trabalho livre, direito de produzir o alimento para o consumo da família, direito à autonomia no trabalho e de por fim na sujeição imposta pelo patrão. Assim a apropriação camponesa se assenta no trabalho familiar na terra, o que difere sensivelmente da apropriação concebida pelos capitalistas e proprietários de terra rentistas que se assenta na exploração do trabalho alheio (OLIVEIRA, 2005, p. 228).

Os camponeses que compõem o Grupo Tiracanga II são originários da Comunidade de Lajinhas. Sobre o seu processo de territorialidade camponesa, salienta-se três momentos distintos, expostos mais adiante. Esse grupo é constituído por dezenove camponeses assentados; pelo Mapa 05 – Tiracanga – Parcelas do Grupo I e Parcelas do Grupo II, nota-se a distribuição das parcelas desse grupo no assentamento.

Almeida (2006), ao falar da territorialização da luta pela terra, está se referindo às frações do território conquistado pelos camponeses, em oposição à lógica da territorialização do capital monopolista. Assim sendo, a "territorialização camponesa não se resume na apropriação da terra, mas no conjunto de ações desencadeadas para esse fim. A territorialização camponesa se dá pela criação e recriação, de forma que possa garantir a continuidade do grupo familiar" (p. 343).

Para Diniz (2009), os camponeses, ao se territorializarem, tomam posse de uma fração do território capitalista, posse que começa na forma da apropriação da terra, que se dá como uma apropriação das condições de trabalho, da terra, definidas pelas práticas sociais dos assentados (p. 177).

No primeiro momento do processo de territorialidade, o grupo foi contra a proposta de parcelamento[30], a divisão do assentamento em parcelas, por entender que a terra era para uso coletivo, "terra de Deus, terra de irmãos". A terra conquistada deveria reproduzir a concepção de seu uso, construída ao longo das lutas pela sua conquista, a partir da ação das CEBs e do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canindé.

---

[30] Na discussão sobre a proposta de parcelar o assentamento, duas propostas foram colocadas em votação, saindo vencedora a proposta do Grupo I, adotar o parcelamento do assentamento.

Mesmo após o parcelamento da terra, os camponeses do Tiracanga II mantiveram o uso das parcelas de forma coletiva e com áreas individuais (familiar)

> *Aqui, todo mundo podia dizer onde ia plantar. Escolhia a área e não tinha isso de dizer que essa era a minha parcela. Ou que aquela era a parcela do outro e eu não podia plantar* (Sr. Zeca, Grupo Tiracanga II).
>
> *Quando foi parcelado, o Dedé mandou quebrar todo o marco das parcelas do grupo deles, pois eles não queriam parcelar a terra. Não quebraram os marcos das nossas parcelas, pois nois não deixamos. Mas eles ficaram trabalhando tudo junto, como coletivo* (Sr. Sebastião, Grupo Tiracanga I).
>
> *Deixamos uma área que era a melhor pra plantar e todo mundo plantava lá. Todo mundo tinha uma área lá. Essa área pegou numa parcela de um companheiro que até já foi embora, que nois plantava antes do parcelamento. Hoje, qualquer um do nosso grupo pode plantar lá* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

Para esses camponeses a articulação do uso coletivo da terra, ligado ao trabalho da unidade familiar, se configura a possibilidade de garantir a sua reprodução no assentamento. Na área de plantio familiar existe a oportunidade da produção para o consumo da família, e nas áreas coletivas a possibilidade de garantir a produção dos animais com o uso das áreas de pastagens, da capineiras, e demais e equipamentos coletivos.

> *Era coletivo, assim, pois não tinha de dizer que essa parcela era minha. Ela era do grupo. Então se um companheiro queria plantar naquela parcela, ele tinha a liberdade. Se juntava 04 ou 05 e fazia a cerca e plantava naquela parcela e ninguém dizia que ele não podia. E isso nois considera coletivo. Ate hoje, eu considero coletivo, um companheiro chega e pergunta se pode plantar lá na área que eu planto, eu digo que pode* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

A segunda intervenção na forma de organização e de uso das parcelas do Grupo Tiracanga II foi com a implantação das ações do projeto de investimento[31]. Nas inversões individuais (familiares) foi inserida a compra de arame farpado, grampos e estacas, para a construção de cercas no perímetro das parcelas, três vacas, dez caprinos ou ovinos e suporte forrageiro (leucena, capim-elefante e palma). Essa ação caracteriza o segundo momento do processo de organização e de uso das parcelas.

---

[31] Os camponeses assentados do Assentamento Tiracanga Logradouro tiveram acesso ao antigo PROCERA em 1996. As inversões eram divididas em ações coletivas e individuais (familiares), entre as principais inversões inseridas foram: animais, cercas, capineiras e equipamentos.

Mapa 05 – Tiracanga – Parcelas do Grupo I e Parcelas do Grupo II,

Os camponeses, na perspectiva de adequar o uso das inversões do projeto, construíram as cercas de forma conjunta, em partes de algumas parcelas, voltadas para uso comum da área. Essas áreas eram utilizadas para plantio no período chuvoso e como pastagem no segundo semestre. As demais intervenções como capineiras, plantio de palma forrageira, reforma e ampliação de curral e vaca leiteira, foram implementadas de forma coletiva.

Algumas famílias utilizaram parte de sua parcela na construção de cercas no seu perímetro, ou na área de plantio, adotando também a gestão da terra na perspectiva da unidade familiar camponesa e participando ainda das ações coletivas.

De acordo com Oliveira, citado por Diniz (2009), os assentamentos enquanto espaços de organização social e de formas diferenciadas de uso da terra, a partir do trabalho familiar, é um espaço de luta e de organização da unidade de produção e de consumo camponês (p. 174).

O desdobramento para a organização do Grupo Tiracanga II resultou em dois tipos de uso da terra para os camponeses. a) a continuidade por parte da maioria dos camponeses no uso coletivo das parcelas, desenvolvendo atividades coletivas e individuais (familiares) dentro da área coletiva; b) algumas famílias articulavam o uso de parte de sua parcela com as atividades coletivas do grupo.

> *Nois fizemos uma manga grande, era umas 12 parcelas, lá na do Pau de Leite. Era nossa área coletiva. Vários companheiros tinha roçado lá dentro e nois fazia assim. No inverno botava o gado nas áreas da reserva e depois tirava e botava na manga, pois tem um açude e ficava os bichos com pasto e água. Nois mantivemos essa área eu acho até 2002. Então decidimos tirar a cerca. Uns pegaram e fizeram a área da parcela* (Sr Chicão, Grupo Tiracanga II).
>
> *Eu fiz a cerca numa parte, lá na minha parcela, pra poder garantir o pasto dos animais. Mas, teve uma parte, do arame que botei na área das mangas* (Sr. Zeca, Grupo Tiracanga II).
>
> *Nós implantamos as capineiras e o gado era coletivo. Cada um tinha as suas vacas, mas tinha o gado coletivo* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

Essa forma de uso coletivo das parcelas foi mantida até meados de 2002, quando os camponeses decidiram retirar a cerca e utilizá-la nas áreas de plantio ou nas áreas de suas parcelas, definindo então o uso da parcela, na perspectiva da unidade familiar camponesa.

O Grupo II, atualmente utiliza as parcelas de forma individual (familiar), mas alguns camponeses se referem ao assentamento como área coletiva. Sobre essa discussão segue o pensamento de Fabrini,

> [...] é neste contexto de construção do território camponês no espaço dos assentamentos que se constroem ações coletivas e comunitárias como é o caso da formação de cooperativas, grupos de assentados, associações, núcleos de produção, grupos coletivos, núcleos de moradias, etc. As ações coletivas não se materializam

> exclusivamente no trabalho e produção agropecuária, como a coletivização da terra, por exemplo. Portanto, as ações coletivas não significam necessariamente produção coletiva (FABRINI, 2004, p. 132).

As ações coletivas entendidas numa perspectiva mais ampla, com sentido político.

Mesmo com uso das suas parcelas, os camponeses destinaram uma parcela para uso de forma coletiva. Essa parcela está localizada em área de solo propício à exploração agrícola, próxima ao açude. Essa parcela é destinada ao plantio de milho e feijão, e todos os camponeses assentados do grupo II, desde que tivessem interesse, podiam nela plantar. O resultado da produção é destinado ao camponês, à sua unidade familiar. Essa área é utilizada no segundo semestre pelos camponeses que efetuaram o plantio naquele ano, como área de pastagem para seus animais.

A forma de uso, das parcelas de forma individual (familiar) no Grupo II está ligada ao insucesso de uma atividade desenvolvida coletivamente no assentamento, através do projeto de investimento, que teve como principal atividade a criação de vacas para a produção de leite. Foi adquirido um rebanho coletivo composto por trinta matrizes e implantadas estrutura de curral, de suporte forrageiro e cercas. O resultado obtido não foi o esperado, como se depreende pelos depoimentos a seguir.

> *Aqui tinha vaca que a gente soltava cedo e ela ficava ali na porteira. Não era vaca pra cá não, era vaca acostumada a comer de cocheira. Não era vaca pra nois não* (Sr. Zeca, Grupo Tiracanga II).
>
> *O gado que tivemos de comprar foi gado vindo de Minas e do Goiás. Era umas vacas bonitas. Mas quando chegaram aqui num precisou nem de um mês as vacas já estavam perdendo corpo. Teve vaca que compramos de 800,00 reais e foi vendida a 300,00. Ou vendia ou perdia tudo* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).
>
> *O gado do coletivo era o que mais sofreu, foi gasto muito dinheiro pra nada. Aqui no assentamento ainda tem uma semente destes animais. Tem muitos que fizeram um esforço e conseguiram manter* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).
>
> *Eu vejo que foram muitas coisas, as vacas não eram pra esta região, não tinha acompanhamento do técnico. O INCRA só acompanhou pra comprar as vacas e a gente não tinha experiência, gastava dinheiro com as vacas e não tinha resultado. Vendemos pra não perder tudo e depois compramos algumas vacas aqui da nossa região* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga II).

Essa experiência coletiva não exitosa contribuiu para a tomada de decisão dos camponeses de desenvolver ações no modo individual (familiar), como forma de garantir a sua autonomia, de dispor de seu tempo, do trabalho da família, de acordo com seus sonhos e projetos.

> Considerando-se que o processo de territorialização camponesa é um *continuum*, marcado por lutas permanentes para assegurar a sua condição de classe, o insucesso de uma empreitada não deve ser tomado como o fim de uma trajetória. Em algumas ocasiões, ele pode até se constituir em um recomeço, que traz como incremento mais uma referência para as práticas futuras. Não se pode esquecer de que o processo de terrritorialização camponesa é a materialização dessa dinâmica, em que a gestão

> própria do sítio se encerra em um circuito de experiências (tentativas para se chegar ao melhor resultado), somando experiência (saber). (PAULINO, 2006, p. 317).

Alencar (2000) destaca sobre o uso de bens coletivo versus bens individuais, precisa ser constantemente discutido, esclarecido, dirimidas as dúvidas, é necessário se repensar a relação de complementariedade entre o que é coletivo e o que é individual. (p.107)

Os exemplos de fracassos com experiências coletivas nos assentamentos, esta relacionada pelo fato de ser visto como obrigação, não há liberdade de ficar sem dar o trabalho (Oliveira, 2005). Essa forma de discussão do coletivo nos assentamentos rompe com o discurso sair do romper cativeiro, de ter a sua liberdade. "A liberdade tem relação com autonomia no sentido do controle do tempo de trabalho, situação que por sua vez, é proporcionada pelo fato de se ser dono da terra, ao contrario do empregado" com a (Woortmann 1990 citado Almeida, 2006, p. 322).

Para Diniz (2009) há uma imposição que, de certa forma, nega a liberdade conquistada através da conquista da terra (p.200).

Os dois grupos existentes na área do Tiracanga, no momento da implantação do projeto de investimento, deram continuidade a ações em conjunto, como a construção da cerca do perímetro do assentamento e das áreas de reserva, com o objetivo de usá-las como área solta e mangas para o gado.

> *Desde o início que nois fazemos assim. Começou com a construção da cerca, ainda com o projeto de investimento. Fazemos a medida da cerca, e divide pelo número de assentados e o coordenador de cada grupo fica sabendo o que é pra fazer. Então o grupo se responsabiliza por fazer o trabalho e depois de conferir pra saber se foi feito. Depois o coordenador se reúne para prestar conta. Neste ano, eu sei que tem coisa pra fazer. O outro grupo já marcou reunião, fazer lá pra discutir e fazer o trabalho* (Sr. Marcelino, Grupo Tiracanga I).

Os camponeses destacam a existência de diversos tipos de cerca. A cerca do perímetro, a cerca da área dos roçados, as cercas dos quintais. Para os camponeses, a cerca do perímetro tem a função de proteção do assentamento, pois não permite a saída ou entrada de animais. As cercas das parcelas têm a função de apropriação e proteção.

Oliveira (2005) destacou a função das cercas. As cercas de composição mista (madeira e arame farpado) têm a função de proteger, no inverno (período chuvoso), os pastos artificiais e as lavouras da invasão dos animais, portando, são cercas protetoras. (p.240)

Figura n° 11 – Cercas de proteção das parcelas – uso voltado para os animais

As cercas utilizadas nos quintais das casas, geralmente construídas de arame e madeira, ou faxina (somente madeira), têm o objetivo de proteção contra a invasão ou a saída de pequenos animais (caprinos, ovinos e galinhas).

Figura n° 12 – Cerca de faxina com amarradio de madeira – para proteção da área de plantio das famílias camponesas.

Essa estrutura de cerca é bastante utilizada pelos camponeses, pois na sua construção é utilizado o trabalho do camponês e madeiras, que geralmente são aproveitadas com o material existente na área onde será realizado o roçado. No momento de realizar a retirada da madeira, no preparo da área do plantio, o camponês já retira a madeira planejando a sua utilização na construção da proteção do seu roçado. Nos anos seguintes, o trabalho será voltado para a manutenção dessa estrutura.

Figura n°13 – Cerca de faxina – utilizada para os quintais e pequenos sítios.

Nos quintais das famílias camponesas encontramos uma diversidade de cultivos como estratégia de reprodução da unidade familiar, como bananeiras, mamoeiros, coqueiros, pequena horta, farmácia viva e área de criação das galinhas.

O quintal camponês, como afirma Almeida (2003:266), é organizado para ser útil em termos de produção para a família.

> O lugar da horta, do pomar, do cachorro, do gato, da galinha, do porco, do paiol, enfim, é o prolongamento do trabalho cotidiano. Assim, por mais que se professe um espaço da distinção (casa, quintal, pasto, e lavoura), a lógica de sua representação obedece a um habitus da unidade produtiva camponesa, em que família, trabalho e terra não se encontram divorciados. Situação que, por sua vez, confere as marcas da territorialização camponesa no território (p. 266).

Alguns camponeses depõem sobre o quintal:

> *Nesse quintal, aqui eu tenho a banana, o mamão, tenho cana, a macaxeira, a ata, o cajá, tem os canteiros da minha mulher. E pra fazer um chá tem a corama, o mastruz, o capim santo. [...] Tem umas galinhas. E ali em baixo tem uns pés de milho. Quando eu quero tomar um caldo de cana, é só cortar e moer. Quando vou visitar um filho na rua, levo um cacho de banana* (Sr. Zé Ari, Grupo Tiracanga I).

> *Sempre a primeira planta é no quintal. Tem um mamão e bananeira. Tem uma cana pros meninos, tem sempre alguma coisa. E também tem o aprisco pra criação, as galinhas. Aqui tem muita gente que usa mais essa área que a parcela* (Sr. Cezar, Grupo Tiracanga I).

Figura n° 14 – Canteiro com verduras, presente nos quintais das famílias camponesas.

Fig n° 15 e 16 – Quintal de uma família camponesa - uso de uma *mandalla* e a diversidade de culturas

Estudar o significado do quintal camponês no assentamento é compreender o modo de vida das famílias nos espaços camponeses, as estratégias utilizadas pelas famílias. O trabalho familiar, presente em sua plenitude, leva a crer que a unidade camponesa tende a optar pela diversidade de cultivos e criações como estratégia de reprodução (OLIVEIRA, 2005, p. 267).

> *Com essa mandalla aqui você ver que tem de tudo. O mamão a banana, a batata, o urucum, a cana, o canteiro da mulher, a farmácia viva, os patos. Ontem esse quintal tava cheio de gente que veio conhecer essa área* (Sr. Antônio Lopes, Grupo Tiracanga I).

A unidade camponesa tem como marca a diversificação. "É pouco comum a dedicação exclusiva a uma atividade, de modo que os trabalhadores dividem o seu tempo,

regido pelo calendário sazonal" (PAULINO, 2006, p. 115). Os camponeses articulam o trabalho da parcela agrícola com a agricultura e a pecuária e o uso da área urbana, como as áreas dos quintais.

Sobre o uso da área urbana, para cada família foi destinada uma parcela na área urbana com a finalidade de construção da sua casa e de aglutinar a construção das casas em uma área próxima com o objetivo de promover a convivência e facilitar o acesso a uma estrutura básica (energia, água, escola, transporte).

A área destinada corresponde a aproximadamente 0,8 ha. Mas algumas famílias fizeram opção por construir a casa na área da parcela agrícola com o fim de concentrar todas as atividades da unidade camponesa. Construir a casa nessa parcela conferiu aos camponeses a possibilidade de cuidar de seus lotes com maior facilidade de acesso, tendo em vista terem de percorrer menores distâncias e poderem realizar os cultivos e as criações pecuárias, cuidar dos animais domésticos com maior liberdade e possibilidades. Com essa ação, parte de parcelas urbanas ficaram sem uso, sendo aos poucos apropriadas pelas demais famílias camponesas.

> *Eu planto neste meu cercado, aqui vizinho da minha casa. A minha parcela é próximo à reserva do Pau de Leite, na área das parcelas coletivas, é longe pra cuidar de um roçado. Aqui pega uns 28 litros de legumes e dá pra plantar* (Sr. Clemilton, Grupo Tiracanga II).
>
> *Na área urbana eu tenho a casa, um sitiozinho, e o curral dos animais, que coloca a vaca que tô tirando leite lá pra casa e aprisco das criações. No inverno sempre a gente planta alguma coisinha pra ter o feijão verde e milho. E na parcela eu planto uns 2 ha de milho e feijão* (Sr. Sebastião, Grupo Tiracanga II).
>
> *Estas casas desse lado é divisa com a reserva, como a gente não broca na área da parcela, fizemos os roçados na área da reserva. Então a maioria tem um cercado de 20 litros de legumes. Pois na parcela mesmo não dá pra brocar pois pega a área da serra e dos riachos, e tem a proibição do IBAMA e ninguém pode fazer nada nessa área e mesmo assim, eu não gosto de plantar muito* (Sr. Aurélio, Grupo Tiracanga II).

Já referente à forma de uso da terra pelo grupo do Tiracanga I. Esse grupo era formado em sua maioria por camponeses do Bairro da Palestina, da periferia de Canindé, expropriados e expulsos da terra, como expressa o depoimento do Sr. Edmilson:

> *Nós trabalhávamos nas terra de patrão, aí fomos embora, pois as condições não estavam dando mais, o patrão queria renda do algodão e depois também a do milho e do feijão. No Canindé eu fui trabalhar numa vacaria. Me casei e fui trabalhar na Cooperativa Agrícola e me colocaram pra fora. Aí fui trabalhar em firma e deixei de plantar. Passei três anos e voltei a ser morador de novo, ficar de um lugar pro outro, aqui na Bela Vista no Canindé. Foi na época que surgiu essas coisas de comunidade, as reuniões dos sem-terra. O meu irmão começou a me chamar. Vão ocupar a Fazenda Tiracanga e nós vamos pra lá. E eu vim pro acampamento e eu estou aqui até hoje, na minha casa, com minha família. Aqui no Tiracanga* (Zé Edmilson, Grupo Tiracanga I).

Na discussão do parcelamento no assentamento, os camponeses sempre afirmaram a concordância com a ação. No documento enviado ao INCRA pela Associação Comunitária dos Moradores da Palestina, em 12.05.1988, destaca a solicitação de lotes para as famílias. É o sonho de conquista de um pedaço de terra, para trabalhar e produzir. "Eles foram percebendo que tinham muito em comum: o sonho da terra individual, da terra de trabalho" (ALMEIDA, 2006, p. 278).

Nas discussões sobre o uso do parcelamento, o grupo sempre o defendeu como única forma de permanência no assentamento.

> *Era a única forma de continuar no Tiracanga, nois viemos pra cá pra se liberto, e todo mundo queria era um pedaço de terra* (Sr. Sebastião, Grupo Tiracanga I).

A área do grupo do Tiracanga I é formada por trinta e nove parcelas, que foram sendo utilizadas pelas famílias camponesas de acordo com a sua capacidade de trabalho.

> *Aqui cada um tem a liberdade pra fazer o que quer na sua parcela. Ele pode dar pra outra pessoa plantar, a forragem usa como quer* (Sr. Marcelino, Grupo Tiracanga I).
>
> *Lá na minha parcela, só entra quem eu quero. Se você passar lá na entrada você vê que tá fechada. Tem uma porteira e um cadeado* (Sr. Zé Ari, Grupo Tiracanga I).
>
> *Na minha parcela, trabalhando da forma que a gente pode, sem pagar renda, sem receber ordem de ninguém. E o que a gente pode fazer* (Sr. Marcelino, Grupo Tiracanga I)
>
> *Aqui tem pessoas que tinha uma casinha lá na rua e vendeu para investir aqui. Comprou um gadinho, umas criação e foi tocando a sua vida no assentamento, com o seu trabalho e o da família* (Sr. Antônio Lopes, Grupo Tiracanga I).

No Grupo do Tiracanga I, aponta-se três tipos de uso das parcelas no processo de apropriação da terra pelos camponeses: a) as parcelas de uso restrito à família, totalmente cercadas no seu perímetro, com divisórias internas para se adequar à sua necessidade; b) as parcelas de uso parcial da sua área – parte da parcela com cercas na área de plantio e o restante dela aproveitado como área solta do assentamento, e, por fim, c) as parcelas abertas, consideradas terras soltas, sem uso pelo assentado. Pelo Mapa 07 visualiza-se a representação desses usos, a partir da base cartográfica do parcelamento.

> *Aqui quase todo mundo fez um esforço pra fechar a parcela. Se ficar no aberto você não pode plantar e nem criar. Se eu sou assentado aqui, tenho que plantar e criar, então tem fazer as cercas* (Sr. Zé Ari, Grupo Tiracanga I).
>
> *Com o projeto de investimento, aqueles que tinham mais cabeça, foi fechar a parcela, ter a área pra criar e plantar* (Sr. Antônio Lopes, Grupo Tiracanga I).
>
> *Nós planejamos assim, as parcelas com a cerca no perímetro foi feita por todo mundo. Do grupo I e II. Cada um fez a parte que tocava. As cercas entre as parcelas é assim, nós pegamos a área lá da reserva. A primeira parcela tinha um lado todo pronto ele fez a outra, que serviu pra ele e pra outra parcela e assim foi, até fechar essa roda. Se faço a da direita, o outro faz da esquerda. E tenho que fazer na minha frente. Foi a forma pra poder fechar* (Sr. Paulo, Grupo Tiracanga I).

Atualmente no Grupo Tiracanga I, são exploradas atualmente trinta e quatro parcelas pelos camponeses, e cinco parcelas são consideradas como área solta, aproveitadas como pastagem por todos os assentados, como está registrado no Mapa 06 – Mapa de uso do Tiracanga.

Sobre as pastagens em terras soltas, Oliveira (2005) destaca que essa prática tem sido regra vigente no cotidiano sertanejo, desde o início do processo de colonização, através da pecuária. A terra, mesmo estando sob um domínio privado, era disposta a um comum.

> A pastagem comum nas terras soltas, no sertão, apresentou continuidade mesmo diante do processo de cercamento das terras, sendo algo usufruído pelos pequenos produtores, moradores, assentados e grandes fazendeiros (p. 233).
>
> As “terras soltas” ligadas ao interesse exclusivo dos assentados são extensões de terras que percorrem todo o assentamento cercado, e favorecem apenas os rebanhos dos assentados. As “terras soltas” são espaços de uso comum no assentamento para a criação de animais mantidos soltos (p. 238).

Mapa 06 – Mapa de uso da terra do Tiracanga

O uso das terras soltas no assentamento como uma estratégia de reprodução econômica camponesa, como se percebe pelos depoimentos a seguir:

> *No início do inverno, quando tem as primeiras forragem, eu coloco minha vaca nas parcelas soltas e fica aí até o final. Quando a pastagem vai ficando fraca, às vezes a gente coloca na reserva e só depois bota na minha parcela* (Sr. Aurélio, Grupo Tiracanga II).
>
> *Geralmente a gente bota no inverno na solta porque aproveita a parcela da gente que é cercada, deixa a forragem da parcela da gente pro verão, pra usar na época do verão* (Sr. Antônio Lopes, Tiracanga II).
>
> *Num ano como esse, eu deixo na solta até quando puder. Mas pra você ver, quando dá onze horas os bichos estão aqui. Então tá na hora de botar lá na minha parcela e ainda tamos em maio* (Sr. Raimundo, Grupo Tiracanga II).

No Assentamento Tiracanga Logradouro, como na maioria dos assentamentos dos semiárido cearense, a criação de bovino é uma das principais atividades das famílias, estando articulada com as demais atividades desenvolvidas e a forma de uso das parcelas. A estratégia do camponês em construir cercas de proteção é dar autonomia à terra para o uso e para o possível desenvolvimento de criação de seus animais.

Para Almeida (2006),

> Para o campesinato o gado tem função de garantir a reprodução do grupo familiar, porque, para ele, acumulação tem sentido de melhoria das condições de vida, situação esperada por qualquer grupo social. [...] A criação tem como função garantir a reprodução do grupo familiar e não propiciar a acumulação capitalista (apropriação de sobretrabalho de outrem). É também uma espécie de poupança para os dias menos afortunados, pois ela permite uma certa garantia de consumo e renda monetária. Ela teria, por essa perspectiva, um papel complementar à lavoura, tanto no sentido do consumo direto como de renda monetária para a família (p. 285).

As demais criações (ovelha e bode) seguem a mesma lógica de garantir a reprodução da unidade camponesa, como fonte de alimentos e de poupança.

Na área do Grupo Logradouro II, as parcelas também são empregadas de formas diferenciadas, constituindo alternativas da unidade camponesa de buscar a sua permanência no assentamento.

Após o processo de parcelamento, as famílias camponesas adotaram o uso de suas parcelas de modo relacionado à autonomia, ao acesso à terra.

> *Porque às vezes eu queira brocar ali naquela área, e dois ou três queria. Então todo mundo concordou com o parcelamento, pois cada um ia ficar com a sua área* (Sr. Sinval, Grupo Logradouro II).

Mapa 07 – Mapa de uso da terra do Logradouro II

A mudança nos últimos anos na área do Logradouro II está relacionada ao acesso à linha de crédito. A maioria dos assentados teve acesso a projeto de investimento, com atividades voltadas para as unidades familiares e com atividades coletivas: compra de três vacas, dez caprinos ou ovinos e suporte forrageiro (leucena, capim-elefante e palma), e construção de cercas.

Não se pode atrelar a apropriação da parcela ao projeto de investimento, mas é possível afirmar que as inversões previstas intensificaram o uso da parcela pelos camponeses.

Como resultado, temos as seguintes formas de uso das parcelas no Grupo Logradouro II. Primeiro, as parcelas com uso somente pelo camponês assentado. No mapa 07 – apresenta o uso da área do Logradouro II e pode-se observar este tipo de uso e apropriação das parcelas um a doze pelos camponeses.

Por ora abordaremos o tipo de parcela de uso pelo camponês, discorrendo sobre os outros tipos mais adiante. Esse tipo advém de uma apropriação com uso de cerca protetora, e apresenta dois modelos com as seguintes características: a) o camponês utiliza a sua parcela como área de plantio e de criação (bovino ou caprino), adotando mecanismos de controle do uso das pastagens para seus animais; b) o camponês utiliza a sua parcela como área de pastagem para seus animais e faz o seu plantio em parcelas de outros camponeses (família ou não), pagando pelo uso da terra, com a forragem produzida no roçado ou com parte da produção. O camponês que adota esse modelo parte da sua avaliação dos resultados de plantar na sua parcela.

> *Eu tô aqui desde o início e na minha parcela nunca fiz legume. As terras são muito desiguais, eu me vejo obrigado a procurar outras áreas. Na área que eu plantei lá só bati 40 sacos de milho, mas quase numa área do mesmo tamanho já bati 100 sacos de milho, então não compensa plantar lá. Plantar na minha parcela é perder meu trabalho. Então deixo ela só pra minha criação* (Sr. Sinval, Grupo Logradouro II).

Seguem outros depoimentos sobre esse modelo de uso de parcelas:

> *No primeiro ano, eu acerto que vou plantar na parcela. Faço a cerca, a broca e planto. Não dou renda do milho e feijão e posso usar o roçado pro gado. Mas no segundo ano, cobra a forragem, o dono da terra fica com a forragem. No meu caso, eu plantei na parcela no segundo ano. O dono da parcela não tinha animal. Ai eu comprei a parte dele e ainda paguei a do meu roçado. Se eu não tenho forragem vou atrás de alguém que possa arrendar* (Sr. Sinval, Grupo Logradouro II).

> *Aqui é muita gente que usa a parcela do outro pra plantar, pois tem parcelas que a terra não presta, na parcela que tá no aberto não tem como plantar não. O jeito é conseguir uma área pra plantar* (Sr. Domingos, Grupo Logradouro II).

> *Sobre o pagar pela terra ai é entre o dono da parcela e quem planta nela. Nois na associação não discute isso não, mas eu sei que fazem assim, mas a maioria quer mesmo é só a forragem* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).

Nos casos em que o dono da parcela permite que sua terra seja trabalhada por outro camponês existem várias vantagens, tais como: abertura de uma nova área de plantio, proteção da área, e forragem para os animais. O dono da parcela se apropria da renda da terra, que é revestida no consumo da unidade familiar camponesa.

Sobre o arrendamento em assentamentos rurais, Oliveira (2005) destaca que

> A prática de arrendamento nesses assentamentos abre a possibilidade da existência de uma relação capitalista. Porém, esse arrendamento está atrelado à lógica camponesa, uma vez que a renda servirá para aquisição de alimentos para o consumo da unidade de produção familiar. Trata-se do fato de que como camponeses proprietários possuem a condição para cobrar do arrendatário capitalista a parte da renda capitalista da terra do mesmo. [...] São formas de que o campesinato se utiliza para adquirir dinheiro e, assim, manter a unidade camponesa nos assentamentos (p. 255).

O arrendamento de forragem é bastante comum entre os camponeses; o preço de venda da forragem de uma área de plantio de 2 ha, por exemplo, pode variar de R$ 200 a R$ 400,00. Esse valor é acertado entre as duas partes envolvidas, e os demais camponeses do assentamento não interferem na negociação.

> *Depende da forragem que tiver, pode ser assim uns R$ 150,00. Mas eu só tinha R$ 80,00 aí ele aceitou, só porque ele tava precisando do dinheiro naquele momento*. (Sr. Sinval, Grupo Logradouro II).
>
> *Nós arrendamos a parcela. Aqui uma parcela é arrendada por R$ 400,00. Isto de depois de você tirar o legume. Geralmente a gente arrenda para os vizinhos. As pessoas que arrenda a sua planta não tem animais e faz para garantir uma renda. No nosso grupo, que são oito parcelas, se não dá pra fazer por menos de R$ 2.000,00 não da pra fazer, eu prefiro é deixar pra minha vaca e pros animais* (Sr. Aurélio, Grupo Tiracanga I).

Retomando a questão sobre os tipos de uso e apropriação da terra do Grupo Logradouro II, existem as parcelas com uso parcial, voltado para a agricultura e/ou a pecuária. Nesse caso, o camponês constrói cerca protetora na área de plantio de acordo com a sua necessidade de terra e capacidade financeira de realizar esses investimentos de proteção. O restante da parcela permanece como área solta do assentamento.

> *Pra mim valeu a pena esse parcelamento. Porque quem pode cercas sua parcela, cerca e aí vai poder viver lá, aí quem não quer ou quem não pode cercar, fica com ela aí à toa. Mas o pouquinho que eu cerco, quem vai mandar é eu, e não os outros* (Sr. Antônio Rodrigues, Grupo Logradouro II).

No caso de uso parcial de parcelas nesse Grupo, há nove parcelas que estão sendo utilizadas neste período de plantio de 2010, mesmo sem a construção de cercas de proteção na área. Essa condição foi possível a partir da ação dos demais camponeses em remanejar o rebanho dessa área solta para a área de reserva ou para as parcelas. Desta forma, esses camponeses fizeram uso de sua parcela voltado para a produção de milho e feijão destinada à unidade familiar. Ao mesmo tempo em que a exploração da parcelas é efetivada de modo

individual, centrada na autonomia da família, é também de modo comunitário, face à dimensão socializante das mais diferentes trocas que aí se estabelecem, dependendo dos laços de solidariedade e de ajuda entre os camponeses.

> *Como nem todos os assentados têm condições financeiras para realizarem a construção das cercas das parcelas, então usamos uma forma de garantir o trabalho, fazendo a manutenção das cercas do perímetro do assentamento e das áreas de reserva. Quem quis plantar lá na sua parcela, plantou e depois o grupo combina o tempo dos animais ir pra área de solta* (Sr. Antônio Lopes, Grupo Logradouro II).

Dando ainda continuidade à reflexão sobre o tipo de utilização de parcelas do Grupo Logradouro II, destacamos que existem parcelas que não foram trabalhadas pelos camponeses. Entre as razões para o não uso das parcelas salientamos: a baixa qualidade da terra, a distância da parcela para a residência do dono, e a inexistência de proteção do plantio. Essas parcelas são consideradas áreas soltas no assentamento.

Constata-se, também, no Assentamento Tiracanga Logradouro, a troca de parcelas entre os camponeses, realizada sem a interferência das associações ou assembléias; ao longo desta pesquisa foi comprovada essa prática nos três grupos.

Seguem alguns depoimentos reveladores sobre troca de parcelas.

> *A minha parcela era a 04. Eu passei pra 29, foi pra 31 e agora voltei pra 08. O principal motivo pra trocar, é que eu achava que tinha uma terra melhor. Aí depois teve um rapaz que foi lá em casa umas 3 vezes e insistiu. Só que ele queria brocar e na terra dele não dava mais. Só que a parcela dele era toda cercada, pois a minha era toda no aberto e a dela tinha a cerca. Então eu troquei com ele e voltei uma pronta pra ele. Justamente essa parcela é a 08. A pessoa troca por uma terra melhor pra plantar* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).
>
> *A minha parcela tinha umas terras boas, mas era muito longe, e pra você trabalhar todo dia tinha que se deslocar muito. Então eu propus a troca da parcela* (Sr. Neto, Grupo Logradouro II)
>
> *Dos 38 assentados aqui do Logradouro, acho que muitos trocaram as parcelas. De assim umas 15 pessoas trocaram as parcelas. Isso fora os que foram embora* (Sr. Antonio Pinto, Grupo Logradouro II).
>
> *Das parcelas de 01 a 12 são as terras mais ruins, e são as que estão todas cercadas e nunca trocaram a terra. A minha parcela não é boa, mas é toda cercada. E não vou trocar por uma parcela toda no aberto* (Sr. Sinval, Grupo Logradouro II).
>
> *Até o Chicão que era contra o parcelamento, mudou de parcela, ele tá na parcela que era do finado Dedé* (Sr. Sebastião, Grupo Tiracanga II).
>
> *O meu pai é assentado desde o início e eu entrei depois numa parcela que era distante. Aí a parcela vizinha era de um primo meu, a gente até já trabalhava lá e ele foi embora, então eu passei pra ela* (Sr. Daniel, Grupo Tiracanga I).

Os camponeses informaram que existem vários fatores para a troca:

a) a proximidade com outros membros da família;

b) a estrutura da parcela, como a existência de cercas;

c) a proximidade da parcela com a residência do camponês;

d) a qualidade da terra da parcela;

e) a necessidade de dinheiro;

f) a desistência de algum assentado; e

g) a busca de aglutinar em uma única parcela, independentemente da qualidade;

Mas na eventualidade de uma parcela estar sem uso por conta de desistência ou falecimento do assentado, é necessário uma discussão na assembléia do grupo, para deliberar sobre o uso da parcela. Esta prática é comum para os três grupos do assentamento, não está registrada em nenhum documento, mas funciona por ser uma regra discutida e pactuada entre os camponeses.

O procedimento consiste em colocar o caso na pauta em uma assembléia e apresentar o camponês interessado em utilizar a parcela. Na hipótese de haver dois camponeses interessados pela mesma parcela é realizada uma votação. No processo de seleção alguns critérios são utilizados pela assembléia, tais como: candidato que melhor satisfizer questões referentes à disciplina, ao trabalho e ao número de membros da sua família.

> *É um filho que casa e fica próximo do pai. É um parente, é um agregado da família. Então quando aparece a oportunidade discute com o grupo se aquela pessoa pode ocupar a parcela* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).

> *Aqui teve muita troca de parcela. Uns foi embora, logo assim no início, então o assentado diz assim, que ficar com aquela parcela que é mais perto. Discute o grupo e ele passa pra outra parcela* (Sr. Edmilson, Grupo Tiracanga I).

No caso da área do Tiracanga, onde existem dois grupos com suas associações, os camponeses utilizam alguns princípios que dizem respeito a todos os assentados. Como por exemplo: a proibição da retirada de madeira das parcelas sem autorização do dono da parcela. Esta regra está registrada no Estatuto das duas associações, é considerada uma norma geral para todos os assentados. Ou seja, mesmo divergindo entre si na forma de uso da terra, os assentados adotam condutas que possibilitem a convivência pautada nos laços de solidariedade e de vizinhança, intrínsecos ao modo de vida camponesa.

> *Não pode tirar madeira. Só se o dono consentir em tirar madeira. A Associação tem um Regimento que é pra todos. Quem mexer na parcela sem o consentimento do dono da parcela a pessoa tem a obrigação de pagar se a pessoa cobrar. A minha parcela, alguém mexeu em alguma coisa, e eu sei que mexeu. Então a gente convoca uma reunião e cobra o que acha que deve pagar. Nem uma abelha, não pode tirar. Só se o dono permitir. Mas naquelas parcelas mais longe, às vezes acontece e o*

> *dono não sabe quem fez então tá perdida. Mas o regimento é pra todo o Tiracanga, tanto do I como do II* (Sr. Marcelino, Grupo Tiracanga I).

No entendimento dos camponeses assentados, as áreas das suas parcelas providas de madeira se constituem numa fonte de estaca (para cercas) e de lenha (para uso doméstico), e como reserva para terra de trabalho no futuro, para ser brocada, preparada para o plantio.

O uso do regimento interno do Tiracanga, congrega os dois grupos, é utilizado em casos que envolvam o assentamento, mais especificamente a área do Tiracanga.

> *Nós tiramos assim, juntamos 03 de cada grupo. Aí nós conversa sobre a questão, anota a discussão e convoca uma assembleia geral. Aí a gente leva o que conversou, aprova ou desaprova. A decisão é sempre no grupão. Se o grupão aprovou não tem como voltar atrás* (Sr. Marcelino, Grupo Tiracanga I).

A forma de resolução de questões que envolvam os dois grupos se processa inicialmente com uma reunião com três assentados de cada grupo. Esse grupo de seis assentados discute a questão, e tira a proposição para apresentação em uma assembléia geral do Tiracanga com o envolvimento de todos os camponeses assentados. Os pontos apresentados pela Equipe são discutidos pela assembléia, que aprova uma proposta única e todos os assentados têm de cumprir essa decisão da assembléia

Sobre o acompanhamento do INCRA ao Assentamento Tiracanga Logradouro os camponeses assentados apresentam diversas reclamações relacionadas à ação do órgão. Destacam o descompasso de ações tais como: a implementação das infraestruturas (casas, açudes e energia elétrica), a descontinuidade da assistência técnica, e principalmente o distanciamento do INCRA para com as famílias assentadas. Esse descontentamento é detectado por depoimentos dos assentados:

> *Pra hoje o compromisso do INCRA com a gente é ruim. O INCRA deveria ser um setor para ajudar os assentados, mas como está lá é assim. O INCRA está sem nenhum compromisso com a reforma agrária. O INCRA está abaixo de zero. O INCRA não acompanha ninguém. O INCRA não anda nos assentamentos, só vem ao assentamento se acontecer alguma coisa assim e leva uns dois meses* (Sr. Chicão, Grupo Tiracanga I).

> *O INCRA só vem se a gente fizer um convite por intermédio de um ofício. Ou quando querem ver alguma coisa. Eles vieram aqui pra ver se mediram as extremas. Eles não vêm aqui participar de uma reunião, de uma assembleia. Somente através de um ofício* (Sr. Antônio Pinto, Grupo Logradouro II).

4.5. Novas formas de uso das parcelas pelos camponeses assentados

A adoção do modelo de organização O parcelamento do Assentamento Tiracanga Logradouro ocorreu no segundo semestre de 1992, há dezoito anos. A área do assentamento foi parcelada em noventa e cinco parcelas e/ou lotes para a exploração da agricultura e pecuária, com a existência de três grupos de camponeses, e diversas formas de uso e ocupação da terra, como já foi salientado anteriormente.

Ocorreram várias mudanças com referência aos camponeses inicialmente assentados no Tiracanga Logradouro, decorrentes de processos diversos que conduzem a desterritorialidade de camponeses da reforma agrária. Segundo dados do INCRA, desde a criação setenta e um camponeses saíram do assentamento, entre os motivos da desistência dessas famílias camponesas: falecimento do chefe da família, por considerar a parcela com terras de baixa qualidade, distância da parcela para o local de residência da família, quadro de seca extrema (1993 e 1997) e transferência para outra área de assentamento.

Na luta para permanecer na terra, os camponeses assentados utilizam estratégias diversas de articulação das parcelas. Do uso da parcela de forma individual (familiar) constatou-se a estratégia no uso das parcelas por grupo familiar e na retomada do modelo misto de uso, alternativas que possibilitam implementar a unidade produtiva dentro de uma autonomia camponesa.

Na área do Grupo Tiracanga I, com o parcelamento, os camponeses fizeram uso das parcelas de forma misto até o ano de 2002, passando então para o uso individual (familiar), mas atualmente retomaram o uso misto por grupo de oito camponeses, como meio de garantir o uso da parcela como área agrícola e para a criação dos seus animais.

> *Nois fizemos um grupo de oito, um grupo coletivo, na questão de uso de parcelas. Ela é coletiva para nois e individual para os outros. Nois fizemos mais de 2 mil metros de cerca. Lá tem 04 pessoas que plantam lá. No inverno a gente tira os animais, pra eles plantar. No verão usa a forragem. A forragem usa pros nossos animais ou vende* (Sr. Aurélio, Grupo Tiracanga I).

> *Eu não planto lá não porque é muito longe, eu prefiro plantar aqui vizinho, na área urbana. A maioria das pessoas tem a área de plantar na área urbana, pois tem umas pessoas que preferiram morar na parcela e as áreas deles foi usada pelo vizinho, como uma área de plantio. Este meu cercado aqui dá pra 28 litros de legume* (Sr. Clemilton, Grupo Tiracanga I).

> *Na verdade a manga era deles, do Grupo I era coletiva, então eles tiraram o arame e venderam. Aí as parcelas já eram nossas, mas o uso da manga era coletivo do grupo. Então nois cercamos de novo e agora é nossa. Se alguém quiser colocar animal lá só com a nossa autorização, é a manga dos oito* (Sr. Aurélio, Grupo Tiracanga I).

> *Aqui eu posso falar que o Tiracanga, hoje, não é coletivo não. A única parte que pode dizer que é coletiva é o nosso grupo. É 08 parcelas, lá sim, é coletivo. O resto, tá todo mundo nas parcelas* (Sr. Aurélio, Grupo Tiracanga II).

No caso do Grupo II, parte dos agricultores adotou essa estratégia, baseada na cooperação e ajuda mútua pautada nos seus códigos e nos laços familiares.

Esse uso *coletivo*, de oito parcelas, se refere à participação de todos em cada etapa das atividades desenvolvidas. Assim, na construção da estrutura de cercas, a compra do arame, a mão-de-obra, tudo foi partilhado de forma igual entre esses camponeses. A utilização do resultado do trabalho segue a mesma lógica; em caso de arrendamento, por exemplo, o dinheiro é divido entre os camponeses que compõem o grupo. Enfim, na realização dos trabalhos da área todos são obrigados a participar, e no caso de um camponês não poder participar de uma tarefa ele poderá enviar outra pessoa para substituí-lo.

De forma geral, existe no Assentamento o trabalho coletivo envolvendo todos assentados, com os dois grupos, voltado para as benfeitorias do assentamento como a limpeza das paredes dos açudes e a restauração das cercas.

Para Oliveira (2005), o trabalho coletivo é assim analisado:

> O trabalho coletivo na terra tem sido fruto de consensos constituídos pelos camponeses. Desse modo, penso que o caráter coletivo tem sua eficiência sustentada por um pacto. Um pacto que é fruto da decisão em reunião, pela maioria, ou seja, democraticamente. Essa decisão tida como "lei de convivência" hoje tem sua continuidade centrada na unidade camponesa, no fim do cativeiro e da sujeição, na propriedade da terra e na melhoria da qualidade de vida dos camponeses (p. 247).

Outra estratégia notada no Grupo Tiracanga I, refere-se ao uso das parcelas pelo mesmo grupo familiar. Constatou-se a existência de cinco grupos familiares que fazem uso de suas parcelas de forma articulada, priorizando uma parcela para uso agrícola e pecuário e outra para uso exclusivo da pecuária. Essa forma de uso apresenta indícios de que os camponeses buscam uma alternativa não só diante da pequena área de terra para a realidade do semiárido, pois as parcelas apresentam área média de 23 a 26 hectares, com solos de qualidade diferenciada, como também ante a dificuldade em realizar o uso da sua parcela, necessitada de recursos financeiros para a construção e manutenção das cercas.

Esses grupos de famílias são constituídos por camponeses que foram assentados logo após o período da desapropriação da área e por seus filhos, que foram assentados à medida que houve alguma desistência ou falecimento de assentados.

> Em se tratando de famílias nucleares, a força de trabalho do chefe da família é somada à da esposa e a dos filhos, cuja intensidade também varia de acordo com a conjuntura. Há casos em que a unidade reúne várias famílias constituídas com o casamento dos filhos que, juntas ou separadas, dividem a utilização produtiva do sítio. Dessa maneira, indivíduos nas mais diferentes condições de força física e vitalidade têm um papel produtivo a desempenhar (PAULINO, 2006, p. 115).

Os camponeses utilizam essa estratégia baseada no trabalho familiar, na articulação das parcelas disponíveis para a família e na capacidade de trabalho de cada uma.

Para Oliveira (2005) afirma que pensar o trabalho familiar no campo é “entender o conjunto de relações de vizinhas que fazem uso da linguagem de parentesco presente na organização camponesa” (p. 261).

Essa estratégia permite à unidade familiar distribuir a força de trabalho, ao longo do ano. No período chuvoso, os animais demandam poucos cuidados em consequência da maior disponibilidade de alimentos e água, sendo necessário apenas o recolhimento, à tarde, dos animais em lactação. A família então destina a força de trabalho para as áreas de plantio. Os três primeiros meses do ano têm maior concentração de trabalho, e em especial o mês de fevereiro, de maior pico, consequência do crescimento rápido das ervas daninhas. No período de agosto a dezembro, em virtude da escassez de pasto, aumenta a demanda do trabalho, pois se fazem necessários os trabalhos de corte e transporte de forragens, o pastoreio dos animais em capoeiras de restos culturais e a condução dos animais às fontes d’água.

> *Se nois não trabalhasse junto tinha que ficar pagando alguém para ajudar o tempo todo. O tempo que mais precisa pagar alguém é pra fazer as limpas. Num período como esse ano, tem que cuidar do gado, botar comida, ver a água. Eu faço assim, um dia ele vai, no outro eu vou, fica revezando. Quando ele precisa ir na rua aí eu fico* (Sr. Antônio Lopes, Grupo Tiracanga II).

Sobre o trabalho individual (familiar), Diniz (2009) destacou

> A família é o elemento central deste modo de vida, se torna o núcleo central da produção e do controle do estabelecimento produtivo. Observamos no cotidiano desses homens e mulheres um modo de vida em que a família ainda está no centro das decisões e na divisão social. Assim, terra e família se tornam elementos centrais para pensarmos os desdobramentos das lutas camponesas e o sonho da conquista da terra (p. 190).
>
> O trabalho familiar é uma das práticas mais antigas do modo de vida camponês, o que leva a afirmar que ele é uma forte personificação da identidade camponesa. (p. 187).

Para os camponeses, o trabalho individual (familiar) é pensado como o espaço da produção para consumo e para o cultivo de pastagens visando garantir a produção dos animais: o leite para consumo e a venda da carne das vacas para o mercado, o consumo e a venda da carne das criações (bodes e ovelhas) para o mercado, e o consumo de carne e ovos pela família da criação de aves.

Alguns camponeses assentados, que participaram da luta pela terra, estão no assentamento desde a sua criação, buscam inserir seus filhos como cadastrados, visando assegurar acesso a terra e articular o uso da sua parcela com a parcela de outro componente do grupo familiar.

> *Quando um filho da gente tá aqui desde pequeno e tem uma parcela aqui que a pessoa desistiu, então a gente deve colocar é um daqui, que tá acostumado com o trabalho e todo mundo conhece* (Sr. Antônio Lopes, Grupo Tiracanga II).
>
> *Aqui tem o Seu Paulino que na terra dele planta ele e os filhos dele. O Seu José Barros, que planta na parcela dele as outras são pra pasto dos animais* (Sr. Marcelino, Tiracanga I).
>
> *Eu tenho a minha parcela, que é a 22, mas tá toda no aberto, aí planto na área do meu pai e cria na parcela dele e na do meu irmão* (Sr. Paulo, Grupo Tiracanga I).
>
> *Aqui eu tenho o meu pai e meu irmão. A parcela do meu pai é a 51, e o meu irmão estava na 54 e ele trocou pela 52. A nossa área de plantar é na parcela do meu pai. A minha parcela é a 22 perto da área do Sabiá e lá é toda no aberto* (Sr. Paulo, Grupo Tiracanga I).
>
> *Porque essa parcela que é do Daniel era de um sobrinho meu. Aí ele deu pra nois cercar, que ele não criava quase nada. A gente cria ovelha e cria gado. Aí então nois cercamos todinha, por fora, em volta e por dentro fizemos uma divisão, com dois cercados, em duas mangas. Aí nois cria lá e cria nessa daqui também. Plantar é só nessa parcela aqui e fica a outra só pra criar. Essa daqui é suficiente para nois dois plantar e para criar usa as duas. A gente trabalha tudo junto, e cria tudo junto, por isso o sistema de usar é assim* (Sr. Antônio Lopes, Tiracanga II).

O grupo familiar das parcelas 27 e 30 utilizam as parcelas articuladas, sendo a parcela 27 para uso agrícola e pecuário, existindo subdivisão com a finalidade de obter melhor aproveitamento dos recursos disponíveis. A parcela 30 é utilizada apenas para a pecuária. Ressalta-se que o filho ocupava outra parcela e realizou troca com a parcela 30, com o objetivo de juntar as duas parcelas do grupo familiar.

O Grupo familiar das parcelas 51, 52 e 22, (pai e dois filhos), utiliza a parcela 51 para a agricultura e pecuária. O filho mais velho estava utilizando a parcela 54 e efetuou a troca pela parcela 52. A terceira parcela do grupo familiar, de número 22, no momento não está sendo trabalhada pela família; é considerada área solta do assentamento, por não existir nela estrutura de cercas.

O Grupo familiar das parcelas 50, 55, 17 e 14 utiliza a parcela 50 com agricultura e pecuária, pois as parcelas 17 e 14, são distantes da residência dos camponeses. A parcela 14 está voltada para a pecuária, utilizada no segundo semestre, e a parcela 17 se constitui numa área solta do assentamento. A parcela 55 é parcialmente utilizada no período das chuvas com agricultura, e no segundo semestre por alguns camponeses assentados.

No mapa 08 estão em destaque as novas formas de uso das parcelas pelos camponeses, com a articulação das famílias e o uso de parcelas de forma coletiva.

Mapa 08

5. Considerações Finais

A conquista dos assentamentos tem possibilitado a reprodução dos camponeses no território capitalista. Conforme Oliveira (2001), os camponeses lutam no Brasil em duas frentes: uma frente para entrar na terra para se tornarem camponeses proprietários, e outra para lutar pela sua permanência na terra como produtores de alimentos fundamentais, para as famílias camponeses e para toda à sociedade brasileira.

Então, a luta por terra é constante e se mantém cotidianamente como forma de garantir aos camponeses a sua permanência na terra conquistada, onde se reterritorializou. A luta por melhoria na qualidade de vida por vezes provocou em algumas famílias o processo de desterritorialização, culminando com a formação de novas territorialidades. Vale lembrar a concepção de Martins ao afirmar que "o campesinato, embora expulso, sempre a terra retorna como forma de perpetuar sua história".

Os camponeses assentados cearenses modificaram a sua realidade de expropriados da terra a partir da sua luta no enfrentamento ao proprietário da terra e ao Estado. O fato decisivo que possibilitou às famílias se postarem de pé e em marcha para escapar da fome e da pobreza foi o encontro entre elas e o MST, STRs e CEBs ocasião que desencadeou a luta pela terra, feita pelas famílias, tal como a ocupação por meio dos acampamentos.

Diniz (2005) afirma que "a luta pela terra tem se enraizado e se territorializado em algumas áreas cearenses. Podemos afirmar que os assentamentos rurais constituem a apropriação de frações do território pelo campesinato, fruto da luta pela terra e do enfrentamento de classe, levado a cabo por ele" (p. 184).

Como reflexos destas lutas, nos últimos 39 anos, a conquista de frações do território pelos camponeses têm marcado o espaço agrário do Estado do Ceará, pois existem 400 assentamentos da reforma agrária, os quais somam 825.624,1669 ha abrigando 19.188 famílias. Em Canindé, considerando os diversos tipos de assentamentos, atualmente registra-se, nas 62 áreas reformadas em 110.802,23 hectares, e estão assentadas 2.256 famílias, com uma população estimada em 11.280 habitantes, ou seja, o correspondente a 15,21% da população total do município. Já com relação ao percentual da população rural, estimada em 29.468 habitantes, 38,11% do total dessa população estão em áreas de reforma agrária. Destaca-se que no Estado do Ceará o uso da terra nesses assentamentos tem se caracterizado pelo modelo misto, em que se articula o uso individual (familiar) com o coletivo.

Nesse contexto, buscou-se nesta pesquisa analisar o processo de territorialidade dos assentados do Assentamento Tiracanga Logradouro e o modo de expressão dessa territorialidade em um assentamento parcelado no semiárido cearense.

Para tanto, partiu-se, para o entendimento das práticas das famílias camponesas nessa fração do território capitalista. Após a desapropriação da área e com o cadastro de dois grupos de camponeses na área do Tiracanga observou-se as primeiras situações de conflito, demonstrando a insatisfação na gestão do território. Há uma clara diferença entre os dois grupos. Cada um procurava criar suas próprias marcas e expressões materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação, imprimir a sua territorialidade no assentamento.

Essa situação de conflito na área do Tiracanga acontece no mesmo período da discussão da forma de uso do assentamento por técnicos do INCRA no Governo Collor. Adota-se então o modelo de uso com parcelamento da terra para os camponeses. Dos grupos existentes no assentamento, há a concordância de dois grupos pelo parcelamento e a discordância de outro pelo modelo. Essas situações divergentes diante do processo de parcelamento remetem à mesma questão, a luta dos camponeses assentados para a realização do seu modo de vida e da reprodução da sua unidade familiar.

A terra é para os camponeses o instrumento do trabalho familiar, que possibilita a reprodução da unidade camponesa com uso centrado na família. As formas como os camponeses assentados se apropriam da fração do território são marcadas pelos seus costumes, suas práticas e suas tradições, que se dão no convívio familiar e comunitário.

Com a realização da pesquisa conclui-se que o Assentamento Tiracanga Logradouro apresenta diferentes territorialidades dos camponeses como forma de resistência e permanência na terra, tais como:

a) A constatação que camponeses assentados do mesmo grupo familiar fazem a articulação no uso das suas parcelas com a destinação da parcela com melhor qualidade de solo para uso agrícola e pecuário e as demais parcelas somente para uso pecuário. Essa estratégia de aglutinar parcelas de um mesmo grupo familiar indica que as famílias utilizam essa estratégia ante o quadro de minifundiarização dos programas de reforma agrária. Na área do Tiracanga existem cinco grupos familiares que correspondem a doze camponeses assentados e suas famílias;

b) Camponeses que utilizam somente a sua parcela, articulando o uso agrícola e pecuário dessa área para a sua unidade familiar;

c) Camponeses que utilizam a sua parcela somente para uso pecuário e fazem uso de parcelas de outros camponeses para as atividades agrícolas. Estes camponeses utilizam esta estratégia em função da baixa qualidade da terra nas suas parcelas.

d) Camponeses que não utilizam sua parcela, fazem uso das parcelas de outros camponeses, ou de membros da família para as atividades agrícolas e pecuárias. Estes camponeses assentados utilizam esta estratégia em função da baixa qualidade da terra nas suas parcelas e da distância das parcelas para as residências;

e) Camponeses do Grupo Tiracanga II estão retomando o uso do modelo misto das parcelas, utilizam o seu conjunto de parcelas como área coletiva e destinam nessa área as suas explorações individuais (familiares);

Destaca-se a necessidade de ampla discussão com as famílias camponesas e com os movimentos sociais sobre o modelo de posse e de uso da terra nos assentamentos no Ceará, pois, a proposta de uso misto é colocada para os camponeses como a única forma possível de uso da terra, não permitindo discussões acerca dessa prática e de suas repercussões nas famílias. É fundamental a reflexão sobre as formas de apropriação com as famílias camponesas, sobre as possibilidades de uso de áreas coletivas e individuais (familiares), como a delimitação de pequenos lotes que propiciem a instalação da unidade camponesa sem sobressaltos que comprometam a sua reprodução. Apoiamo-nos em Almeida (2006), que destaca que modo de vida no qual lugar de morada e de trabalho, entre outras coisas, será parte indivisa de um único ser social: o camponês.

Conclui-se, a partir dos depoimentos dos camponeses, que no assentamento há mudanças significativas, como a mudança qualitativa da situação de sujeição dos assentados, da sua condição de assalariado, expropriado, desprovido dos meios de produção, especialmente da terra, que para eles possui o sentido de “terra de morada e da vida”, elevando-os à condição de proprietários de terra, voltados para a reprodução da unidade familiar camponesa.

Concorda-se com Marques (2003), quando declara que o reconhecimento do direito de controle do território para as comunidades que nele habitam é um passo fundamental para assegurar a possibilidade de reprodução de suas condições de vida e, com isso, caminhar na direção de uma sociedade mais justa (p. 155).

De acordo com os depoimentos obtidos, a conquista do território camponês no Assentamento Tiracanga Logradouro condicionou satisfação considerável trazendo melhoria de qualidade de vida às famílias camponesas assentadas, de modo que na grande maioria de tais depoimentos emergiu o desejo dos assentados de continuar no campo para permitir a

garantia e a continuidade de seu modo de vida camponês, e a realização do resgate e da manutenção de sua cultura no território conquistado.

> *Quando a gente morava lá não tinha nem um animal pra andar e hoje quase todo mundo tem uma moto, tem gado, tem criação, todo mundo cria, ninguém passa tanta dificuldade. A gente morava numa casinha caindo os pedaços e hoje todo mundo mora numa casinha mais ou menos. Antes a pobreza era grande* (Sr. Antônio Lopes, Tiracanga I).
>
> *Eu só vivia de alugado, morando de um lado pro outro, pra lá e pra cá. Minha vida hoje é sossegado aqui. Você pode me dar um prédio lá na rua que eu não troco por essa casinha. Criei meus filhos aqui. O mais novo tá aqui comigo, as filhas, duas são casadas e duas moram em Fortaleza. O meu mais velho é assentado no Rancho Primavera* (Sr. Edmilson, Grupo Tiracanga I).
>
> *Eu penso que aqui todo mundo tá melhor, só não ser obrigado é muita coisa. Eu mesmo nunca passei por isso, mas a maioria era tudo obrigado aos patrão. Mesmo com essa parcela que eu disse pra você que não é tão boa, hoje a vida aqui é melhor* (Sr. Sinval, Grupo Logradouro II).

Esses depoimentos demonstram que embora haja dificuldades e entraves na reforma agrária existe uma infinidade de fatos que os deixam orgulhosos de poderem ser administradores de suas parcelas, de compartilharem o uso coletivo das parcelas. Os camponeses são tomados pela alegria de poder ter uma vida mais digna, distinta da vida das populações que moram nas periferias das cidades e dos camponeses sem terra, que não tem uma casa, não tem um quintal, não tem terra para trabalhar e não tem o alimento.

6. Referências Bibliográficas

ALENCAR, Francisco Amaro Gomes de. **Uma Geografia das políticas fundiárias no estado do Ceará.** Tese (Doutorado em Sociologia). Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 2005.

_____. **Os impactos Sócio-Territoriais dos Assentamentos de Reforma Agrária**: O Caso do Sertão do Ceará. XIII Encontro Nacional de Geógrafos. João Pessoa: 2002.

_____. et al **Programa Cédula da Terra**: O Caso do Ceará. ABRA CPT, APR, FIAN – Brasil, MST e Rede Brasil [s.n], 2002. 52p.

_____. **Segredos íntimos** – A gestão nos assentamentos de reforma agrária. Fortaleza: Edições UFC, 2000.

ALMEIDA, Rosimeire Aparecida de. **A (Re)Criação campenesinato, identidade e distinção**: A luta pela terra e o habitus de classe. São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ANDRADE, M. **Uma proposta para os camponeses**. São Paulo, 1989 (mimeo).

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: Contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Atlas, 1986.

ARAÚJO, Tânia Barcelar de. Nordeste, Nordestes: Que Nordeste? In: **Federalismo no Brasil**: Desigualdades Regionais e Desenvolvimento Affonso, R. B. & Silva, P. L. (Orgs.), São Paulo, Editora UNESP, 1995.

BARREIRA, Cezar. **Trilhas e Atalhos do poder**: conflitos sociais no sertão. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992. 188p.

BERGAMASCO, Sonia NORDER J. **O que são assentamentos rurais**. São Paulo: Brasiliense, 1996.

CARVALHO, Horácio Martins de. **O Campesinato no século XXI**, Possibilidades e condicionantes do desenvolvimento do campesinato no Brasil. Petrópolis: Editora Vozes, 2005.

_____. (1998). Formas de Associativismo Vivenciadas pelos Trabalhadores Rurais em Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil. Disponível em www.nead.org.br, acessado em Janeiro/2010.

_____. (1999). **Interação Social e as Possibilidades de Coesão e de Identidade Sociais no Cotidiano da Vida Social dos Trabalhadores Rurais nas Áreas Oficiais de Reforma Agrária no Brasil.** In: www.nead.org.br, acessado em Janeiro/2010.

CASTRO JÚNIOR, José Lima. **Assentamentos Coletivos, resistência e flagelamento no semiárido**: o caso da fazenda Vitória. Campina Grande: UFPB/Campus II, 1994. (Dissertação de Mestrado).

CORRÊA, Lobato. **Geografia**: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

_____, Territorialidade e Corporação: Um exemplo In: SANTOS, Milton ET alli. **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: HUCITEC/ANPUR, 1997.

DINIZ, Aldiva Sales. **Trilhando Caminhos**: A resistência camponesa no Ceará em busca de libertação. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP, 2009.

ESTERCI, Neide. Assentamentos Rurais: Um convite ao debate, **Revista ABRA** n 3, 1992, Campinas, São Paulo.

FABRINI, João Edimilson. A contradição como parâmetro de compreensão da existência camponesa. Revista Geografia, UEL, Londrina, v. 13, n. 2, p. 116-138, Jul/Dez. 2004.

FELICIANO, Carlos Alberto. **Movimento Camponês Rebelde.** São Paulo: Editora Contexto, 2006.

FERNANDES, Bernardo Mançano, Entrando nos Territórios do Território In: PAULINO, E.T., FABRINI, J.E, (orgs.): **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

_____. **Questão Agrária**, Pesquisa e MST. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

_____. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

_____. **MST** - formação e territorialização. São Paulo: Hucitec, 1996.

GIRÃO, Raimundo. **O Ceará**. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1966.

_____. **O Mito da Desterritorialização**: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade, Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 2006.

IBGE. **Censo Demográfico**, 1970, 1980, 1991 e 2000.

IBGE. **Estimativa População**, 2007.

IBGE. **Censo Agropecuário**, 2006.

IBGE. **Produção Agrícola Municipal**, 2008.

IBGE. Pesquisa da Pecuária Municipal, 2008.

INCRA. **II Plano Regional de Reforma Agrária** - PRRA-CE, Fortaleza: 2004.

_____. **Sistema Nacional de Cadastro Rural**, 2004.

_____. **Sistema Nacional de Cadastro Rural**, 2002.

_____, **Manual para apresentação de projetos de organização territorial das áreas de assentamento do INCRA**. Disponível em <www.incra.gov.br>.

_____. **I Censo da Reforma Agrária**, 1997.

_____. **Laudo de Vistoria da Fazenda Tiracanga Logradouro**, 1988.

_____. **Manual do Assentado da Reforma Agrária**, 1990.

IPECE. **Perfil Municipal de Canindé**, 2009.

JUSTO, Marcelo Gomes. **Excluídos**: ex-moradores de rua como camponeses num assentamento do MST, Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP. 2005.

LEITE, Sérgio et al. **Impactos dos assentamentos**: um estudo sobre o meio rural brasileiro. Brasília: Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura: Núcleo de Estudos Agrários e desenvolvimento rural. São Paulo: Editora UNESP [co-editora e distribuição], 2004.

LEITE, S P. **A face econômica da reforma agrária**: estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80. Projeto de Pesquisa: Rio de Janeiro: UFRRJ/CPDA. 1989 (mimeo).

MARTIN, Jean-Yves. Uma Geografia da Nova Radicalidade popular: Algumas reflexões a partir do caso do MST. **Terra Livre**, São Paulo, n.19, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os Camponeses e a política no Brasil**. 5ª edição Petrópolis: Vozes, 1995.

_____. **A militarização da questão agrária no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1984.

_____. **Caminhada no chão da noite**. São Paulo: Hucitec, 1989.

_____. **A Chegada do estranho**. São Paulo: Editora Hucitec, 1993

_____. **O poder do atraso** – ensaios de sociologia da história lenta. São Paulo: Hucitec, 1994.

MARQUES, Marta Inez. Lugar do modo de vida tradicional na modernidade, In: Oliveira, Ariovaldo Umbelino de, Marques, Marta Inez Marques (Orgs.). **O campo no Século XXI Território de vida, de luta e de construção da justiça social**. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

MARQUES, Marta Inez Marques. Agricultura e Campesinato no mundo e no Brasil... In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs.). **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

MEDEIROS, Leonilde; ESTERCI, Neide, LEITE, Sérgio. **Assentamentos rurais**: uma visão multiciplinar. São Paulo: Editora UNESP, 1994.

MELO NETO, João Cabral de. **Morte e Vida Severina** - Coletânea de poemas. Rio de Janeiro: Editora: Algaguara, 2007.

MENEZES, Djacir. **O Outro Nordeste**: Ensaio sobre a evolução social e política no Nordeste. Da civilização do couro e suas implicações históricas nos problemas gerais. Fortaleza: Casa Jose de Alencar, 1995.

Ministério do Desenvolvimento Agrário, **Portaria n° 080**, de 24/4/2002.

MST, 2009. **Assentamentos Rurais**, disponível em www.mst.org.br, acessado em fevereiro/2010.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de; MARQUES, M. I. M. **O Campo no Século XXI –** Território de Vida, de Luta e de Construção da Justiça Social. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

_____. A longa marcha do campesinato brasileiro: movimentos sociais, conflitos e reforma agrária. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo: 15 (43), 2001, pp. 185-206.

_____. A geografia agrária e as transformações territoriais recentes no campo brasileiro, In: CARLOS, Ana Fani Alessandri (Org). **Novos caminhos da geografia**, São Paulo: Contexto,1999.

_____. **A Agricultura Camponesa no Brasil**, São Paulo: Contexto, 1991.

_____. **Modo Capitalista de Produção e Agricultura**, 3ª Edição, São Paulo: Ática, 1990.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma Re(li)gião.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

OLIVEIRA, Maria Alexandra de. **A contrarreforma agrária do Banco Mundial e os camponeses no Ceará** – Brasil. Tese (Doutorado em Geografia Humana). São Paulo: USP. 2005.

PATATIVA DO ASSARÉ, **Conte lá que eu canto cá**, Petrópolis: Editora Vozes, 1978

PAULINO, Eliane Tomiasi. Geografia Agrária e Questão Agrária, In: Fernandes (Org) **Geografia Agrária teoria e poder.** São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. **Por uma geografia dos camponeses**. São Paulo: Editara da UNESP, 2006.

PRADO JR., Caio. **História Econômica no Brasil**, 26° Edição, São Paulo, Brasiliense, 1981.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Editora Ática, 1993.

Rosendahl, Z. Geografia da Religião: uma Proposição Temática, Espaço e Tempo, São Paulo, Nº 11, pp.9-19, 2002.

SÁ JR., Francisco. O desenvolvimento da agricultura nordestina e a função das atividades de subsistência. **Estudos CEBRAP III.** 2ª edição. São Paulo: Editora Brasiliense/Edições CEBRAP, 1976.

SAMPAIO, José Levi Furtado, et al. Análise da estrutura fundiária do território do sertão central. In: REUNIÃO ANUAL DA SBPC, 57, Fortaleza. **Anais**.. Fortaleza: 2005.

_____. **A Intervenção do Estado na Produção e Reprodução do Espaço Agrário em Bom Jesus Canindé** – Ceará. Dissertação de Mestrado UFPE Recife, 1996

SANTOS, Milton. O espaço do cidadão. São Paulo: Nobel, 1993.

_____. Criação de cooperativas faz 5 anos. Revista Sem Terra, Ano 1, No 1, jul-set, 1997, p.15.

Secretaria de Planejamento do Estado do Ceará, **A Reestruturação Espacial como Componente da Estratégia de Combate à Pobreza**, 2001.

SILVA, José Borzachielo da. O algodão na organização do Espaço. In Souza, Simone (Coord.) **História do Ceará**. Fortaleza: Fundação Demócrito Rocha, 1995.

SILVA, José Graziano da. A Reforma Agrária no Brasil In: STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

SHANIN, T. Lições Camponesas In: PAULINO, E. T., FABRINI, J.E (Orgs.): **Campesinato e territórios em disputa**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

SCHERER-WARREN, I. **Redes de Movimentos Sociais**. São Paulo: Loyola, 1993.

SOUZA, Maria Salete de. Ceará: bases de fixação e povoamento e o crescimento das cidades. In: Silva, José Borzacchiello da; Cavalcante Dantas, Eustógio (Orgs.). **Ceará:** Um novo olhar geográfico. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2007 pp.13-31.

STÉDILE, João Pedro (Org.). **A questão agrária hoje**. Porto Alegre: Editora UFRGS, 1998.

STÉDILE, João Pedro; GORGEN, Frei Sérgio. **A luta pela terra no Brasil**. São Paulo: Página Aberta, 1993.

TEOFILO FILHO, Edson. **Assentamentos da reforma agrária, agricultura familiar e exclusão social**. Dissertação (Mestrado em Sociologia) Fortaleza, UFC, 1995

Livros Grátis

(http://www.livrosgratis.com.br)

Milhares de Livros para Download:

Baixar livros de Administração
Baixar livros de Agronomia
Baixar livros de Arquitetura
Baixar livros de Artes
Baixar livros de Astronomia
Baixar livros de Biologia Geral
Baixar livros de Ciência da Computação
Baixar livros de Ciência da Informação
Baixar livros de Ciência Política
Baixar livros de Ciências da Saúde
Baixar livros de Comunicação
Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE
Baixar livros de Defesa civil
Baixar livros de Direito
Baixar livros de Direitos humanos
Baixar livros de Economia
Baixar livros de Economia Doméstica
Baixar livros de Educação
Baixar livros de Educação - Trânsito
Baixar livros de Educação Física
Baixar livros de Engenharia Aeroespacial
Baixar livros de Farmácia
Baixar livros de Filosofia
Baixar livros de Física
Baixar livros de Geociências
Baixar livros de Geografia
Baixar livros de História
Baixar livros de Línguas

Baixar livros de Literatura
Baixar livros de Literatura de Cordel
Baixar livros de Literatura Infantil
Baixar livros de Matemática
Baixar livros de Medicina
Baixar livros de Medicina Veterinária
Baixar livros de Meio Ambiente
Baixar livros de Meteorologia
Baixar Monografias e TCC
Baixar livros Multidisciplinar
Baixar livros de Música
Baixar livros de Psicologia
Baixar livros de Química
Baixar livros de Saúde Coletiva
Baixar livros de Serviço Social
Baixar livros de Sociologia
Baixar livros de Teologia
Baixar livros de Trabalho
Baixar livros de Turismo